



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO**



**MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA**

MARIA VICTÓRIA BRAZ BORJA RODRIGUES

**A MEDIAÇÃO ESCOLAR COMO EXPERIÊNCIA
PREVENTIVA E DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA:
a vivência do Observatório da Pacificação Social da Universidade
Federal da Bahia**

Salvador, BA
2014

MARIA VICTÓRIA BRAZ BORJA RODRIGUES

**A MEDIAÇÃO ESCOLAR COMO EXPERIÊNCIA
PREVENTIVA E DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA:
a vivência do Observatório da Pacificação Social da Universidade
Federal da Bahia**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, na linha de pesquisa Direitos Humanos, Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública.

Orientador: Prof. Dr. Celso Luiz Braga de Castro

Salvador, BA
2014

R696Rodrigues, Maria Victória Braz Borja,

A mediação escolar como experiência preventiva e de redução da violência: a vivência do observatório da pacificação social da Universidade Federal da Bahia/ porMaria Victória Braz Borja Rodrigues. – 2015.

163 f.

Orientador:Prof.Dr. Celso Luiz Braga de Castro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, 2015.

1. Escolas.2. Mediação. 3. Violência-Prevenção.I. Universidade Federal da Bahia

CDD- 364.4

MARIA VICTÓRIA BRAZ BORJA RODRIGUES

**A MEDIAÇÃO ESCOLAR COMO EXPERIÊNCIA
PREVENTIVA E DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA:
a vivência do Observatório da Pacificação Social da Universidade
Federal da Bahia**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 17 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Celso Luiz Braga de Castro: _____
Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife-Pe.
Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dr.^a Ivone Freire Costa: _____
Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr Eduardo Manuel Val _____
Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ.

RESUMO

Esta dissertação analisa a implantação do modelo experimental de intervenção “Mediação Escolar em Pauta” no Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins e no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, localizados no interior da Bahia. Este projeto foi desenvolvido no bojo das atividades do Observatório da Pacificação Social, Programa de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado da Bahia. O objetivo do presente estudo consiste na perscrutação das práticas comunicativas e de resolução consensual de conflitos utilizadas no contexto escolar enquanto estratégias de prevenção e redução da violência. As questões atinentes à insegurança pública e violência no âmbito escolar demandam ações preventivas e de contenção dos males causados. A problemática deste trabalho investiga a mediação como meio eficaz de resolução dos conflitos escolares e propagador de uma cultura de paz. O capítulo primeiro examina as noções históricas e conceituais da mediação escolar e da dinâmica da violência, bem como as formas usuais de combate a esta mazela social. O segundo capítulo descreve a implantação do projeto “Mediação Escolar em Pauta”, a fim de proporcionar a replicação deste modelo inicial em quaisquer instituições de ensino para que haja precaução contra as ações violentas nas escolas, o desrespeito coletivo e a inabilidade dialógica da comunidade específica. O último capítulo, por seu turno, esclarece a percepção da violência nas escolas contempladas pelo Projeto, aprecia os diagnósticos e resultados alcançados mediante a abordagem qualitativa e quantitativa características da triangulação metodológica, arrematando-se a discussão com a validação da mediação escolar enquanto novo paradigma educacional. Nesse sentido, por meio da análise dos dados, concluiu-se pela confirmação de que a implantação do projeto “Mediação Escolar em Pauta” proporcionou resultados sólidos e favoráveis à pacificação social, difundindo-se uma cultura de paz nos espaços contemplados.

Palavras-chave: Mediação Escolar. Colégio Gentil Paraíso Martins. Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles. Violência - Escola. Pacificação social - Modelo experimental.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the implementation of the intervention experimental model "School Mediation in Tariff" in the Gentil Paraíso Martins College and Hildécio Antonio Meireles College Model, located in Bahia. This project was developed in the wake of the activities of the Centre for Social Pacification, Research and Extension Program of the Faculty of Law of the Federal University of Bahia State. The aim of this study is to investigate the communicative and consensual dispute resolution practices used in the school context as strategies to prevent and reduce violence. The issues relating to public insecurity and violence in schools require preventive and containment of evils caused. The focus of this work investigates the mediation as an effective means of resolving conflicts school and propagator of a culture of peace. The first chapter examines the historical and conceptual notions of school mediation and the dynamics of violence and the usual ways of combating this social illness. The second chapter describes the implementation of the project "School Mediation in Tariff" in order to provide the replication of this initial model in any educational institutions so that there is a precaution against the violent actions in schools, the collective disrespect and dialogical disability specific community . The last chapter, in turn, explains the perception of violence in schools covered by the project, enjoy the findings and results achieved by qualitative and quantitative approach characteristics of methodological triangulation, snapping up the discussion with the validation of school mediation as a new paradigm educational. In this sense, through the analysis of the data showed that there is confirmation that the implementation of the "School Mediation in Tariff" project provided strong results and favorable to social peace, a culture of peace spreading us covered spaces.

Keywords: School Mediation. Gentil Martins Paradise College. Hildécio Antonio Meireles College Model. Violence - School. Social peace - Experimental model.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACCS	Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CEEPS	Centro Estadual de Educação Profissional do Leste Baiano
DIREC	Diretoria Regional de Educação
EJA	Ensino para Jovens e Adultos
ENM	Escola Nacional de Magistrados
ESR	<i>Educators for Social Resolutions</i>
EUA	Estados Unidos da América
IBDP	Instituto Brasileiro de Direito Processual
IMAC	Instituto de Mediação e Arbitragem do Ceará
MESCs	Meios Extrajudiciais de Resolução de Controvérsias
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNDH II	Programa Nacional de Direitos Humanos II
PROERD	Programa Educacional de Resistência à Violência e às Drogas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

		f.
1	INTRODUÇÃO	8
2	A MEDIAÇÃO ESCOLAR	12
2.1	BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA	13
2.2	A MEDIAÇÃO ESCOLAR: CONCEITUAÇÃO E CARACTERES	18
2.2.1	Noções conceituais	19
2.2.2	Caracterização	22
2.2.3	Abordagens da mediação escolar no Brasil	27
2.2.4	Mediação e direitos humanos: o direito fundamental à educação e o acesso à justiça	30
2.3	A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR	33
2.3.1	Violência: análise conceitual	34
2.3.2	A manifestação da violência no âmbito escolar e os mecanismos de prevenção e combate	38
2.3.3	As consequências sociais da violência escolar e o direito à segurança	41
3	O PROJETO “MEDIAÇÃO ESCOLAR EM PAUTA”: A EXPERIÊNCIA DO OBSERVATÓRIO DA PACIFICAÇÃO SOCIAL	45
3.1	MODELO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO “MEDIAÇÃO ESCOLAR EM PAUTA”	46
3.1.1	Etapa de pré-sensibilização	49
3.1.1.1	<u>Observação etnográfica e coleta preliminar de dados</u>	50
3.1.1.2	<u>Identificação dos atores locais</u>	52
3.1.1.3	<u>Contatos preliminares de pré-sensibilização</u>	53
3.1.1.4	<u>Levantamento inicial de referências bibliográficas</u>	53
3.1.2	Sensibilização da comunidade escolar	55
3.1.3	Capacitação preliminar dos atores escolares	58
3.1.4	Gincana da paz	61
3.1.5	Ciclo de oficinas	63
3.1.6	Segunda etapa de capacitação: os agentes de pacificação escolar	71
3.1.7	A implantação do Núcleo de Mediação Escolar	73
3.1.8	Monitoramento e novo ciclo de oficinas	74
4	A MEDIAÇÃO ESCOLAR COMO EXPERIÊNCIA PREVENTIVA DE COMBATE A VIOLÊNCIA	76

SUMÁRIO

		f.
4.1	A MEDIAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR, NA LINGUAGEM E NOS PROCESSOS DE INTERAÇÃO SOCIAL	77
4.2	PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS CONTEMPLADAS PELO PROJETO “MEDIAÇÃO ESCOLAR EM PAUTA”: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS DE PACIFICAÇÃO	84
4.2.1	O Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins - Município de Valença-Bahia	86
4.2.2	O Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles - Morro de São Paulo, Município de Cairu-Bahia	92
4.3	A MEDIAÇÃO ESCOLAR COMO NOVO PARADIGMA PARA A CULTURA DE PAZ	96
5	PROJEÇÕES, PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS	105
	REFERÊNCIAS	110
	APÊNDICES	119

1 INTRODUÇÃO

A mediação no contexto escolar surge para possibilitar a prevenção da conflituosidade e a melhor administração das controvérsias nesse ambiente, trazendo o diálogo como valor principal. Ao se considerar a escola como ambiente onde se busca a educação cultural e social do indivíduo, a mediação escolar se apresenta como um convite ao aprendizado e aperfeiçoamento da habilidade de negociação e de resolução de conflito. A problemática da presente pesquisa, procura refletir sobre de que forma a implantação do Projeto “Mediação Escolar em Pauta” contribui para a prevenção e redução da violência, ao passo em que é construída uma cultura de paz no Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins, em Valença, e no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, em Morro de São Paulo-Cairu.

Assim, este trabalho entende a mediação escolar como ferramenta preventiva e de redução da violência, com respaldo na análise interventiva da experiência do Observatório da Pacificação Social – Programa de Pesquisa e Extensão em funcionamento na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, desde o ano de 2012, que se soergue da percepção da relevância das práticas consensuais de resolução de conflitos na prevenção da violência na infância e juventude, a qual reflete em toda a sociedade.

Ao se conceber a necessidade de transformação da realidade de violência que assola as escolas públicas do país, emergente de uma crise generalizada de insegurança pública, esta pesquisa investiga os cenários específicos das escolas supramencionadas, localizadas no interior do estado da Bahia.

A escolha das aludidas instituições, contextualiza-se pelos altos índices de violência nas respectivas cidades que lhes sediam, resultante de conflitos entre gangues juvenis, bairros rivais, envolvimento com tráfico de drogas, violência doméstica, violência e exploração sexual, enfim, problemáticas que envolvem crianças e adolescentes e eclodem no ambiente escolar. Por outro turno, disputas e agressões encontram a escola como nascedouro, e igualmente contribuem para a violência além de seus muros, formando uma espiral de conflituosidade e um círculo vicioso de sequelas para a toda a comunidade.

É caracterizada como uma pesquisa intervencionista, de natureza aplicada, pois possui fito de geração de conhecimentos para aplicação prática, dirigida à

solução das problemáticas específicas oriundas das situações cotidianas de violência no contexto escolar, nos casos em análise do Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins e Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles.

O percurso metodológico tem respaldo na triangulação de métodos embasados na avaliação de programas sociais e na utilização de métodos interdisciplinares para a investigação da realidade. O uso da triangulação exige a combinação de múltiplas estratégias de pesquisa capazes de apreender as dimensões qualitativas e quantitativas do objeto, atendendo tanto os requisitos do método qualitativo, ao garantir a representatividade e a diversidade de posições dos grupos sociais que formam o universo da pesquisa, quanto as ambições da abordagem quantitativa, ao propiciar o conhecimento da magnitude, cobertura e eficiência do programa sob estudo (MINAYO, 2006).

Assim, a elaboração do presente trabalho conta com um processo de observação participante, respaldando-se no método indutivo e dialético, que guia todo o desenvolvimento do objeto “Mediação Escolar em Pauta”, a fim de possibilitar um projeto de pesquisa que permita uma observação ampla da realidade prática das escolas públicas contempladas, reputando-se ultrapassada a visão metodológica de separação total entre o sujeito da pesquisa e o objeto pesquisado.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa que, no tocante aos procedimentos técnicos, utilizará referencial bibliográfico, documental e de levantamento de dados (GIL, 2008). A abordagem erige-se sobre a natureza qualitativa, com indícios quantitativos, porquanto propõe a vinculação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do agente que não pode ser traduzida em números, porém, será quantificada na forma de gráficos e tabelas para a maior análise do fenômeno.

Os métodos de coleta de dados, enumeram-se por questionários e entrevistas, que propiciaram uma descrição mais fidedigna possível da realidade observada. Neste interim, questionários estruturados e semiestruturados serão aplicados nas escolas utilizadas como universo amostral, na quantidade total de 756, sendo 521 no Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins e 235 no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles. Ressalta-se que os referidos questionários não serão identificados, em razão da natureza da amostra, apenas com fito de analisar quantitativamente as ações do projeto em comento. As entrevistas, no entanto, demonstram caráter qualitativo, em razão da impossibilidade de expressividade no número de

entrevistados, que foram professores, funcionários e membros da direção e coordenação das escolas analisadas.

Este trabalho justifica-se, pois o estudo da mediação escolar consiste numa temática inovadora no país, mas que já assume força e larga discussão, uma vez que se embasa em duas perspectivas principais. A primeira delas aparece nos expressivos índices de violência, na insegurança pública, nas mazelas sociais que dela derivam, e nas possíveis ações inovadoras de prevenção e combate a essa violência. A segunda discussão repousa sobre a educação, e desta palavra surgem inúmeras abordagens: o direito fundamental à educação, o déficit na educação pública, o sucateamento dos patrimônios materiais e intelectuais nas escolas, a violência escolar e a necessidade de reforma e transformação dos aludidos temas.

Nesse sentido, o capítulo primeiro tratará do panorama histórico da mediação escolar no Brasil, seus avanços e peculiaridades, a fim de possibilitar a compreensão conceitual construída em seguida. Ato contínuo, será introduzida a questão da violência, em suas variadas acepções, os meandros de manifestação, as formas mais usuais de prevenção e combate, suas sequelas e o direito à segurança.

O capítulo seguinte possui finalidade descritiva, posto que reproduz todas as etapas do Projeto “Mediação Escolar em Pauta”, desenvolvido pelo Programa “Observatório da Pacificação Social” da Faculdade de Direito da UFBA, no Colégio Gentil Paraíso Martins e no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles. Destarte, ocupa-se de enumerar com minúcia todos os passos necessários à implantação de um projeto social de caráter interventivo, respaldado no modelo experimental em exame, que objetiva a prevenção e redução da violência nas escolas, ao permitir a replicação e disseminação para outras realidades afins.

O último capítulo traz coesão aos temas anteriormente abordados, examina a mediação enquanto linguagem e como forma de interação social, desvela as relações entre a percepção da violência nas escolas contempladas pelo citado projeto e a mediação escolar, perscruta a evolução das práticas de pacificação nestas instituições de ensino, analisa e compara os resultados obtidos, e elucida a cultura da paz como um novo paradigma, ratificando o caráter propositivo da pesquisa de observação participante.

Por fim, encerra-se o presente trabalho propondo-se respostas aos questionamentos suscitados, com respaldo na pesquisa qualitativa e quantitativa por meio da aplicação de questionários estruturados e semiestruturados e entrevistas.

Os resultados da pesquisa, então, surgem neste momento final para corroborar a hipótese levantada, legitimando a mediação como meio de solução de conflitos adequado à realidade escolar, confirmando os valores de pacificação dentro das instituições analisadas, em detrimento as práticas anteriores de violência.

2 A MEDIAÇÃO ESCOLAR

Desde as épocas mais primitivas da existência humana, concebe-se sua natureza social. Já afirmava Aristóteles, que as primeiras uniões entre as pessoas nascem da necessidade natural de sobrevivência, a exemplo do impulso imanente do ser humano em buscar o relacionamento afetivo, evidenciando uma tendência de interação social em detrimento ao isolamento (ARISTÓTELES, 1998, p.13-14).

As relações interpessoais que surgem da natureza social do homem revelam um elemento também natural, o conflito. Em verdade, o conflito pode ser intrapessoal, manifestando-se em todo momento de insegurança, desconforto ou dúvida interna. Quando o indivíduo alcança a esfera interior para a esfera exterior, depara-se com uma constante disputa com seus pares, seja pela divergência de opiniões, objetivos, personalidades, enfim, a diversidade humana traz o conflito como fator inerente à socialização (MOORE, 1998, p.19)

A mediação é um processo voluntário, consensual e não adversarial de resolução de conflitos, no qual as partes elegem um terceiro imparcial responsável por facilitar o diálogo pacificador, sem interferir no mérito das decisões (MIRANDA, 2005, p.08). Esta definição simplificada evidencia o processo da mediação que melhor classifica-se como um procedimento, posto que não representa uma estrutura fixa, como é caracterizado o Direito e a Lei. O objeto da mediação é a relação existente entre as partes, porquanto é um meio de resolução de conflitos nascidos de relações permanentes, ou continuadas, como as relações de família, de vizinhança, de amizade, algumas empresariais e consumeristas, por vezes penais e consoante será largamente pontuado, escolares. Conduz-se a disputa à criação de uma organização própria, com a construção de normas relevantes para as partes naquele momento, de maneira a não buscar a adequação da disputa às estruturas legais preestabelecidas, conforme esclarece Serpa (1999, p. 145).

Moore (1998, p.21) aponta quatro possibilidades primordiais de resolução de conflitos, que se enumeram por:

- a) tomada de decisão particular feita pelas partes – abster-se do conflito, discussão informal e resolução do problema, negociação, conciliação e mediação;
- b) tomada de decisão particular feita pela terceira parte – decisão administrativa e arbitragem;

c) tomada de decisão legal, pública e autoritária feita pela terceira parte – decisão judicial e decisão legislativa;

d) tomada de decisão coercitiva e ilegal – ação direta não violenta e violência.

A breve explanação da mediação como ferramenta consensual e voluntária de resolução de conflitos possibilita neste momento a introdução da temática do capítulo em foco, a mediação escolar. A utilização desta ferramenta no ambiente escolar, parte do princípio que os conflitos existentes neste contexto sejam prevenidos e solucionados por meio do diálogo pacífico e da vontade das partes em embate, que é substituído pela compreensão da controvérsia como uma interação normal do cotidiano coletivo.

Entende-se por pacífico, a ausência de violência, dentre outras acepções diversas, conforme será perscrutado em seção posterior, contudo, ressalta-se que, a consciência da palavra e de seu significado, não afasta a violência da realidade brasileira, o que não é difícil perceber. Afinal, diversas medidas públicas e privadas têm sido tomadas em nome da segurança, e igualmente se deve questionar acerca de seus conceitos. A urgência política nesta temática não se escancara apenas em períodos eleitorais, mas clama-se historicamente pela consecução do direito coletivo à segurança, outra temática a ser oportunamente elucidada.

Enquanto o instituto da mediação surge no mundo como alternativa de legitimação do acesso à justiça, a mediação escolar aparece nesta perspectiva com viés mais amplo, alcança a necessidade de pacificação. E qual melhor momento de aprender sobre a paz senão na infância? Qual o melhor local, senão a escola?

Resguarda-se este momento à propositura de algumas questões a serem discutidas ao longo deste capítulo, que parte do panorama histórico da mediação escolar ao tratar de diversas acepções sobre o instituto, refletindo sobre a problemática da violência e de sua representatividade nos meios escolares.

2.1 BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA

O traçado histórico da mediação escolar parte de referências internacionais acerca da mediação, cuja origem é encontrada nos povos antigos, que buscavam uma harmonia interna que preservasse a união imprescindível à defesa de seu território contra ataques, conforme menciona Vezzulla (2001, p.25).

Vezzulla (2001) afirma ainda que a ressurreição da mediação no Ocidente procura a preservação da paz interna assecuratória de uma sociedade melhor, com condições de viver a globalização sem perder a identidade. Se na mitologia grega, o papel de mediador era reservado a Hermes, cuja relação mediada era a de Zeus com a humanidade – com função de hermeneuta, ou interpretador das mensagens transmitidas – a fim de prevenir ou dissolver possíveis conflitos supervenientes, na cultura judaico-cristã, observa-se a posição de um Jesus mediador entre Deus e os homens, bem como para a religião muçulmana, este mediador encontra-se na figura de Maomé (ALECRIM; BRAGA, 2008, p.54).

O desenvolvimento do instituto da mediação, assume, nesse sentido, formatos heterogêneos nos diferentes países do mundo. Vale mencionar o modelo norte-americano, onde o assunto é deveras antigo, porquanto já possui um centro de estudos de excelência, o *Harvard Negotiation Project*¹, e a mediação pode ocorrer anterior ou posteriormente a existência do litígio. Embora qualquer pessoa possa atuar como mediador no sistema estadunidense, há serviços de controle desta prática, impondo a observância a códigos de ética, de modo que seu modelo demonstra-se muito bem sucedido, como afirma Miranda (2005, p.09).

No Brasil, o esboço histórico não conta longa data, é possível apontar como marco a implementação do Plano Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), no qual o Governo Federal reconhece a importância dos direitos econômicos, sociais e culturais, ressaltando-se os direitos à vida, à integridade física e à justiça. E com fito no acesso à justiça, o Ministério da Justiça deu início neste período ao projeto dos chamados “Balcões de Direito”, para funcionar no estado do Rio de Janeiro, que atualmente se encontra vinculado aos Tribunais de Justiça de muitos estados brasileiros, como “Balcões de Justiça e Cidadania” (MIRANDA, 2005, p.10).

Para Miranda (2005), a mediação no Brasil sedimenta-se sobre três modalidades: a comunitária - caracteriza pelo atendimento gratuito e trabalho voluntário dos mediadores, a exemplo do que ocorre nos Balcões de Justiça e

¹ Em português, “Projeto de Negociação de Harvard” (PNH), cujos objetivos consistem no desenvolvimento da teoria e da prática da resolução de conflitos, visando à intervenção no mundo das controvérsias, à elaboração de teorias, educação, formação, escrita e divulgação de novas ideias no cerne dos meios consensuais.

Cidadania²; a institucional - realizada por pessoas jurídicas de direito privado que podem cobrar pelos serviços prestados; e a independente - conta com particulares especializados na prática de mediação, numa forma de consultoria.

Em que pese a mediação judicial não encontrar respaldo legal até o presente momento, ela já acontece no estado de Brasília, em razão de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº125³, e do Tribunal de Justiça (MIRANDA, 2005, p.11). Neste ínterim, tramitam atualmente no Congresso Nacional o Novo Código de Processo Civil, que traz alguns dispositivos concernentes à mediação judicial e extrajudicial, bem como projetos de lei cujo objeto único é a mediação, em suas variadas possibilidades, a exemplo do projeto de autoria da deputada Zulaiê Cobra Ribeiro, e um anteprojeto elaborado pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e pela Escola Nacional de Magistratura (ENM) (MIRANDA, 2005, p.11).

A necessidade de tutela jurídica para a mediação é uma temática polêmica na doutrina, pois, se há autores que acreditam na necessidade de estabelecer normas legais para a disseminação e efetivação da prática da mediação, há outros que defendem a liberdade de atuação, por não acreditar que a lei alcançaria as peculiaridades de um procedimento tão particular e dependente do caso concreto.

No que tange à mediação de conflitos escolares, ela encontra respaldo em disposições de alcance mundial estabelecidas pela Organização das Nações Unidas - UNESCO, que dispõe no artigo 1º de seu ato constitutivo que “O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça [...]” (EVANGELISTA, 1999).

É importante salientar que a mediação de conflitos vem se desenvolvendo em diversos países em sintonia com as propostas da UNESCO. Nesta senda, compreende-se que a mediação é uma forma adequada à resolução dos conflitos

² O Projeto Balcão de Justiça e Cidadania (BJC) foi criado no ano de 2003, pela Resolução nº 01/2003 e reestruturado pela Resolução nº 05/2006, do Tribunal Pleno, tornando-se um mecanismo de democratização do acesso à Justiça. Oferece serviços inteiramente gratuitos à população menos favorecida economicamente nas unidades de mediação e orientação jurídica, instaladas em diversos bairros das comarcas da capital e do interior do Estado; o que permite a descentralização das ações do Poder Judiciário.

³ Resolução 125/2010, que estabelece a política judiciária nacional para o tratamento adequado dos conflitos de interesses, regulando a mediação e a conciliação no âmbito do Poder Judiciário. Sua instituição demonstra o reconhecimento pelo órgão administrativo da necessidade de ampliação do princípio constitucional do acesso à justiça.

escolares, mas, desempenha um papel de ainda maior relevância: contribuir para a paz e para a segurança na infância e na adolescência, por meio de educação e de práticas de diálogo nas comunidades escolares.

O surgimento da mediação escolar, conforme relato de Heredia (1999, p.35), é datado de aproximadamente trinta anos e, contrariando as aparências, a mediação escolar não teve início pela atividade de pedagogos, mas de estudiosos da resolução de conflitos, de grupos comprometidos com a não violência, a exemplo da Igreja Quaker; dos oponentes da guerra nuclear; dos membros do *Educators for Social Responsibility* (ESR)⁴ e advogados. Percebe-se, que o berço da mediação escolar foram os Estados Unidos da América - EUA.

Heredia (1999, p. 36) afirma ainda, que os primeiros centros de justiça de vizinhos nos Estados Unidos foram implementados no início da década de 1970, denominado "Programa de Mediação Comunitária", e possuía o objetivo de oferecer um espaço para reunião e resolução dos conflitos entre os cidadãos americanos, que alcançou sucesso suficiente para se estender por todo o país. Na década seguinte, o êxito do programa de mediação comunitária foi levado para a escola, buscando ensinar os alunos a mediar os conflitos com seus colegas.

Deste modo, foram desenvolvidos projetos de mediação para os alunos, que mais tarde resultou na elaboração de currículos de resolução de conflitos para as instituições de ensino. Conforme o mesmo autor, também destaca-se algumas iniciativas exitosas de mediação escolar nos EUA que se iniciaram nas décadas de 1970 e 1980, conforme se observa abaixo:

- a) *Children's Creative Response to Conflict Program*⁵: um dos primeiros programas de resolução de conflitos escolares, desenvolvido pela Igreja Quakers a partir de 1972, que visava a comunicação aberta entre as crianças, a melhor compreensão da natureza dos sentimentos, o desenvolvimento das capacidades e habilidades de partilha, autoconfiança e criatividade;
- b) *Conflict Resolution Resources for School and Youth*⁶: fundado em 1982 pelo programa "Community Board" de São Francisco, é resultado da colaboração

⁴ Em português, o grupo denomina-se "Educadores pela Responsabilidade Social" (ERS).

⁵ Em português, o programa intitula-se "Programa de Resposta Criativa das Crianças para o Conflito".

⁶ Expressão traduzida como: "Recursos de Resolução de Conflitos para Crianças e Adolescentes".

dos centros de mediação comunitária e os sistemas escolares, representando um dos maiores e mais efetivos projetos de mediação escolar, que serviu de inspiração para diversos outros em todo o mundo;

- c) *Teaching Students to be Peacemakers Program*⁷: é um dos primeiros programas nesta modalidade do país, iniciado na Universidade de Minnesota no ano de 1972, com objetivo de criar uma relação positiva entre estudantes por meio do contexto cooperativo e da controvérsia acadêmica, que serviriam para ensinar aos alunos a negociação e a mediação dos conflitos surgidos entre eles;
- d) *Educators for Social Responsibility*:⁸ a iniciativa deste programa datado do ano de 1981, constituído de pais e professores empenhados em prevenir guerras por meio da educação, utilizando, para tanto, as técnicas de resolução de conflitos;
- e) *Resolving Conflict Creatively Program*:⁹ suas atividades surgiram em 1985, com 18 (dezoito) professores de 3 (três) escolas distintas, fruto do trabalho do *New York City's Board of Education* e pelo *Educators for Social Responsibility*. Atualmente compreende mais de 1.000 (um mil) professores e 30.000 (trinta mil) alunos.
- f) *Conflict Resolution Education Network*¹⁰: surgiu no ano de 1995, com a fusão de duas instituições formadas por ativistas e mediadores comunitários, com finalidade de utilizar a educação na resolução de conflitos, para ensinar uma variedade de práticas e habilidades que auxiliam na diminuição dos desequilíbrios de poder e das necessidades insatisfeitas que são o combustível dos conflitos destrutivos (HEREDIA, 1999, p. 36-40).

Os programas acima mencionados e tantos outros, espalharam-se pelas escolas de todo o mundo desde a década de 1970, como uma onda de esperança e motivação por uma inovadora forma de lidar com os conflitos do dia a dia. Essa inovação se deve, primeiramente, à transformação total na compreensão do

⁷ Em português consiste em "Programa para tornar alunos agentes da paz".

⁸ Expressão cuja tradução é "Educadores para a Responsabilidade Social".

⁹ Em português, a expressão é transcrita como "Programa de Resolução Criativa de Conflitos".

¹⁰ Traduzido como "Rede Educacional de Resolução de Conflitos".

significado do conflito, onde não se busca ganhá-lo, com fortes argumentos ou persuasão, mas, enxergar o argumento do outro, ouvindo e comunicando-se sem intenção de convencimento. Pois, o objetivo da mediação é que ambas as partes ganhem, o que ocorre com a exposição de seus pontos de vista, com o diálogo e a resolução consensual e pacífica da controvérsia.

A mediação norte-americana foi pioneira, e seus resultados incentivaram a desenvoltura de projetos em diversos países. Cabe mencionar o exemplo da Argentina, cujo Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da Nação lançou o Programa Nacional de Mediação Escolar, no ano de 1997, almejando a recuperação e articulação de ações de prevenção da violência, o melhoramento do convívio escolar, a difusão dos métodos da negociação colaborativa e da mediação entre os alunos, professores e diretores, conforme pontua a autora Sales (2005, p.152). Aprender os valores de resolução consensual de conflitos na escola emerge como uma solução esperançosa, na contramão do pensamento individualista neoliberal, e favorável a uma educação para a paz, não para a guerra. Consecutivamente, discutir-se-á a mediação escolar em linhas mais específicas, cuidando da conceituação, caracterização, meios de utilização e abrangência desta ferramenta contributiva para a paz social.

2.2 A MEDIAÇÃO ESCOLAR: CONCEITO E CARACTERES

O presente momento traz a mediação escolar ao centro de uma análise inicialmente conceitual e, posteriormente, crítica, no intuito de apontar as posições doutrinárias hodiernas acerca do tema e as características que lhe cabem. Conseqüentemente, será realizada a sobreposição conceitual a realidade fática das escolas públicas, tomando por universo amostral duas escolas localizadas no interior da Bahia, cuja implantação de um projeto de mediação escolar se encontra em curso, no bojo de atividade de pesquisa e extensão da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, conforme estabelecido nas noções introdutórias deste trabalho.

No Brasil, ainda são poucas as experiências em mediação escolar, entretanto, os estudos desenvolvidos já apontam como um meio hábil para a prevenção da violência na escola (ABRAMOVAY; RUA, 2004).

Segundo Guimarães (2004, p.3), a violência é considerada, tanto na educação quanto no conjunto da sociedade, como uma manifestação que substitui a palavra, já que a violência se afirma quando a palavra não é possível, constituindo-se assim a negação da condição humana. O mesmo autor, argumenta que é pelo resgate do direito à palavra, da oportunidade de expressão e reivindicação pelos sujeitos que se alcança a reversão da violência, por meio da criação de espaços coletivos de discussão, de espaços democráticos e dialógicos.

2.2.1 Noções conceituais

Assimilada a posição do conflito como inerente às relações humanas, ele estará presente em qualquer tempo ou espaço de convivência coletiva, consideradas as características, convicções, educações, religiões e orientações sexuais distintas existentes entre os sujeitos. Sob a ótica da construção deste trabalho, toma-se o espaço escolar e o tempo da infância e juventude para análise. Sales e Alencar (2005, p.144) afirmam que dentre as diferenças acima pontuadas é natural que surjam divergências das mais variadas espécies. Estes autores acreditam na necessidade de administrar bem os problemas supervenientes para que a harmonia e o respeito estejam presentes no ambiente escolar, não interferindo no processo ensino-aprendizagem.

A mediação de conflitos, conforme evidenciado em momento anterior, é um meio pacífico e amigável de resolução e administração dos conflitos sustentada pela solidariedade e pela comunicação, por meio da qual a responsabilidade pertence a cada uma das partes envolvidas no conflito, que são auxiliadas pelo mediador na facilitação deste diálogo.

Para Sales e Alencar (2005, p.145), quando a mediação é realizada nas instituições de ensino, denomina-se mediação escolar. O embasamento deste procedimento é o mesmo, diálogo e solidariedade humana. Apenas adaptou-se o instituto da mediação para ser desenvolvida de acordo com as características das escolas, tendo em vista que os mediadores são os próprios atores locais, que buscarão resolver e administrar da melhor forma os conflitos que venham a surgir dentro das instituições de ensino. Complementam ainda as autoras, asseverando que a mediação escolar possibilita, dentro da escola, a educação em valores, uma educação para a paz, e uma visão inovadora acerca dos conflitos.

De acordo com Brito (2007, p. 265), o ajuste das práticas pedagógicas às características da escola contemporânea é urgente, pois este novo contexto escolar é muito mais heterogêneo e complexo do que já fora um dia, e não se pode perder de vista os objetivos básicos da educação. A escola reage, como qualquer outro meio de socialização, acadêmico ou profissional, às pressões e transformações externas. Os alunos, professores e funcionários que preenchem aquele espaço reagem, mas cada um à sua maneira, num ritmo próprio.

A rapidez digital, o individualismo, a competitividade, a necessidade crescente de consumir e possuir, a superficialidade das relações são apenas algumas características que acompanham a contemporaneidade. Questiona-se então, como a escola conseguirá manter seus objetivos básicos de educar, se há tantos outros anseios pessoais e subjetivos na comunidade escolar? É necessário focar no sujeito.

Debarbieux (2002, p. 72) afirma que, por muitas vezes, perde-se o foco real que deve nortear o pesquisador na seara da violência escolar, que deve ser a investigação das características individuais dos alunos, seus perfis e peculiaridades, que convivem diariamente em suas diferenças. Em detrimento disso, o que ocorre é o enfoque nas características que levam ou não a escola envolver-se em violência, o que pode acontecer em qualquer local e momento.

Voltando-se a Hoffmann, ela aponta a escola como o ambiente ideal para o plantio das sementes da mudança. Ao passo em que a educação é o melhor caminho para repassar e reforçar os valores e tradições considerados positivos de um povo para as novas gerações, bem como é onde se busca o resgate de aspectos valorosos de uma cultura que se mostram enfraquecidos. A escola carrega consigo uma jornada dupla de responsabilidade, a conservação do que se deve e a inovação do que necessita ser transformado (BRITO, 2007, p. 266).

Entende-se que a educação vivenciou três grandes revoluções no mundo. A primeira delas caracterizou-se pela criação da instituição escolar, que substituiu a educação familiar anterior; a segunda grande transformação ocorreu com os sistemas de educação pública, quando o Estado passa a interferir diretamente no processo de transmissão de conhecimento e cultura; e a terceira se dá com a educação massificada (CHRISPINO, 2007).

A massificação da educação teria sido o elemento precursor da exclusão no ambiente escolar, quando há aumento no número de alunos e acirram-se as diferenças, não se sabe como lidar com as peculiaridades de cada indivíduo, pois a

educação é uma só, transmitida de maneira única, obedecendo as determinações governamentais. É válido pontuar neste momento, a questão da mediação na multidão, em razão da diversidade crescente dos conflitos na contemporaneidade, surge a demanda de mediar também direitos difusos, que ultrapassam os interesses individuais para atingir os grupos massificados.

Os alunos passam a buscar a compensação das diferenças surgidas na comunidade escolar de formas variadas, como a violência, a introspecção, a baixa autoestima, o *bullying*, dentre outros mecanismos de escape. Os resultados deste percurso é a situação de descrença que paira sobre a educação pública, o esgarçamento das relações, a necessidade de subsídios superficiais em detrimento de práticas efetivas, enfim, a urgência de um ensino que contemple as peculiaridades acima enumeradas.

As pessoas não nascem tolerantes, respeitosas e solidárias, elas precisam ser educadas para tal. É nas características da mediação, o diálogo pacífico, a escuta ativa, a solidariedade e o respeito, que reside um meio de possibilitar às crianças e adolescentes em fase de formação social e acadêmica, uma orientação para esses valores, sendo-lhes oportunizado a praticá-los (SALES; ALENCAR, 2005, p.145).

Observa-se, assim, a necessidade de redefinir o conflito. Não cabe mais a redução do conflito à negatividade e dor. Ele aparece, numa nova perspectiva, como uma oportunidade de aprendizado, de crescimento pessoal, de ampliação de pontos de vista. A escola, o primeiro espaço de construção dos saberes, deve ser o primeiro ambiente a incentivar esta visão positiva do conflito, pois quando ele é compreendido como algo natural e potencialmente bom para a evolução do ser humano, sua administração é muito mais fácil.

Tomando o conflito como inevitável, aprender e desenvolver a habilidade de resolvê-los, demonstra-se tão essencial e educativa quanto o ensino das demais disciplinas, matemática, história e geografia, por exemplo. Ademais, na maioria das ocasiões, as próprias crianças e adolescentes estão aptas a resolução de seus conflitos de forma tão adequada quanto com o auxílio dos adultos, conforme observa Battaglia (2004).

As noções conceituais analisadas trazem um universo variado de informações e posturas acerca da mediação escolar, bem como a função que ela ocupa no contexto da escola, mas, todas elas traduzem de alguma forma a necessidade

crescente de renovar e melhorar a educação, colocando-a num lugar de destaque para a prevenção e redução da violência.

2.2.2 Caracterização

A mediação utilizada no contexto escolar tem por escopo o desenvolvimento de um ambiente que possibilite aos alunos o desejo e a prática da comunicação aberta, o incentivo a melhor compreensão da natureza dos sentimentos, capacidades e possibilidades humanas, a contribuição para que os alunos aprendam a compartilhar sentimentos e conhecer suas qualidades e dificuldades, a oportunidade de fortalecer a autoconfiança em suas habilidades, e a capacidade do pensamento criativo sobre os problemas, de modo a plantar a semente da prevenção e da resolução pacífica dos conflitos (SCHABEL, 2002).

Conforme Guimarães (2004), para se construir uma cultura de paz urge a mudança nas atitudes nos comportamentos e crenças, até que a resolução de conflitos de forma não violenta, não litigante, se torne natural, até que a solução das controvérsias deixe a hostilidade para alcançar o consenso, o acordo.

As características da mediação, em qualquer seara que seja utilizada – família, vizinhança, relação consumerista empresarial, comunitária e escolar – encontram como nascedouro a comunicação, o diálogo, não apenas característica primeira, mas a égide da mediação de conflitos. Na teoria da comunicação, ou Teoria da Ação Comunicativa, Habermas (2002) afirma que a linguagem é a base de sua filosofia, nesse sentido, a linguagem, tomada por “ato da fala”, demonstra o caráter performático de sua teoria que, por sua vez, questiona a definição da verdade como valor de caráter universal.

A perspectiva sociológica da Teoria da Ação Comunicativa e da ética discursiva de Jurgen Habermas aponta para a linguagem como forma de concretização da intersubjetividade e interdisciplinaridade. O autor afirma a existência de sociedades que sobrepujam a ação instrumental, onde os indivíduos desenvolvem sua comunicação por critérios de racionalidade meramente instrumentais, voltados à busca de interesses próprios, movidos pelo cálculo de suas vantagens, decisões arbitrárias e sistêmicas. Ao passo que as sociedades em que prevalece a ação comunicativa, a linguagem modifica a relação entre os indivíduos, transforma o subjetivo em intersubjetivo, permite a melhor organização social e fortalece a

compreensão e as habilidades consensuais de resolução de conflitos (HABERMAS, 2002).

Anuímos com Alecrim (2008, p. 36), ao compreender que os métodos extrajudiciais de resolução de conflitos, como a mediação, a negociação, a conciliação e a arbitragem, buscam por meio da comunicação o ajuste dos reais interesses das partes conflitantes, em prol do resgate das suas relações, num entendimento ganha-ganha.

Sobre a conciliação, cabe uma breve abordagem, em razão de ser o meio de resolução consensual de conflitos mais difundido. Conforme argumenta Bomfim (2008, p. 69), a grande popularidade detida por este mecanismo deve-se a sua forte vinculação com o Poder Judiciário. Entretanto, ao passo que favorece a autocomposição judicial, a conciliação também assume relevância extrajudicialmente. Verificada a presença de um terceiro neutro, de confiança das partes e comprometido com a orientação, oferecimento de sugestões e coconstrução de uma solução para o conflito, observa-se a existência de uma conciliação.

A Teoria da Ação Comunicativa, assim, visa ser um instrumento de superação dos ideais iluministas, porquanto seu autor propõe o cultivo à lógica da troca de ideias e informações entre sujeitos, estabelecendo-se o diálogo como meio de produção de conhecimento, este será o principal papel da comunicação (HABERMAS, 2002). Posto isso, é clarividente o lugar de destaque ocupado pela comunicação na mediação escolar, que coaduna a educação regular com a aprendizagem inter-relacional, buscando-se estabelecer a convivência harmônica por meio do diálogo – a mediação é linguagem, conforme será discutido posteriormente. Dentro da teoria da comunicação, esclarecida acima, enumeram-se algumas características básicas da mediação escolar, quais sejam: o *rapport*, a escuta dinâmica, a utilização de perguntas e a comunicação positiva.

Segundo Alecrim (2008, p.43), o *rapport* é uma palavra de origem francesa, que significa afinidade, concordância, analogia, representa o processo de alimentar semelhanças. Para a mediação, o *rapport* é o relacionamento de confiança estabelecido entre as partes e o mediador, alinhando-as em harmonia verbal e não verbal, porquanto o foco da comunicação detém-se as afinidades e não as diferenças entre as os envolvidos.

A escuta dinâmica é uma característica presente em todo o procedimento da mediação, que envolve o ato de escutar, entender, absorver e manifestar-se em

resposta. A apuração dos fatos no bojo de uma sessão de mediação exige a escuta eficiente e profundamente investigativa de tudo que é dito, a fim de identificar todas as nuances. Neste sentido, é necessário o contato visual direto, resistir às distrações, usar técnicas de resumo e outras que assegurem o bom andamento da comunicação (MASCARENHAS, 2005). Abrange em si mesma um conjunto de técnicas, em caráter exemplificativo: silêncio, nomeação de emoções, esclarecimentos, resumo, repetição, parafrasear e reenfocar, afirmação, enfoque prospectivo, afago e quesitação (MENDONÇA, 2004, p.31).

Esta última técnica, arrolada dentro da escuta dinâmica, aparece como característica particular da mediação de conflitos, ao lado do *rappor*t e da comunicação positiva, que ainda será investigada. Para Kennedy (2008, p.48), a habilidade de fazer perguntas é fundamental ao mapeamento do território do conflito. A formulação de perguntas deve captar adequadamente a comunicação verbal e não verbal das partes, de modo a objetivar a identificação das questões pontuadas, as posições e reais interesses, em um primeiro momento. Após as perguntas, indagam as possibilidades de acordo levantadas pelas partes, inclusive buscando também a audição de propostas implícitas nos discursos. Em momento posterior, as perguntas confirmam as propostas de acordo, verificando suas possibilidades de cumprimento no tempo e no espaço, em conformidade com as condições de ambas as partes (DUMONT, 2007, p.71).

Por fim, a comunicação positiva aparece como característica antagônica à comunicação negativa, para evitar que as partes se neguem a participação na mediação, não sejam leais com o mediador ou com a outra parte, não tenham interesse na solução pacífica, demonstrem algum desequilíbrio psicológico, como assevera Alecrim (2008, p.52). Cabe ao mediador, portanto, esquivar-se de comportamentos prejudiciais, que provoquem ruídos na comunicação, tais como dar conselhos, julgar, psicanalisar, minimizar os sentimentos ou ideias das partes, ordenar, ameaçar, impor moral, insultar ou atuar de maneira paternalista (MENDONÇA, 2004, p.34).

Neste momento, cabe frisar as dificuldades que a mediação escolar vai encontrar para afastar-se da comunicação negativa. Num contexto onde alunos, professores e funcionários, indistintamente, atuarão como mediadores, é indispensável reforçar que sua posição é apenas auxiliar a resolução do conflito vivenciado. Portanto, as noções de mediação transmitidas ao longo dos processos

de sensibilização e capacitação da comunidade escolar, investigados futuramente neste trabalho, devem estar pautadas na igualdade entre os envolvidos, mediadores e partes que não ocupam nenhuma hierarquia, observando que a função social naquela comunidade específica não deve, nem pode sobrepor-se aos demais.

Ainda no tocante aos caracteres da mediação escolar, vale frisar o aspecto da comunicação positiva sob o enfoque da psicologia positiva, que possui Martin Seligman (1995) como maior expoente. Este ramo da psicologia valoriza otimismo, felicidade, altruísmo, esperança, alegria e satisfação para a compreensão e prevenção do tratamento de patologias, a exemplo de comportamentos violentos.

Para Sales (2007, p.173), o resgate da valorização das virtudes e habilidades do ser humano, a partir do reconhecimento do potencial de cada um de ser feliz, de resolver seus próprios conflitos, de desenvolver suas virtudes dialógicas, é um caminho para combater a violência e promover a inclusão das pessoas no ambiente em que vivem. Considerando a escola como o ambiente em que as crianças e adolescentes passam grande parcela do seu dia, onde constroem laços, relacionam-se com outros indivíduos, formam grupos e, têm como objetivo principal, a educação, acredita-se ser este o melhor lugar para trabalhar e incentivar as habilidades destacadas pela autora.

A educação para a paz é um processo que dura toda a vida, permeia todas as idades, possuindo campo de atuação essencialmente complexo e multifacetado. Porém, esta educação também deve verificar-se nos meios de comunicação, nas relações pessoais, na organização das instituições, no meio da família (ROIZMAN, 2008).

Destarte, cabe evidenciar os estudos de Bodine e Crawford (1998), que confeccionaram um guia de construção de programas de qualidade a serem desenvolvidos no âmbito escolar. Eles destacam as competências emocionais e sociais requeridas para o século XXI – *Social Emotional Learning*:

- a) habilidades para expressar e identificar sentimentos;
- b) habilidades para expressar e ouvir ideias;
- c) habilidades para lidar com as diferenças;
- d) habilidades de negociação;
- e) habilidades para construção de consenso e tomada de decisões.

Por outro lado, igualmente exigem-se habilidades perceptivas e emocionais, tais como:

- a) identificar seus próprios sentimentos e os do outro durante o diálogo;
- b) lidar com os sentimentos (negativos) percebidos de forma positiva;
- c) avaliar apropriadamente a situação para reagir de maneira construtiva – manutenção do diálogo – ou destrutiva – escalada do conflito.

E, por fim, são também apontadas habilidades intelectuais, de pensamento crítico, habilidades comunicativas:

- a) o que há de positivo em cada mensagem; o que ele / ela está querendo realmente dizer? (o interesse real e o interesse manifesto);
- b) apropriada avaliação da intenção e adequada interpretação da mensagem (a escolha da interpretação é de responsabilidade do autor);
- c) tratar a questão olhando para o futuro (da relação);
- d) a forma que você elege para expressar suas ideias vai contribuir positivamente ou negativamente para que o outro escute e apreenda o conteúdo da sua mensagem;
- e) para que suas ideias sejam consideradas é importante que todos que participam da conversa tenham oportunidade de fala e de proposição de ideias;
- f) escutar considerando o ponto de vista do outro como possibilidade de se articular ao seu é uma boa maneira de lidar com as diferentes ideias.

Assim, conforme Brito (2007, p. 271), compreende-se que a implementação da mediação do meio educacional transforma a escola num espaço que educa coração e entendimento. O cidadão formado neste contexto estará ciente de sua responsabilidade social e de seu papel influenciador, multiplicador do que lhe fora ensinado. Os alunos advindos deste novo paradigma de educação, com formação de mediação em resolução de conflitos, apresentarão competências cognitivas, técnicas, sociais e humanas – serão mais sábios que intelectuais, mais agentes de integração social que profissionais.

2.2.3 Abordagens da mediação escolar no Brasil

Esta seção de discussão trata das possíveis abordagens de mediação escolar no Brasil, ao apontar projetos de mediação escolar existentes, as áreas de abrangência e quais são os substratos de embasamento de tais iniciativas. Em

contrapartida, serão evidenciadas algumas ações mundialmente relevantes, a fim de construir análises comparativas nesta seara.

Inicialmente, cumpre reprimir que a mediação escolar é o meio pelo qual os atores da comunidade escolar, professores, alunos, funcionários, diretores, conjuntamente, envolvem-se em uma nova proposta de aprendizado, incluindo em suas atividades acadêmicas a prática consensual e voluntária da solução de controvérsias. Esta prática é alcançada paulatinamente, em razão de atividades regulares de sensibilização, capacitação, palestras, oficinas e implantação de um núcleo de mediação escolar, conforme se observará na experiência foco deste trabalho de pesquisa, desenvolvida no Colégio Gentil Paraíso Martins e no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, pelo Observatório da Pacificação Social através dos Meios Extrajudiciais de Resolução de Conflitos - MESCs, no âmbito do projeto “Mediação Escolar em Pauta”.

Como já pontuado, são muito tímidas as experiências de mediação no Brasil. Cabe, contudo, mencionar a iniciativa desenvolvida no ano 2000, envolvendo a parceria entre o Instituto NOOS, Viva Rio – Balcão de Direitos, Mediare e Secretaria Municipal de Educação, denominado projeto “Escola de Mediadores”, que trabalhou com duas escolas públicas do município do Rio de Janeiro (SALES, 2007, p.196).

Com apoio do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no âmbito do Programa “Escolas de Paz”, o projeto foi aplicado em duas escolas públicas, uma na Zona Sul e outra na Zona Norte do Rio de Janeiro, em que alunos da sexta e sétima séries – atualmente denominados sétimo e oitavo ano – receberam capacitação para atuar como mediadores de conflitos entre colegas (SALES, 2007, p.196). O projeto “Escola de Mediadores”, que iniciou no ano 2000, segue em funcionamento até os dias atuais na cidade do Rio de Janeiro, possuindo como objetivo geral a implementação da cultura de paz, do diálogo, do bem-estar entre todos os atores escolares, alunos, professores, funcionários, dirigentes, por meio da introdução de novos valores de convivência.

Em relação as etapas do referido projeto, verificam-se: etapa de sensibilização, que visa acolhimento e adesão; uma segunda fase diagnóstica, com fito no mapeamento de interesses e expectativas da comunidade escolar; em sequência, inicia-se a capacitação de mediadores escolares, e capacitação de multiplicadores em facilitação de diálogos – por meio de *workshops*, tendo como público alvo coordenadores e corpo docente. A próxima etapa caracteriza-se pelo

desenvolvimento de atividades, que consistem na prática da mediação na escola; e, posteriormente, o acompanhamento para aferir a eficácia do projeto (SALES, 2007, p.199).

Ressalta-se ainda, que a metodologia fundamenta-se na “construção do conhecimento e da coautoria” (SALES, 2007, p.199) e, portanto, a instituição escolar contemplada tem o livre arbítrio de escolher o programa de capacitação de mediadores ou apenas a etapa de *workshops* para o corpo docente e coordenação, conforme necessidades internas.

Outra realização relevante na construção da cultura da paz nas escolas brasileiras é o exemplo do estado do Ceará. O Ministério Público, através da iniciativa do titular da Promotoria de Justiça do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Caucaia, o promotor de Justiça Dr. Eloilson Augusto Landim, inaugurou no dia 10 de outubro de 2007 o primeiro Núcleo de Mediação Especializado em Educação, localizado no distrito da Jurema, na cidade de Caucaia. Este é o terceiro núcleo de mediação do Ministério Público Estadual, mas o primeiro com foco específico na mediação e conciliação escolar. Sua implantação contou com o atendimento de uma população de 60 mil habitantes, abrangendo os bairros da cidade de Jurema (BRASIL, 2007).

As aspirações do referido projeto, conforme afirmou o então promotor Edson Landim, consistiam na utilização de novos paradigmas para a resolução de conflitos entre pais, alunos, o problema de evasão escolar e a qualidade do ensino. Uma pesquisa realizada com 12 escolas daquela região constatou que a problemática da educação tem gerado resultados insatisfatórios às necessidades da população carente (BRASIL, 2007). Por sua vez, o segundo Núcleo de Mediação no Ceará foi implantado na Escola de Ensino Fundamental e Médio Adelino Alcântara Filho, com o apoio do Ministério Público do Estado do Ceará, no ano de 2008. A iniciativa foi advinda de pesquisa de doutorado em Educação pela Universidade Federal de Ceará (UFC), da professora Sinara Mota Neves de Almeida, em parceria com a 13ª Promotoria de Justiça dos Juizados Cíveis e Criminais (em Fortaleza) e a Promotoria de Justiça de Croatá (BRASIL, 2007).

Diversos núcleos de mediação escolar estão em funcionamento no referido estado. Segundo Sales e Alencar (2005), o Instituto de Mediação e Arbitragem do Ceará – IMAC, que está desenvolvendo o “Projeto de implementação da mediação escolar” com objetivo principal de capacitação de membros da escola para atuarem

como mediadores (diretores, professores, funcionários e alunos). Este projeto, por sua vez, divide-se em oito etapas: mapeamento dos conflitos; planejamento da ação; sensibilização; seleção dos mediadores; aulas de capacitação; prática da mediação; monitoramento; e avaliação.

Atualmente, o projeto “Mediação escolar em pauta” está em desenvolvimento no estado da Bahia, que será detalhado no capítulo seguinte. Os objetivos deste projeto assemelham-se com os evidenciados acima, mas, detém peculiaridades relativas às características do espaço-temporal utilizado, bem como uma metodologia especificamente desenvolvida para a realidade das escolas contempladas, citadas acima. Por fim, cabe realizar uma análise paralela entre as iniciativas brasileiras e estrangeiras. As seções anteriores deste trabalho trataram dos projetos desenvolvidos nos EUA nas décadas de 1970 e 1980, precursores em mediação escolar no mundo, seguido pela Argentina, com o Programa Nacional de Mediação Escolar, conforme explanado.

Brandoni (1999) aponta para dois segmentos alcançados pela mediação escolar na Argentina, a capacitação de docentes, que se refere à realização de cursos e jornadas de capacitação institucional para professores e direção das escolas; e as experiências de realização efetiva dos projetos de mediação nas escolas. Ainda, no que se refere a este país latino-americano, evidenciam-se os estudos de Prawda e Lacovone (2004), que defendem a mediação como ferramenta básica da paz social, e apontam a necessidade de compreensão dessa temática desde o ensino escolar básico, em meio às intensas transformações do mundo atual.

Profundas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais marcam a modernidade: os processos de produção, o volume de informações manejado, a organização das economias, a dinâmica da sociedade, os meios de comunicação estão cada dia mais integrados, em face do conhecido fenômeno da globalização. Neste passo, as autoras supracitadas asseveram que a criança deve ser preparada para receber toda a complexidade do mundo atual por meio da educação, ressaltando-se a educação escolar (PRAWDA; LACOVONE, 2004).

A discussão acerca da educação escolar proposto pelas autoras argentinas dissemina-se em diversos países do mundo, que conhecem bem o resultado social da educação de hoje, e acredita na transformação deste resultado – violência, drogas e alijamento social – por meio na transformação dos instrumentos próprios do educar. Este projeto argentino dialoga em perfeita harmonia com o programa

Observatório da Pacificação Social, da Faculdade de Direito da UFBA, demonstrando como afinam-se as perspectivas mundiais acerca da temática da violência e sua prevenção. Outros países que se destacam são a Espanha, com seu “Centro de Investigação para a paz Gernika Gogoratrutz” (SALES, 2007, p.194), bem como Portugal, França, Austrália e Inglaterra, que têm igualmente desenvolvido, de maneira peculiar a cada realidade, ações relativas à pacificação na infância e juventude por meio da mediação.

2.2.4 Mediação e Direitos humanos: o direito à educação e o acesso à justiça

A mediação de conflitos não se dá apartada de princípios jurídicos, ao contrário, ela consubstancia-se dos mesmos valores que embasam os Direitos Humanos, direitos fundamentais, constitucionais e internacionais que devem acompanhar o estudo da mediação escolar (VASCONCELOS, 2008, p.52).

As declarações de direitos do homem, segundo Silva, J. (2010, p. 175), sofreram modificações históricas quanto a sua natureza e conteúdo. Inicialmente, surgiram de proclamações solenes, depois passaram a ocupar o preâmbulo das constituições, a exemplo da França. Atualmente, tais direitos estão presentes em documentos internacionais, onde assumiram o papel de primeiras declarações universais, mas, em razão da necessidade de positivação normativa interna, integram as constituições nacionais dos países.

O mesmo autor releva a dificuldade circunstancial de se definir os direitos fundamentais, em razão da sua ampliação e transformação histórica, pois que são diversamente designados: direitos naturais, direitos do homem, direitos humanos, direitos individuais, direitos públicos subjetivos, liberdades fundamentais, liberdades públicas e direitos fundamentais do homem (SILVA, J., 2010, p.176).

Normalmente, a denominação direitos humanos é aquela usualmente empregada nos documentos internacionais de proteção às referidas prerrogativas. Retornando a Vasconcelos (2008, p.55), a finalidade didática pressupõe a classificação desses direitos. Assim, podem ser enumerados como: direitos fundamentais à igualdade, à existência digna, à liberdade e à estabilidade democrática. Neste momento, apenas interessa o direito à educação, pertencente aos direitos fundamentais à existência digna, e a garantia de acesso à justiça vinculada aos direitos de estabilidade democrática.

Acerca do direito à educação, a doutrina majoritária corrobora este entendimento. Lima (2003, p. 29) enfoca a educação como necessidade básica para que se viva num mundo mais igualitário e justo, porquanto promove a possibilidade de melhoria intelectual e social do indivíduo, e a compreensão de sua posição no tempo e no espaço. Na mesma linha, Zarco (2006, p.13) afirma que a primeira responsabilidade do Estado é garantir a todos o direito à educação, que é um direito humano, um bem público. Mais adiante, Hartill (2006, p.56) expõe que a educação não é um serviço prestado pelo Estado, mas um direito universal que, por sua vez, deve apresentar qualidade, inclusão social, desenvolvimento intrapessoal, respeito às diferenças alheias, a equidade e a paz.

Neste viés, observa-se que a mediação escolar, em verdade, ratifica e legitima o direito à educação, pois reforça seus caracteres de formação não apenas intelectual, mas social e cidadã. A ferramenta da mediação de conflitos aliada à educação faz emergir uma potencialidade da escola até então subvalorizada, diante do quadro de ensino massificado existente no país.

Eleva-se então, a necessidade de afastar a educação como uma prestação de serviço do Estado, para assumi-la como a formação do ser humano dentro de uma rede social. E a partir da distinção das expressões “ensinar” e “educar”, torna-se possível incluir a mediação escolar como habilidade a ser desenvolvida pelos próprios alunos, num processo de aprendizado que não se ensina, mas antes é incentivado e despertado na realidade de cada um. Todos os atores da comunidade escolar são envolvidos neste movimento, professores, alunos e funcionários, conjuntamente. Pois, ao abrir as portas para a mediação partilham uma experiência educacional singular e surpreendente. No cerne dos direitos fundamentais de estabilidade democrática, esta estabilidade em si, enseja em um amplo direito de acesso à justiça como ensina Vasconcelos (2008, p. 58).

Esta premissa é confirmada por Souza (2011, p. 25), quando diz que o conceito de acesso à justiça não se detém ao sentido meramente literal. Destarte, não se pode resumi-lo a atividade judicial, porquanto jurisdição e justiça são expressões que não se confundem. O direito de postulação frente ao Estado-juiz não é a única porta de ingresso à justiça. Do mesmo modo, Cappelletti e Garth (1988) afirmam que o acesso à justiça não é apenas um direito social fundamental reconhecido, mas sim o ponto central das discussões modernas, ao pressupor o alargamento e aprofundamento dos métodos e das finalidades da ciência jurídica moderna.

Nesta perspectiva, novamente aparece a importância da difusão da mediação, da arbitragem e outras abordagens extrajudiciais, como procedimentos utilizados pela sociedade, quando esta assume o papel de protagonismo na resolução dos próprios conflitos, como se observa nas atividades dos núcleos comunitários (VASCONCELOS, 2008, p.44).

É o que se verifica com a mediação escolar, com o desenvolvimento de projetos e implantação de núcleos para resolução pacífica de controvérsias, onde todos os envolvidos estarão fazendo valer seu direito de acesso à justiça. Assim define-se a relação da mediação com os direitos humanos, consoante perscrutado acima, especialmente por meio da compreensão da inclusão da mediação escolar como ferramenta de legitimação e aprimoramento da educação, e como asseguarção do acesso à justiça.

Ademais, deve-se ter em conta o caráter emancipatório dos direitos humanos, que permitem aos homens tomar posse da sua condição de cidadania e autodeterminação. Ao lado desta conclusão, deve-se também esclarecer a relação da mediação escolar com a violência, quando se concebe que as práticas delituosas prejudicam o ambiente de aprendizagem e o processo educacional. Nesse sentido, elas fazem nascer conflitos dentro da comunidade escolar que podem tomar proporções graves, externas aos muros da escola e que venham a negar diversos direitos dos indivíduos ali presentes.

2.3 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

A análise da violência no contexto escolar exige o exame da etimologia da violência, sua natureza, sua evolução e a forma na qual concentra suas manifestações nos dias atuais, principalmente entre crianças e adolescentes. É necessária a compreensão primeira do ato de violar, estabelecer-se quais direitos e valores violados indicam a verificação da violência propriamente dita. Pois, os focos da violência no mundo demonstram peculiaridades, a partir da cultura e crenças, os significados de violência se alteram. Neste sentido, há que perscrutar quais os valores protegidos por cada Estado, que não se confundem com aqueles definidos pelas religiões, pela formação social, pelas regras internas de cada família, dentre outras abordagens.

Neste espaço, serão questionados os conceitos universais acerca da violência, analisada a universalidade em contraposição às peculiaridades locais, a diversidade sociocultural e econômica como parâmetros, as posturas religiosas, e, também os padrões de educação estabelecidos. Isto posto, será possível observar o excesso de ocorrências de práticas violentas na infância e na juventude, muitas delas na escola; violência física, verbal, cultural e racial, e outras diversas formas de violações dos direitos de outrem. As escolas reúnem seres humanos em formação, que muitas vezes desconhecem seus próprios direitos, não compreendem posturas violentas alheias nem sabem como evitar o revide. A diversidade é diretamente proporcional a inabilidade de autodeterminação e resolução de conflitos, como será evidenciado.

Por outro turno, quando as comunidades alcançam altos índices de violência, o poder público se preocupa, não apenas pelas consequências sociais geradas, mas principalmente, pelas repercussões políticas surgidas da insegurança pública. As tentativas de redução, controle e prevenção da violência, nas maiores proporções, são realizadas por meio de policiamento ostensivo, forças armadas que guarnecem a população dela mesma, em nome da égide Estatal que lhe protege.

A proposta da mediação escolar vem na contramão dos valores heterônomos derivados do poder público, normas e políticas de segurança militarizadas, pois os princípios basilares da mediação pressupõem valores autônomos de resolução de controvérsias. A mediação escolar não apenas administra o conflito pacificamente, com a atuação dos alunos, professores e funcionários, mas previne a recorrência das ações violentas por meio da transformação consciente – difusão de uma cultura de paz.

Passa-se então a tratar da violência, sob o enfoque conceitual e, sequencialmente, far-se-á uma análise da violência no contexto escolar e as atuais medidas de repressão e precaução utilizadas neste ambiente, evidenciando, por fim, as consequências dos atos de violência para a comunidade e a questão da insegurança.

Por último, fez necessário buscar esclarecer a impossibilidade de se educar num ambiente onde a violência é reinante, posto que apenas se considera efetiva a educação quando ela é direcionada à paz.

2.3.1 Violência: análise conceitual

A palavra violência é ampla e apresenta múltiplos significados. Derivada do latim, “*violentia*”, pode ser genericamente definida como qualquer constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem, ou seja, é qualquer ação que tenha por objetivo causar dor ou sofrimento físico. Na sua origem, relaciona-se também com o termo violação, que advém de “*violare*” (FREITAS, 2013).

Entretanto, este termo é ambíguo e complexo, uma vez que a violência se manifesta de inúmeras formas, como por exemplo, nas guerras, torturas, conflitos étnico-religiosos, preconceito, fome, contra a mulher, a criança e o idoso, nas relações sexuais, ou então, de forma verbal, o que dificulta uma definição consensual e incontroversa para o conceito. Não é possível tratar da violência quando se omite sua discussão dualística. Galtung (1995) examina a dualidade “guerra e paz” de forma a estabelecer que a existência de uma dessas variáveis não exclui a sua antagônica. A definição da paz, então, atende a um conceito negativo – pela mera ausência da guerra manifesta, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural existente na sociedade. Em contrapartida, a paz positiva sugere a mútua ajuda, a educação e a interdependência dos povos. Para o autor, esta paz positiva representa a prevenção da violência, a construção de uma sociedade coletivamente melhor e saudável.

Nestes termos, discutir-se-á oportunamente a construção da cultura da paz proposta pela mediação escolar. Quando se trata de direitos humanos, a violência abrange todos os atos de violação dos direitos: civis (liberdade, privacidade, proteção igualitária); sociais (saúde, educação, segurança, habitação); econômicos (emprego e salário); culturais (manifestação da própria cultura) e políticos (participação política, voto) (FERNANDES; OLIVEIRA, 2013).

Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde - OMS define como violência o uso intencional da força física, poder real ou sob forma de ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação de liberdade (SOUZA, E., 2007, p.15).

Segundo Durkheim (1966), a violência é definida como um sintoma de funcionamento ineficiente das instituições sociais, nos processos de socialização e em relação às normas sociais e jurídicas vigentes em dada sociedade.

Arendt (1990), que possui uma das mais relevantes reflexões sobre a temática da violência, acredita que nenhum historiador ou estudioso da política deveria ser alheio ao papel representativo que a violência sempre desempenhou nos assuntos humanos, e questiona a necessidade de sua investigação pelos cientistas. Ela relata em seus estudos que a violência tem caráter instrumental, ou seja, é um meio que necessita de orientação e justificação dos fins que persegue.

Por tratar-se de um assunto complexo, a compreensão da violência necessita da articulação de conceitos variados, quando se busca seu entendimento e enfrentamento. Souza (2008) ressalta que, historicamente, a violência foi mais comumente identificada como criminalidade e, por isso, quase que objeto de reflexão exclusiva das Ciências Jurídicas. Só mais recentemente, ela passou a ser incorporada de maneira mais sistemática por outras áreas do conhecimento.

Bobbio (1999), no Dicionário de Política, conceitua a violência por intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária e tenha por finalidade destruir, ofender e coagir. Em caráter exemplificativo, ele afirma que é violência a intervenção do torturador que mutila sua vítima; mas não a operação do cirurgião que busca salvar a vida de seu paciente. Ainda para Bobbio (1999), exerce violência quem tortura, fere ou mata, aquele que não obstante a resistência, imobiliza ou manipula o corpo de outro, que impede materialmente outro de cumprir determinada ação. Ademais, costumeiramente a violência é exercida contra a vontade da vítima. Existem, porém, exceções consideráveis, como o suicídio ou os atos de violência provocados pela vítima com finalidade propagandística ou de outro tipo.

A violência pode ser direta ou indireta, manifesta-se de maneira direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem a sofre; indiretamente, ocorre quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra ou através da destruição, da danificação ou da subtração dos recursos materiais. Nas duas possibilidades, o resultado será a modificação prejudicial do estado físico do indivíduo ou do grupo que é o alvo da ação violenta (BOBBIO, 1999).

Para uma análise coerente das acepções da violência, é necessário considerar, especialmente numa dimensão temporal, tanto a ameaça da violência, quanto a violência em ato como punição, quanto ainda a violência em ato como ação "demonstrativa" (BOBBIO, 1999).

Segundo Adorno (2002), a pós-modernidade trouxe consigo mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e de violência. O autor afirma que os últimos cinquenta anos da história do Brasil foram marcados pela acelerada transformação das estruturas sociais, por novas formas de acumulação de capital, inovações industriais e tecnológicas, transmutações nos processos de produção e de trabalho, nas formas de utilização, distribuição e alocação da força de trabalho, transcendência de fronteiras nacionais e acentuado deslocamento das relações dos indivíduos entre si e com o Estado que lhe protege. Todos esses fatores repercutem intimamente na natureza dos conflitos sociais e políticos e nos meios de sua resolução.

Souza, L. (2008, p.13) analisa a violência em seus aspectos sócio-antropológicos, ao distingui-la:

- a) violência criminal: as ações manifestas, intencionais ou não, coletivas ou individuais, são traduzidas em crimes e contravenções penais;
- b) violência política: o Estado é o principal perpetrador da violência, independente do regime político adotado, as ações podem ser aceitas ou rejeitadas pela população. É característica dos Estados autoritários;
- c) violência social e econômica: deriva dela a divisão desigual das oportunidades de trabalho e de renda, exacerbando-se a divisão de classes, a marginalização dos benefícios, dos frutos do trabalho e das atividades sociais, fazendo-se crer que nem todos possuem esse direito. A exclusão social é o combustível para essa violência;
- d) violência simbólica: aparece em todas as partes, por meio da mídia, costumes, moda, tradições, religião, cultura. Verifica-se quando os indivíduos aceitam e legitimam as condições injustas ou inadequadas, enxergando a desigualdade social com naturalidade. Exemplos de comportamentos característicos da violência simbólica é a corrupção da esfera política, legislativa e judiciária, que são conhecidas e aceitas pela população de forma perpetuada;
- e) violência proveniente de guerras e do terrorismo: ocorrem geralmente por conveniência política, religiosa e econômica, na maioria das vezes ilegal, fomentando o estado de insanidade da sociedade humana;
- f) microviolências cotidianas: são aquelas que se revelam todos os dias por meio de conflitos intersubjetivos, que ocorrem entre duas ou mais pessoas.

Na maioria das vezes emergem de comportamentos sociais exacerbados, da insatisfação individual e coletiva das pessoas são vítimas da impunidade dos que cometem violência de toda ordem.

Cabe mencionar também a caracterização realizada por Carvalho (2012), que considera a violência domiciliar, a violência cometida pela mídia, a macroviolência, e a violência institucional. Esta última será objeto do próximo tópico de discussão, tomando a instituição escolar como espaço de perpetração de violência.

Em paralelo às definições de violência, Costa (2005, p.66) ressalta a questão do poder, que se integra ao perfil burocrático do Estado quando assume as vestes de dominação. Assim, todas as organizações existentes nas sociedades possuem a capacidade de manter e ratificar a dominação, que representa o poder em sua perspectiva institucionalizada. Sendo assim, os três valores: burocracia, organização e poder caminham lado a lado no exercício da dominação e controle social, legitimados pela própria sociedade.

2.3.2 A manifestação da violência no âmbito escolar e os mecanismos de prevenção e combate

Como qualquer outro contexto institucional, a escola demanda interação e convívio social daqueles que dividem esse espaço. Contudo, a forma de repartir o mesmo ambiente, de se estipular e respeitar os limites alheios, de demonstrar as vontades e anseios particulares e de compreender os interesses coletivos divergem entre si. Todas estas variáveis, e outras mais, são relevantes para o estudo da violência na escola.

A dificuldade encontrada para se definir a violência escolar, para Charlot (1997, p.1), concentra-se não só na heterogeneidade dos fenômenos e situações fáticas, que são difíceis de ordenar e de delimitar, mas, essencialmente, nas representações sociais conformadas nas expressões infância, escola e democracia. Para o autor, a infância é considerada a fase de inocência e a escola representa o espaço de refúgio e paz, a fim de que a sociedade seja densificada no regime democrático e valorada como tal. Ocorre que, nos dias atuais, questiona-se a existência da inocência na infância, a paz no ambiente escolar e a força democrática do Estado.

Por seu turno, Debarbieux (1999) associa a violência escolar a três dimensões sócio-organizacionais diferentes: a degradação no ambiente escolar em razão de

gestão e estruturas deficitárias; a violência que se inicia de fora para dentro das escolas, com a participação de gangues, tráfico de drogas e exclusão social crescente na comunidade escolar; as manifestações de violência internas e específicas de cada instituição escolar; a ocorrência de ações violentas no âmbito interno das escolas depende de fatores históricos, temporais, passageiros ou não.

Hodiernamente, nota-se a preocupação generalizada com a violência no âmbito escolar, esta temática problematizada está no centro das discussões políticas e sociais de todo o mundo, principalmente no Brasil. Nesta perspectiva, que não é nova no país, vale frisar a pesquisa realizada sob a coordenação da UNESCO, publicada no ano de 2002, intitulado “Violências nas escolas”.

Destaca-se, então, essa pesquisa nacional que avaliou a rotina de alunos, professores, diretores e funcionários de escolas em 14 (catorze) capitais brasileiras, orientada por Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua, a fim de compreender a violência na escola, os prejuízos ocasionados às relações na comunidade escolar, as repercussões para a qualidade do ensino, do desempenho dos estudantes e seu interesse pelo convívio escolar (ABRAMOVAY, RUA, 2002).

Existe uma violência que não é intrínseca à escola, é a violência da sociedade, que ingressa neste meio em razão da curiosidade, rebeldia e outras características inerentes à juventude, como no caso do uso de drogas. Quando esta forma externa de violência instala-se na escola, as regras internas são descartadas, e tudo vale segundo a lei das ruas. Ela complementa sua investigação, afirmando que a violência externa aprofunda as falhas na educação familiar e estimula a inaptidão e exclusão social das crianças e adolescentes (ABRAMOVAY, 2002).

No que concerne à violência interna, ou institucional, a pesquisadora observa que 25% dos alunos já repetiram uma série pelo menos, e que a cada ano, 4% dos alunos são expulsos das escolas públicas. Portanto, o foco das investidas sociais e políticas devem ser as motivações para a expulsão e para a reprovação escolar. Dentre elas, destacam-se a frustração com o improvável futuro universitário, as agressões verbais e físicas, a falta de respeito recíproco entre alunos e professores, as violências raciais, a dificuldade de se relacionar com os demais, dentre outros motivos (ABRAMOVAY, 2002).

A questão do aluno “repetente” merece destaque no cerne da temática da autonomia e heteronomia, que serão perscrutados a seguir. Destarte, pese-se que a permanência do aluno na instituição de ensino, as suas atitudes e compromissos

naquele espaço originam-se de obrigações externas que lhe são socialmente postas. Se o aluno não possuir motivação interna e autônoma, a vontade intrínseca de aprender e contribuir para a educação escolar, seus resultados serão repetidamente falhos, pois vazios de finalidade.

Volta-se então a Lilia Sales, que afirma a necessidade de implementação de políticas públicas que identifiquem as variadas formas de violência que causam exclusão, para que sejam criados mecanismos de alcance aos núcleos dessas violências, inclusive a modalidade que menos recebe atenção, e é muito prejudicial ao meio escolar, a violência psicológica (SALES, 2007, p.169).

Quanto aos mecanismos atualmente existentes para prevenção e combate da violência escolar, retoma-se a pesquisa patrocinada pela UNESCO, que pontua algumas alternativas para a problemática, dentre elas, o programa “Abrindo espaços” e os projetos de algumas organizações não governamentais (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

De iniciativa da UNESCO, o programa “Abrindo espaços” vem sendo desenvolvido nos estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Pernambuco e Bahia, por meio da proposta de abrir escolas localizadas em áreas de baixa renda nos finais de semana, que são os momentos de aumento dos índices de violência relacionados à juventude, para oferecer alternativas de lazer, cultura e esportes a jovens em situação de vulnerabilidade social. Esta ação no estado do Rio de Janeiro caminha de mãos dadas com o projeto já explicitado, “Escolas de Paz”, que funciona desde o ano 2000 (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

As atividades desenvolvidas por organizações não governamentais no Brasil possuem resultados relevantes. Segundo pesquisa sobredita realizada por meio da UNESCO, aproximadamente 400 instituições dedicam-se a iniciativas concernentes à educação, cultura, cidadania, lazer, e pacificação. Ademais, os projetos geralmente possuem propostas que demandam a participação da comunidade dos entornos das escolas, buscando o desenvolvimento das habilidades dos jovens concomitantemente com as ideias de pertencimento e coletividade (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

Para Carvalho (2012), uma ação de contundência para a redução e prevenção contra a violência nas escolas é a prática de atividade física, que se demonstra indispensável ao desenvolvimento da saúde física, social, emocional e psicológica de todos os indivíduos, em especial jovens em situação de vulnerabilidade.

Por meio do projeto “Bairro Escola”, escolas da comunidade da Baixada Fluminense, na cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, utilizam o esporte como principal forma de ocupar os jovens durante as madrugadas e nos finais de semana. Estas instituições permanecem com as quadras abertas de sexta a domingo, quando exacerbam os problemas com a violência. Assim, os professores, monitores e voluntários promovem atividades, campeonatos e diversas práticas esportivas, o que leva a diminuição dos atos violentos praticados pelos jovens (CARVALHO, 2012).

Conforme dito anteriormente, a tentativa de parceria com a comunidade oferece melhores resultados. Para Araújo (2002, p. 55), cabe mencionar a ação desenvolvida na Escola Estadual José do Prado, na região do ABC paulista, que conseguiu controlar a violência na escola, a partir de acordo realizado entre a direção da escola e os grupos de alunos, que resolveram preservar a escola e a ordem, por meio da comunicação, do diálogo civilizado.

Souza (2008), em caráter igualmente exemplificativo, destaca a atividade do Batalhão Escolar, que desenvolve o PROERD (Programa Educacional de Resistência à Violência e às Drogas), onde são incentivadas questões como autoestima, amor ao próximo, prevenção às drogas e combate à violência dentro das escolas no estado de Goiás. Após dez lições aprendidas, os alunos recebem em cerimônia formal os certificados de participação no projeto, o que também favorece a participação coletiva (LONGO, 2008, p.05).

Outra iniciativa destacada no estado de Goiás é o “Programa Cidadania e Paz na Escola”, que desde o ano de 2006 foi implementado pela Secretaria Estadual de Educação, a fim de levar às comunidades escolares valores basilares da paz social, para o combate da utilização de armas de fogo nas escolas (LONGO, 2008, p.05).

Por fim, urge salientar a relevância da enumeração das práticas atualmente utilizadas para a prevenção e redução da violência, porquanto o objetivo do presente trabalho de pesquisa é a demonstração da mediação escolar como ferramenta efetiva no desenvolvimento desse papel, levando às comunidades escolares uma cultura de paz.

Isto posto, afirma-se que a autonomia sobrepuja-se a heteronomia no cerne da violência e sua prevenção, porquanto os limites heteronômicos são impostos por terceiros, pela Lei e pelo Estado, ao passo em que a autonomia permite a formulação de valores internos de limitações do ser humano. Segundo Kant, a natureza racional do homem repousa no poder de arbítrio que ele possui entre a

autonomia e a heteronomia, ou seja, na liberdade de frear as leis que lhe são postas ou decidir segui-las. Ademais, o filósofo defende que a dignidade do ser humano deve lhe impor a obrigação moral de pautar suas ações pelo “amor ao dever”, que os seres racionais se autoimpõem como legisladores de si próprios (KANT, 2002).

2.3.3 As consequências sociais da violência escolar e o direito à segurança

Retoma-se a temática dos direitos humanos, ressaltando o direito à segurança, que, incluído no rol dos direitos fundamentais à existência digna, dita por Vasconcelos (2008, p.55), faz-se presente no artigo 6º, II, da Constituição Federal, e é também arrolado no artigo 3º da Declaração Universal de Direitos Humanos¹¹.

Neste diploma, aparece no mesmo dispositivo os direitos à vida, à liberdade e à segurança; esta última é necessária à existência do homem, incluindo-se sua integridade física e psicológica. A perpetração de atos de violência na escola traz a concepção de normalidade aos indivíduos em formação, que aprendem e reproduzem as manifestações vivenciadas na escola nas demais esferas das suas vidas. Quando esta normalidade é transmitida enquanto valor familiar, arraiga-se a personalidade do jovem ainda em raízes mais profundas, que pode, entretanto, ser assimilado em outros contextos sociais, como vizinhança e amizades.

Com a absorção da violência na infância, enquanto característica normal das interações humanas, a reprodução das manifestações de violência demonstrará maiores proporções e impactos na vida adulta. O indivíduo que não apreende os valores do diálogo e da comunicação pacífica na sua formação enquanto cidadão, não pode ser demandado a apresentar estas habilidades posteriormente.

A violência existente nos dias atuais, presente nas discussões mundiais e pressões sociopolíticas, é o resultado de um processo de “deseducação”, que tem a escola como nascedouro e a sociedade como deságue. Não se pode esperar dos indivíduos comportamentos que eles não compreendem, posturas que não lhes foram ensinadas e valores que não puderam ver garantidos.

¹¹ O artigo 3º determina que: “Todas as pessoas têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, explicitado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Organização das Nações Unidas.

Neste sentido, resta clarividente a relação da violência escolar com a insegurança pública, em linhas gerais, e conseqüentemente, com o direito à segurança. Este direito é devido também dentro da comunidade escolar. Para Muller (2008, p.109), o meio escolar é um protótipo da sociedade. É o local em que pessoas com perspectivas e valores distintos têm que coexistir, sendo-lhes ensinadas normas de coleguismo ao mesmo tempo em que se lhes é imposto o autoritarismo. Essa situação tem incentivado alguns autores a descrever as escolas como “anarquias organizadas”, com grande diversidade humana e subdivisões perceptíveis das “subculturas”, que as tornam laboratórios de conflitos (WARTERS, 1999).

Partindo-se desta relação clara, erige-se este trabalho de pesquisa, demonstrando que as habilidades transmitidas por meio da mediação de conflitos, tais como: o diálogo pacífico, a autodeterminação, a autoconfiança, o respeito ao próximo, a escuta dinâmica, a expressão da vontade e o desenvolvimento das potencialidades interpessoais, pois são suficientemente sólidas quando atreladas ao contexto escolar, já que auxiliam os jovens a serem responsáveis pela resolução de seus próprios conflitos, sem buscar a violência.

Neste sentido, estará também sendo fortalecido o direito à segurança destas crianças e adolescentes em formação, dos professores, funcionários e membros da direção das escolas. Quando a comunidade escolar passa a sentir-se segura dentro dos muros da instituição de ensino, as relações de amizade, companheirismo e o sentimento de inclusão lhe acompanhará para os meios exteriores. Igualmente, perceberá que os valores e habilidades apreendidos serão repassados adiante, multiplicando-se nos comportamentos daqueles que vivem a mediação em seu cotidiano.

As conseqüências sociais da violência na escola são diversas, mas podem ser evitadas. Elas são verificadas de maneiras também variadas, como frustração e problemas psicológicos gerados pelo bullying, depredação da escola e áreas em seu entorno, agressões verbais contra os colegas e professores, dificuldade na aprendizagem, disposição à criminalidade, agressões físicas, lesões corporais e até mortes. Em longo prazo, o costume da violência alia-se a certeza de impunidade, que, numa macroperspectiva, mostra a realidade de corrupção, conformismo e insegurança pública que preocupa a todos.

Se o primeiro espaço extradomiciliar de aprendizado é a escola, onde se perpetua a violência institucionalizada, seja pelos alunos ou pelo corpo docente; o caminho inverso também pode ocorrer. Podem ser legitimadas neste espaço de aprender, de construir conhecimento, outras habilidades senão a força e a ameaça. É possível ensinar que, há outras formas de vencer um conflito ou uma situação de desarmonia, por meio de uma vitória coletiva e de uma solução conjunta, em detrimento a prática de violência.

A seguir, cuida-se, enfim, de caracterizar o projeto “Mediação Escolar em Pauta”, cujos valores norteadores foram discutidos anteriormente, contrapostos com as manifestações de violência e, passam, neste momento, a ser atrelados a mediação de conflitos escolares no Colégio Gentil Paraíso Martins e no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, localizadas no interior da Bahia.

3 O PROJETO “MEDIÇÃO ESCOLAR EM PAUTA”: A EXPERIÊNCIA DO OBSERVATÓRIO DA PACIFICAÇÃO SOCIAL

O Observatório da Pacificação Social é um de programa de extensão coordenado pela Professora Mestre Ana Paula Rocha do Bomfim, lotada no Departamento de Direito Privado, na Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia. O referido programa congrega diversos projetos, tais como: “ACCS-

Observatório da Pacificação Social via MESCs”, projeto “Mediação Escolar em Pauta”, “Câmara Modelo de Mediação, Conciliação e Arbitragem”, “Um olhar sobre a conflituosidade nas comunidades tradicionais”, projeto de Mediação Familiar e de Mediação Comunitária. No cerne dos direitos humanos, engloba um projeto de enfrentamento ao tráfico de pessoas e exploração sexual.

As ações do Observatório da Pacificação Social tiveram início com o ACCS “Observatório da Pacificação Social via MESCs” em 13 de agosto do ano de 2012, e atualmente abrangem intervenções em todas as áreas vinculadas ao programa, todos pautados na metodologia da pesquisa-ação, que objetiva, sobretudo, a geração de tecnologia social em prol das comunidades atendidas e de outras que possam ser beneficiadas mediante os resultados obtidos por meio da interação entre ensino, pesquisa e extensão.

O referido programa, caracteriza-se pela multi e transdisciplinaridade, do qual participam professores e alunos de graduação de diversos cursos da Universidade Federal da Bahia, dentre eles alunos do curso de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social e Psicologia, do Programa de Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, além de voluntários, na sua maioria ex-alunos, e professores do curso de Direito do Campus XIX da Universidade Estadual da Bahia - UNEB.

O Observatório da Pacificação Social respalda sua justificativa na necessidade de efetivação do direito de acesso à justiça no país. Conforme anteriormente elucidado, o direito de acesso à justiça é garantido a todos os cidadãos, o que é estabelecido pela Carta Magna e ratificado por documentos de cooperação internacional. Contudo, na prática, a população de baixa renda, setores sociais menos instruídos e segmentos vulneráveis não veem seu direito efetivado.

Neste sentido, o projeto “Mediação escolar em pauta”, desenvolvido no âmbito do Observatório da Pacificação Social, será esquadrihado neste capítulo de discussão, de maneira a esclarecer a relevância social da inserção da mediação no contexto escolar, não apenas como meio de garantia do acesso à justiça, mas como ferramenta preventiva e de redução da violência.

Portanto, pretende-se inverter a lógica do conflito costumeiramente difundida. Como bem preceitua Muller (2008, p. 109), a lógica destrutiva, adversarial, binária é abandonada em detrimento de uma lógica cooperativa, conjunta, ternária. Este terceiro, denominado mediador, atuará com imparcialidade, desenvolvendo

habilidades específicas, que serão explanadas posteriormente, na tentativa de facilitar a comunicação das partes, que buscam alcançar uma solução consensual para a controvérsia estabelecida.

A experiência analisada neste momento, refere-se à implantação do projeto de mediação escolar no Colégio Gentil Paraíso Martins, localizado no município de Valença, e no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, pertencente ao município de Cairu, alocado na vila de Morro de São Paulo, ambas no interior do Estado da Bahia.

Por razões variadas, a violência está impregnada nas escolas, consoante discutido em momentos anteriores, o que atesta a urgência de ações preventivas e combativas desta mazela social, que muito prejudica a educação das crianças e adolescentes brasileiros. Investiga-se, pois, a mediação como forma de apurar valores autônomos de cooperação e pacificidade nas comunidades escolares, entre alunos, professores, funcionários e corpo diretivo.

Os temas seguintes visam descrever a implantação de um projeto de mediação escolar, embasando-se nas experiências das escolas supramencionadas, localizadas do interior da Bahia, esclarecendo-se o contexto em que estão inseridas, suas demandas, as etapas, ações e resultados obtidos.

3.1 O MODELO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO “MEDIAÇÃO ESCOLAR EM PAUTA”

Este estudo propõe um modelo experimental de intervenção no contexto escolar respaldado na mediação de conflitos como estratégia de prevenção e contenção da violência nas escolas públicas contempladas.

O projeto “Mediação Escolar em Pauta”, consubstancia-se no desenvolvimento de atividades de extensão em escolas da rede pública, mediante a sensibilização de alunos, professores, servidores, pais e colaboradores acerca da cultura de paz. Inicialmente visa-se a alteração da proposta didático-pedagógica da unidade de ensino, com a inserção da mediação escolar e dos valores de pacificação, propondo-se à implantação de um núcleo de mediação escolar.

A mediação pode ser a ferramenta adequada para lidar com as variadas expressões da violência no ambiente escolar. Folger (1999), ao pautar-se no modelo transformativo traz consigo uma visão positiva do conflito, na qual as questões

conflitantes são entendidas como próprias das relações humanas e importantes para que ocorram mudanças e crescimento pessoal. Destarte, a possibilidade de postura negativa consiste na eventual má administração do conflito, jamais o conflito em si.

A fim de implantar a mediação como instrumento de resolução de conflitos em um ambiente escolar, é necessário refletir acerca da mudança de toda uma conjuntura, que envolve alterações de comportamentos e de formas de pensar diante de um conflito. Neste sentido, a grande mudança que se busca envolve todos os atores escolares, alunos, pais, professores, e demais profissionais da escola.

Os próprios conflitos do ambiente escolar devem ser considerados com base na tríade escola-família-comunidade, já que essas três esferas encontram-se entrelaçadas. Nesse sentido, Morgado e Oliveira (2009) asseveram que a efetividade de um projeto de mediação nas escolas está atrelada à participação de toda a comunidade escolar, ou seja, não será suficiente atrair e abarcar apenas os alunos. Todos os referidos atores devem atentar para a cultura do diálogo e da pacificação nas relações interpessoais. Portanto, é necessário que os profissionais das escolas desenvolvam essa mesma postura, para que sejam preservados os princípios da cultura da conversa em detrimento às ações de violência, não apenas dentro das escolas, mas nas famílias, relações de vizinhança e demais esferas sociais e educacionais.

Nesse sentido, o grupo multidisciplinar de alunos e colaboradores que atuam nos projetos do Observatório da Pacificação Social, efetua atividades de sensibilização, capacitação, acompanhamento e avaliação da implantação da práxis pacificadora no contexto escolar. A implantação do projeto ocorre mediante a execução de ações de pré-sensibilização, sensibilização de professores, servidores, pais, líderes estudantis e colaboradores, sensibilização de alunos, capacitação dos sensibilizados, ciclo de palestras e oficinas sobre prevenção da violência, cultura de paz, sexualidade, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, família na sociedade contemporânea, uso de drogas, capacitação dos multiplicadores, implantação de um núcleo de mediação escolar, monitoramento e nova etapa de oficinas.

Relativamente a escolha das unidades escolares que servem como referências amostrais do projeto, verificam-se como as primeiras escolas nas quais atuou o Observatório da Pacificação Escolar em prol da inserção da mediação dos conflitos existentes neste ambiente. A primeira escola contemplada pela presente pesquisa é

o Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins, que se contextualiza numa parceria do referido programa de extensão universitária com a 5ª Diretoria Regional de Educação - DIREC 05, localizada no município de Valença. Em razão do alto índice de ocorrência de práticas delituosas dentro da instituição, bem como em seus arredores, preocupando os poderes públicos locais, a DIREC 05 buscou auxílio mediante o projeto “Mediação Escolar em Pauta”.

Em dados do “Mapa da Violência 2013 – Homicídios e juventude no Brasil¹²”, divulgada pela Exame.com, o município de Valença ocupa a posição de nona cidade mais violenta da Bahia, e 29ª mais perigosa do país, onde ocorreram 78 homicídios no ano de 2011, para uma população de aproximadamente 90 mil habitantes (PRATES, 2013). Por conseguinte, quanto ao Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, o acesso desta comunidade ao aludido projeto de mediação, iniciou-se mediante a ação da Prefeitura da Cidade de Cairu, através da Secretaria Municipal de Educação que, tendo inaugurado a nova escola no mês de abril do ano de 2013, antevia as possíveis ocorrências de ações violentas, devido à junção de todas as comunidades da Vila de Morro de São Paulo em um único espaço acadêmico.

A iniciativa municipal de desligar as pequenas escolas esparsas que havia na ilha para construir uma grande, bem estruturada e inovadora escola modelo trouxe muitas vantagens à população, mas aumentou a diversidade e acirrou as diferenças entre as comunidades existentes no local. Estes possíveis conflitos passariam a receber o enfoque da mediação.

As experiências específicas de cada escola serão evidenciadas minuciosamente em oportunidade posterior.

3.1.1 Etapa de pré-sensibilização

A realização da pré-sensibilização da comunidade escolar revela-se indispensável para a implantação do projeto “Mediação Escola em Pauta”, porquanto visa alcançar a subjetividade os pontos de vulnerabilidade do contexto, mediante os passos de observação etnográfica e coleta preliminar de dados, identificação dos

¹² Panorama da evolução da violência dirigida contra os jovens no período compreendido entre 1980 e 2011, analisando os dados de Estados, Capitais e Municípios, aprofundando nas questões de gênero e de raça/cor das vítimas, organizado pelo professor Julio Jacobo Waiselfisz, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

atores locais, contatos preliminares de pré-sensibilização e levantamento inicial de referências bibliográficas.

Neste sentido, estão sendo desenvolvidas propostas de intervenção no ambiente escolar, com o objetivo de favorecer a resolução dos conflitos envolvendo alunos, da seguinte forma:

- a) traça-se o perfil dos alunos do ambiente escolar situado na cidade escolhida;
- b) identificam-se as razões dos possíveis conflitos existentes entre os alunos, professores, direção e funcionários daquela instituição;
- c) preparam-se as atividades subsequentes, como a capacitação, a gincana da paz, o ciclo de oficinas, de acordo com as necessidades específicas da escola;
- d) avaliam-se quais as divergências culturais existentes na comunidade escolar, relacionadas às questões comunitárias, de raça, e de identidade dos grupos sociais facilitam o surgimento de conflitos, como eles surgem e como são solucionados;
- e) busca-se compreender qual a melhor maneira de penetrar àquela realidade escolar e comunitária específica, de se comunicar com os atores locais e buscar adesão aos valores da mediação de conflitos.

Esta fase consiste no primeiro contato realizado com a escola contemplada pelo projeto, buscando delinear as peculiaridades que lhes cabem. Entretanto, mesmo com a observação etnográfica, os diagnósticos e dados coletados, o universo escolar modifica-se a cada dia, apresentando novas situações que apenas podem ser tratadas *in casu*.

Conforme se observará a seguir, a comunicação preliminar entre os membros de execução do projeto de mediação e a escola não alcança solidez, porquanto a comunidade escolar mantém-se desacreditada ou desmotivada até o segundo momento, quando se realizam as atividades práticas. Vale ressaltar, que o levantamento inicial de referências bibliográficas ocorre concomitantemente a etapa de pré-sensibilização, para que seja possível construir substrato teórico sólido, paralelamente às primeiras atividades práticas, permitindo uma aproximação segura da comunidade escolar e os conhecimentos necessários à nova visão positiva dos conflitos.

Os membros do Observatório da Pacificação Social, a cada nova experiência vivenciada da implantação do projeto de mediação escolar, em cada nova escola

que atuam, crescem seus conhecimentos e aderem à práxis da mediação, que se renova e reforça.

Por conta disso, a fase de observação e primeiros contatos com cada realidade específica aferem tanta relevância – a construção de conhecimento é conjunta, transversal e fluida, da escola com o grupo de execução do projeto, ciclicamente.

3.1.1.1 Observação etnográfica e coleta preliminar de dados

A etnografia revela-se um método de investigação característico das ciências sociais utilizado primordialmente pela antropologia na obtenção e tratamento de dados, mediante contato intersubjetivo entre o cientista social e os hábitos rotineiros e culturais de determinado grupo, seu objeto de estudo (CLIFFORD, 1998).

Os principais pilares da etnografia são a observação participante, os trabalhos de campo e a presença da alteridade, considerando-se que este método exige práticas específicas ao lidar com o outro enquanto objeto de estudo. Na prática, entretanto, esta atividade encontra detalhes, incidentes, imprevistos e descobertas que dificultam uma caracterização ou formulação de conceito simplificado.

Nessa tentativa, afirma-se que o método etnográfico pode ser entendido como uma espécie de partilha entre o pesquisador e o objeto pesquisado, que demanda uma atuação tanto vivencial quanto observadora daquele universo específico, ao se ultrapassar a captação e descrição do objeto, mas comparar teorias e representações a fim de obter resultados inéditos, inovadores e mais reais.

No cerne da observação etnográfica da comunidade escolar no projeto “Mediação Escolar em Pauta”, esta fase antecedeu a sensibilização dos atores do referido espaço, porquanto visou à obtenção de informações rotineiras do Colégio Gentil Paraíso Martins e do Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles. Focou-se, portanto, na percepção das interações existentes entre os alunos, professores e funcionários, algumas peculiaridades nas relações e personalidade coletiva de cada instituição, os principais pontos de acirramento no convívio, as disputas e outros elementos relevantes para o exercício da mediação escolar.

Oliveira (2013) atenta para algumas questões relevantes da pesquisa etnográfica. Ele afirma que o pesquisador deve relativizar suas categorias ou pressuposições culturais para entender o outro, de forma a evitar incorreções no plano cognitivo e arbitrariedades no plano normativo. Indica que a pesquisa

etnográfica deve salientar o caráter local e contextualizar o conhecimento antropológico, demonstrando-se sempre acessível às novas interpretações.

Ressalta-se que a natureza da conflituosidade é diversa, por depender de variáveis também distintas, que se relacionam com as características da comunidade que entorna a escola, a educação familiar, as principais problemáticas sociais, a postura dos professores e direção da escola, o empenho e perspectivas dos alunos, as oportunidades profissionais e acadêmicas futuras, o desenvolvimento econômico e social da comunidade e das famílias ligadas à escola.

Desta maneira, a observação etnográfica das comunidades escolares em análise, exigiu a coleta de dados interna e externamente à escola, demandou o estudo preliminar das comunidades nos entornos da escola, o levantamento das principais motivações de conflitos entre as distintas comunidades, as possibilidades de acirramento por identidade social, econômica, religiosa, bairrista e racial.

Esta fase precípua da implantação do projeto de mediação é indispensável para o sucesso das etapas posteriores, em razão da aproximação entre o pesquisador e os objetos pesquisados. Pela própria natureza da observação etnográfica, pressupõe-se um contato maior com a comunidade e a possibilidade de intervenção eficaz nos resultados futuros, por meio da coleta coerente e responsável dos dados daquele universo específico.

3.1.1.2 Identificação dos atores locais

Este momento, em verdade, denominado identificação dos atores locais, pode ser incluído como uma das técnicas da observação etnográfica, porquanto a partir desta observação já é possível identificar preliminarmente os personagens relevantes no âmbito escolar.

Cabe ressaltar que, a mediação escolar já inclui em suas práticas atividades que envolvam todos os atores escolares, professores, alunos, funcionários, membros da direção, colaboradores em geral, entretanto, é necessário delinear o papel que cada um deles desenvolve neste espaço, e quais pontos devem ser trabalhados ao longo de um projeto intervencionista.

Assim, ao momento que antecede a fase de sensibilização dos atores sobreditos, deve se atribuir as funções de identificação de seus papéis e atividades, a forma de interação entre eles, e mais, a relação que possuem com a comunidade

externa, vizinhança e famílias dos alunos. As famílias e os membros da comunidade que circundam a escola igualmente devem conhecer e ser envolvidos nas atividades coletivas do projeto, pois o desenvolvimento de uma cultura de paz dentro da escola depende dos fatores externos tanto quanto lhes influenciarão em momento posterior.

Neste sentido, frisa-se que, cada escola específica, detém-se a uma realidade particular, o grau de influência comunitária e familiar sobre as interações escolares são variáveis, bem como a parcela de participação destes segmentos nas atividades da escola. Igualmente, a motivação dos atores escolares na participação das ações de implantação do projeto de mediação escolar é cambiante, o que leva a modificação das primeiras impressões obtidas nas fases preliminares, ao passo que se reforça a confiança e estabelecem-se vínculos entre os pesquisadores e a instituição.

Os possíveis atores a serem identificados, então, elencam-se por: alunos, professores, funcionários, membros da coordenação e direção, colaboradores de outros projetos institucionais e voluntários (ONGs, iniciativas publicitárias, governamentais), pais e familiares, vizinhos, membros da secretaria municipal e estadual de educação, membros das diretorias regionais de educação, e quaisquer outros que demonstrem interesse em cooperar para a evolução das práticas consensuais de resolução de conflitos no contexto escolar.

3.1.1.3 Contatos preliminares de pré-sensibilização

As visitas realizadas às escolas em caráter preliminar englobam a fase de observação etnográfica, a identificação dos atores locais e a feitura de contatos, em natureza de pré-sensibilização. Pois, quando se iniciam as atividades de sensibilização propriamente, é imprescindível que a comunidade escolar já se sinta parte do projeto, compreenda sua relevância e ofereça acolhimento aos membros do projeto de mediação escolar.

Os objetivos dos contatos preliminares mantidos com os atores escolares são diversos, tais como, a necessidade de construir uma relação saudável entre os pesquisadores e o contexto pesquisado, a confiança, o acesso às informações, o suporte oferecido à comunidade, o saneamento das dúvidas e temores, a segurança da manutenção do projeto e continuidade das atividades, a preocupação com os problemas locais e peculiaridades de cada espaço, a comunicação aberta e positiva,

o desenvolvimento das habilidades dialógicas de todos os envolvidos desde os primeiros momentos.

Quando a fase de pré-sensibilização é realizada com acuidade e responsabilidade na instituição de ensino contemplada pelo projeto, a sensibilização acontece muito mais facilmente, os indivíduos sentem-se confortáveis para elaborar questões, pontuar suas necessidades e se comunicar com o grupo de implantação. A colaboração e o comprometimento passam a ser recíprocos quando a comunidade escolar vê-se titular do projeto, ao segurar as rédeas neste momento ela estará mais apta ao empoderamento necessário à resolução dos seus conflitos, ao exercício da mediação.

3.1.1.4 Levantamento inicial de referências bibliográficas

Galvão (2009) afirma que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para atingir dimensões adiante. Por meio desta atividade, alcançam-se condições cognitivas melhores, ao evitar-se a duplicação de pesquisas, ao oportunizar-se o reaproveitamento e replicação de pesquisas em diferentes escalas e contextos, a observação de possíveis falhas nos estudos e na coleta de dados, o conhecimento dos recursos necessários e, por fim, o desenvolvimento de estudos que preencham lacunas na literatura e tragam resultados fáticos, contribuindo-se para a construção do conhecimento. Tal autora complementa que o levantamento preliminar de referências permite a propositura de metodologias, temáticas, problemas e hipóteses inovadoras de pesquisa, o aperfeiçoamento de recursos disponíveis em prol da comunidade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência.

Percebe-se então que a elaboração de uma pesquisa científica de excelência e caráter inovador requer um levantamento bibliográfico de qualidade, que será auferido com esforço coletivo, adequação das metodologias ao objeto pesquisado, empenho do pesquisador e atrelamento entre a teoria e a prática.

No que tange ao projeto “Mediação Escolar em Pauta”, concomitantemente às atividades de pré-sensibilização já evidenciadas, é realizado o levantamento de bibliografia inicial, cuja função é deveras relevante para a efetivação do projeto de mediação escolar, conforme foi mencionado acima.

O arrolamento de obras inicialmente efetuado, serve de suporte teórico para o desenvolvimento das atividades de execução do referido projeto, pois permite que se alie o conhecimento doutrinário ao técnico. Destarte, foi a partir da listagem das obras relevantes que se delimitaram quais temáticas e autores norteariam a pesquisa, os pontos de vista que seriam corroborados e quais seriam aliados da hipótese delineada. Nesta perspectiva, foi possível construir os pilares que firmariam os passos futuros da pesquisa e da implementação da mediação no contexto escolar, especialmente no que toca ao aspecto da violência.

A montagem do quadro referencial teórico, então, respalda-se nesse levantamento inicial de bibliografia, que envolve a descrição conceitual basilar da estruturação da pesquisa, visando a promoção de diálogo entre os autores enumerados e a definição dos principais pontos e formas de abordagem deste trabalho. Neste aspecto, no que atine a violência na atualidade, cabe evidenciar as palavras de Sales (2007, p. 185), que afirma sua presença evidente no meio escolar. Para a autora, a prática de violência no âmbito escolar acaba por destruir os vínculos existentes entre as pessoas, tornando-as cada vez mais individualistas, indiferentes à existência do outro e excluídas do meio em que vivem. A violência geralmente ocorre quando não existe espaço para a escuta e para a palavra, o que causa o sentimento de exclusão, ou quando não existem meios para canalizar a agressividade, faz resultar um conflito mal administrado.

Debarbieux (2002, p. 72), ao afirmar que por muitas vezes, é comum o pesquisador perder o foco norteador na seara da violência escolar, que deve ser a investigação das características individuais dos alunos, seus perfis e peculiaridades, que convivem diariamente em suas diferenças. Em detrimento disso, o que ocorre é o enfoque nas características que levam ou não a escola envolver-se em violência, o que pode acontecer em qualquer local e momento.

Seguindo a mesma linha de reflexão, estão os pensamentos de Corinna Schabbel, que escreve sobre semear a paz entre os jovens por meio da mediação escolar, que denomina “mediação de pares”, porquanto os procedimentos são realizados por indivíduos que se igualam entre si no momento da mediação, independentemente de sua posição na escola ou na sociedade (SCHABEL, 2002).

Neste sentido, a mediação escolar tem por objetivo principal contribuir para que os alunos compartilhem seus sentimentos e sejam conscientes de suas qualidades e dificuldades, possibilitando aos alunos o desenvolvimento da autoconfiança como

habilidade para desenvolver a capacidade de pensar criativamente sobre problemas, bem como prevenir e solucionar os conflitos (SCHABBEL, 2002).

Dentre outros autores, vale enumerar também Norberto Bobbio, Christopher Moore, Maria Cecília Minayo, Emanuela Alencar, Lucia Vaz Moreira, Álvaro Chrispino, Ana Paula Bomfim, Miriam Abramovay e Dulce Maria Obrzut, que trouxeram ideias fundamentais à construção das etapas iniciais do presente trabalho, consoante demonstrado no capítulo anterior.

3.1.2 Sensibilização da comunidade escolar

A etapa de pré-sensibilização, caracterizada acima, assume o papel de “preparar o território” para o projeto de mediação escolar, que se inicia propriamente no momento da sensibilização da comunidade escolar. Isto, porque esta etapa representa a primeira ação programada, generalizada e de apresentação oficial dos membros do grupo de implantação aos alunos, professores e funcionários daquela instituição específica.

Frisa-se que, nos momentos preliminares, intenta-se observar o meio escolar e a comunidade no entorno, obter informações genéricas, realizar a observação etnográfica e identificação dos atores escolares, coletar dados e formular arcabouço literário preliminar, que possam ser utilizados a contento nas fases posteriores. Na experiência do Observatório da Pacificação Social, é válido pontuar as características distintas de cada etapa de sensibilização, porquanto cada escola possui um perfil próprio.

Esta etapa é precedida por um contato com a direção da escola e equipe de coordenação pedagógica, a fim de estabelecer os objetivos da entidade de ensino e quais contribuições são possíveis por meio da mediação escolar. Após esta exposição do projeto, os membros da direção optam pela colaboração, ao agendar a visita para sensibilização do corpo docente e discente, ou negam a colaboração, se assim o decidirem.

Quando a equipe do Observatório da Pacificação Social inicia as atividades de execução do projeto “Mediação Escolar em Pauta”, mediante a atividade de sensibilização, há algumas possibilidades de método a ser utilizado. O primeiro deles conta com uma palestra coletiva e voluntária, que é realizada no espaço interno da “escola alvo”, onde todos os alunos, professores e funcionários são

convidados a participar, devendo ocorrer em ambos os turnos. Nesta ocasião, os pais e familiares dos alunos podem ser convidados a participarem da atividade.

O segundo cenário, conta com palestras mais curtas, concomitantemente, realizadas em todas as salas da instituição de ensino, quando os membros do Observatório tratam da temática da mediação e respondem as dúvidas, dentro do perfil de cada uma das turmas visitadas, separadamente, em ambos os turnos. Ainda, pode ser solicitado que a sensibilização dos docentes e funcionários seja realizada separadamente, por inúmeras razões, tais como diferença de compreensão e linguagem acerca do tema, excesso de questionamentos, problemas internos, dentre outras motivações, salvaguardando-se o momento coletivo apenas para os alunos da escola.

A metodologia empregada dependerá da extensão da escola contemplada pelo projeto, da quantidade de turmas, da existência ou não de um espaço coletivo ou auditório, disponibilidade de aparelho de som e imagem, do grau de interação e voluntarismo dos alunos e professores e outras variáveis. A fase de sensibilização se incumbem da apresentação e da demonstração dos interesses perseguidos pela mediação, os valores de pacificação e diálogo que lhe sustentam. Se, de fato, verificar-se despertada a sensibilidade do grupo de educadores e educandos para viver uma cultura de paz, serão eles estimulados a participar do projeto e modificar a sua realidade local. Isto porque, se não houver o comprometimento, a voluntariedade e o apoio pedagógico, a modificação do ambiente educacional poderá ser travancada pelas resistências da comunidade escolar.

Cabe ressaltar que, a aproximação entre o grupo de mediadores e a escola pode ser lenta e até hostilizada, em um primeiro momento, mas a experiência aponta para um progresso rápido, até em condições difíceis, como será demonstrado oportunamente. A evolução no contato e nas relações entre os envolvidos no projeto depende da criação de vínculos de confiança e expectativas atendidas, que posteriormente é viabilizado nas etapas de capacitação, gincana da paz e oficinas.

O trabalho de sensibilização parte, então, de uma fase teórica e reflexiva, quanto à aproximação da comunidade escolar com o grupo de mediadores, derivada do ensino anterior de pré-sensibilização, perpassando pelo momento de estruturação e planejamento em relação à cada escola específica, até alcançar a fase das atividades práticas e coletivas e, por fim, com a implantação de um núcleo de resolução consensual de conflitos.

O comportamento de cada instituição visitada será variado, de maneira que cumpre ao pesquisador a descrição das generalidades e especificidades de cada escola, com finalidade de demonstrar as necessidades futuras e a demanda de aprendizado prático para o bom desenvolvimento da inserção da mediação nas escolas.

Cabe também à etapa de sensibilização, a explanação das fases seguintes do projeto de mediação escolar, tratar do tema do calendário das atividades, certificando aos membros da instituição o caráter contínuo da intervenção, que realizará visitas mensais de fixação dos conhecimentos transmitidos, provocação de iniciativas pacificadoras, prática da mediação por meio de sociodramas, ludicidade empregada nas oficinas e outras ações.

3.1.3 Capacitação Preliminar dos atores escolares

A fase subsequente à sensibilização da comunidade escolar consiste na capacitação preliminar dos atores escolares, que conforme identificação realizada em etapa prévia, enumeram-se por alunos, professores, diretores, funcionários, pais e membros da comunidade e colaboradores em geral – entidades públicas ou privadas.

Esta etapa possui caráter instrutivo e será realizada no período de 2 (dois) dias, nos turnos matutino e vespertino, ou em um turno diurno e outro noturno, totalizando 16 horas teórico-práticas, que serão compostas por exposições doutrinárias, aplicação de exercícios individuais e grupais, e casos simulados de prática de mediação.

O público alvo deste primeiro momento de capacitação é composto pelos professores, diretores, funcionários e alunos que desempenham papel de líderes de classe ou que representam lideranças naturais em casa turma. Como em uma etapa de capacitação preliminar, ainda não é possível apontar quais membros da comunidade escolar demonstrarão interesse, habilidades e afinidades com o procedimento da mediação, porquanto todo o corpo docente é convidado para manter um primeiro contato com este meio consensual de resolução de conflitos, e, o corpo discente é representado pelos líderes de cada classe.

No que concerne à presença dos líderes de turma, em detrimento da participação de todo o corpo de estudantes da escola, não significa a exclusão dos

demais, que são convidados para comparecer voluntariamente. Contudo, é indispensável a participação dos representantes escolares em face da sua posição de disseminação de ideias e propostas na instituição; o que facilita a adesão dos demais alunos às atividades consecutivas.

Ao se ter em conta a larga probabilidade de hostilização ao projeto de mediação pelo corpo discente, é importante que o primeiro contato de treinamento e exposição teórica seja realizado com a presença dos representantes deste grupo, que ocupa posição de tanta relevância quanto os demais atores da comunidade escolar. Ademais, em razão da natureza de uma atividade de capacitação, a transmissão dos conteúdos não permite uma metodologia essencialmente lúdica, embora pontualmente sim – outro fator que aumenta a resistência dos estudantes.

Outro caractere de destaque é a estrutura desta atividade, que em seu primeiro turno, conta com a apresentação do projeto de mediação escolar, bem como de suas etapas e agenda, evidencia o que são os métodos extrajudiciais de resolução de conflitos, enumera os objetivos e significado da mediação de conflitos no contexto escolar, menciona a temática da violência, soergue pontos sensíveis no âmbito das inter-relações estabelecidas na “escola-alvo” e busca adesão de todos os presentes para a construção de uma nova cultura local, a pacificação social.

Conforme já evidenciado, a etapa preliminar de sensibilização da escola, e também a sensibilização em si, visa a investigação dos principais pontos de divergência e conflituosidade em cada comunidade escolar, e estas especificidades são trazidas à tona pela primeira vez no momento da capacitação, a fim de atrair as atenções dos atores locais presentes nesta etapa, que se sentirão efetivamente parte do projeto quando ocorre a identificação entre a realidade vivenciada por eles e os conteúdos transmitidos.

O segundo momento da capacitação trata da teoria do conflito, enfatizando a possibilidade de compreendê-lo como um processo destrutivo ou construtivo, esta segunda acepção propõe a desconstrução do conflito enquanto fenômeno negativo, a reconstrução da relação social existente, e então a coconstrução da solução para o impasse inicialmente vivenciado pelas partes.

Neste segundo turno de capacitação na escola contemplada, é realizada a primeira atividade complementar com o grupo presente, que busca a identificação das questões, posições e interesses em situações de conflitos hipotéticos. Por meio deste exercício, intenta-se demonstrar as distinções entre as posições aparentes das

partes no início de um conflito e seus reais interesses, muitas vezes ocultos pela própria natureza do embate, pelos sentimentos e ideias confusas, enraivadas, impulsivas.

No turno seguinte de capacitação, executado em dia subsequente, de preferência, os alunos, professores e funcionários da instituição de ensino terão tido tempo para refletir sobre os conteúdos anteriores, mas não o suficiente para esquecê-los ou encanteirá-los. Assim, a temática concentra-se na teoria da comunicação, ao materializá-la como indispensável a qualquer resolução consensual de conflitos, afinal, a comunicação enceta o conflito, acompanha-o, e é responsável também pela sua solução, que restabelece ou esgarça a relação existente entre as partes.

Ressalta-se que a mediação é utilizada na resolução de conflitos surgidos no bojo de relações continuadas, e, por conseguinte, objetiva sua restauração.

Neste interim, evidencia-se a ferramenta da escuta dinâmica, que permeará todo o procedimento da mediação, pois engloba diversas técnicas, tais como o silêncio, o parafraseamento ou reenfoque, o afago, as sessões privadas ou *cáucus*, a inversão de papéis, o resumo, a nomeação de emoções ou sentimentos, a repetição, a organização de questões e interesses, a formulação de questões. É por meio da compreensão da escuta dinâmica e sua importância para o bom funcionamento da mediação, que as partes e o mediador apreendem o significado de ouvir, entender e se manifestar em relação ao outro, num esforço colaborativo e mútuo.

Ainda neste momento são aplicados dois exercícios relativos à escuta dinâmica, o primeiro deles conta com a utilização das técnicas enumeradas para alcançar a neutralidade nos discursos das partes, retirando deles a carga negativa e comprometida pelo desconforto do conflito. O segundo exercício consiste na redefinição do conflito existente entre as partes, ao identificar as posições e interesses de cada um, e após, a convergência destes interesses numa assertiva única que resuma o conflito.

O último momento da capacitação preliminar em mediação escolar será utilizado para descrever os passos de uma sessão de mediação, desde a sua abertura à sua finalização, perpassando pela relevância de uma ambientação própria e conforto das partes. Será realizado o quarto exercício da ação interventiva, que busca esclarecer quais perguntas são cabíveis em cada um dos momentos do procedimento. Para enfim, serem aplicados os sociodramas, atividades a serem

realizadas em grupos de quatro membros, dentre eles professores, alunos, funcionários e direção da escola.

Os sociodramas assumem duas dimensões principais, a primeira se apresenta pela essência coletiva e interativa do trabalho em grupos, que irão utilizar casos práticos hipotéticos, por meio da dramatização dos papéis de mediador, partes e observador da sessão de mediação. A função do observador caracteriza-se pela avaliação do desempenho do mediador, segundo os conteúdos didáticos apreendidos ao longo da capacitação. A outra atribuição das simulações grupais é a fixação dos referidos conteúdos, que apenas serão válidos e eficientes quando praticados pela comunidade escolar, que inicialmente, serão oportunizados em sua capacitação preliminar.

Diversas dúvidas surgem ao longo dos quatro turnos de capacitação preliminar, que são sanadas na medida em que suscitadas, por efeito do próprio desconhecimento do público alvo do projeto de mediação escolar. Em virtude desta constatação, repousa a estruturação das etapas do projeto, que anuncia uma nova capacitação, a ser realizada em momento posterior à gincana da paz e ciclo de oficinas, quando a comunidade escolar estará envolvida na pacificação social e apropriada do sentido de coletividade, de unidade escolar.

A nova capacitação, oportunamente investigada, propõe uma verdadeira identificação das habilidades e competências do mediador escolar, ao preocupar-se com a formação de agentes de pacificação social, não mais apenas com a difusão das técnicas e adesão da comunidade, ora objetivos da capacitação preliminar. Passa-se, então, à descrição da gincana da paz e ciclo de oficinas, atividades subsequentes à capacitação preliminar da comunidade escolar.

3.1.4 Gincana da Paz

A Gincana da Paz¹³ é uma atividade necessária à instrumentalização de um novo paradigma educacional, erigido da parceria da comunidade escolar com o Observatório da Pacificação Social, por meio do seu grupo de intervenção. Respalhada na ludicidade e na cooperação, junto às demais oficinas dinâmicas, a Gincana da Paz é uma excelente ocasião para a elevação do ânimo dos atores escolares – alunos, professores, funcionários e direção, porquanto incentiva a atuação criativa e efetiva à promoção da gestão de conflitos e promoção da cultura da paz, necessária à formação desse indivíduo cidadão (LIMA; FAGUNDES; PINTO, 2007, p. 272).

A operacionalização da Gincana da Paz ocorre com a divisão da escola em equipes – é o “dividir em prol da soma”: Cada equipe é formada pela união de duas turmas, de séries distintas, assistida pelo professor de uma das turmas, ou dos dois professores, e é guiada por um monitor membro da equipe de execução do projeto, este último garantirá a boa gestão do tempo e do espaço naquela atividade.

As atividades abrangidas pela Gincana da Paz são integradas por propostas que despertam a criatividade, o senso de cooperação, a conscientização acerca da não violência e construção da cultura da paz. Estas atividades poderão variar em conformidade com a comunidade trabalhada, mas, essencialmente, manifestam-se inicialmente pelas seguintes ações: a elaboração de um nome e um “grito de paz” por cada equipe, reforçando o aspecto identitário de cada grupo; a formulação de uma paródia com a temática da paz, ressaltando a musicalidade e a inventividade dos envolvidos na Gincana; a confecção de um mural com a temática da paz, a partir de gravuras e desenhos recortados de jornais e revistas.

Após esta etapa, as tarefas prosseguem com a exposição voluntária de um representante de cada equipe acerca dos valores internalizados com a atividade, suas impressões e reflexões sobre a cultura da paz em sua escola, que deverá também ocupar a função de mediador da equipe, e por fim, as equipes deverão buscar um representante de cada religião, tais como evangélica, católica, espírita,

¹³ Vocábulo da língua portuguesa, utilizado no Brasil para expressar um tipo de competição, muitas vezes recreativa, que tem o objetivo de pôr à prova as habilidades físicas ou mentais dos membros de duas ou mais equipes.

candomblé, dentro da escola, que utilizará alguns minutos para transmitir uma mensagem do significado da paz segundo sua fé – última tarefa.

As tarefas serão entregues às equipes ao longo de um turno de funcionamento da escola – manhã, tarde ou noite, para serem cumpridas, consecutivamente, com auxílio dos membros da comissão organizadora do evento. Preliminarmente, deverá montar-se uma mesa de avaliadores do desempenho das equipes, no formato de jurados, composta por professores, funcionários, direção e membros da comissão de organização da gincana, que representará um incentivo ao esforço das equipes para o melhor desempenho. Ao final, será explanado que não há prêmios para os trabalhos, porquanto a finalidade da gincana não é avaliar se houve equipes melhores que outras, mas o empenho de todas as equipes em dar o melhor de si.

Evidenciada a questão da vitória coletiva, pelo esforço, cooperação e empenho de todos os alunos, os murais confeccionados servirão de murais permanentes para a escola que, posteriormente, poderão ser utilizados da forma que lhes aprouver. No Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins, cidade de Valença, os murais foram apresentados numa Passeata pela Paz, organizada pela instituição de ensino, para ratificar a necessidade de sublevar a pacificação social.

Os reflexos desta atividade são impactantes, ao passo que é a primeira oportunidade para a comunidade escolar pôr em prática os conhecimentos adquiridos nas etapas anteriores, sensibilização e capacitação preliminar, de maneira dinâmica e motivadora, responsável pela integração generalizada da escola, em prol do bem comum. Ademais, há igualmente o incentivo de resolução interna e consensual dos conflitos e discordâncias surgidas no desempenho das tarefas pelas equipes, que funcionará como uma espécie de prática circular de resolução.

3.1.5 Ciclo de Oficinas

O evento da Gincana da Paz é sucedido por um ciclo de oficinas lúdicas, com temáticas afins ao tema da pacificação social. É interessante oferecer à escola-alvo uma variedade de tópicos a serem tratados para que os vínculos sejam fortalecidos, bem como a confiança da comunidade escolar no projeto implementado.

Nesse sentido, as oficinas englobadas pelo projeto “Mediação Escolar em Pauta” realizadas no Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins e no Colégio Modelo

Hildécio Antônio Meireles, tratam das questões de direitos humanos, violência doméstica, uso e tráfico de drogas, exploração sexual e tráfico de pessoas, *bullying* e pacificação social. O momento de execução das oficinas propõe a interação dos alunos, professores, funcionários e direção, bem como o despertar para temáticas relevantes, que muitas vezes são desconhecidas ou desprestigiadas no meio escolar e familiar.

Cada oficina possui um papel importante na construção da cultura da paz, pois contribuem para o alargamento dos conhecimentos dos atores escolares acerca dos seus direitos, deveres e meios adequados de preservá-los, portanto, consistem em oficinas de cidadania.

A preparação do ambiente para a realização das oficinas é concebida pela manutenção permanente de contato com a direção da escola. Sua execução é precedida pela explanação da proposta da oficina à direção da escola, a fim de compor juntamente com ela os objetivos da atividade. Deste modo, a escola pode se preparar para receber o evento em dia agendado, no horário correspondente ao turno das aulas.

No processo de implantação do projeto “Mediação escolar em Pauta”, a primeira oficina desenvolvida nas “escolas-alvo” trata-se da “Caça aos Direitos Humanos”. No contexto da efetivação dos direitos humanos, cabe citar Bonavides (2006), quando afirma que a promoção e garantia destes direitos não se destina tão somente à proteção dos interesses do indivíduo, da coletividade ou do Estado, mas, principalmente, traz à baila reflexões sobre o desenvolvimento da humanidade e da cidadania. Vale ressaltar a estrutura desta oficina, tendo em vista o objetivo de possibilitar a replicação do referido projeto em qualquer instituição de ensino.

É de responsabilidade do corpo organizador dispor de um membro deste grupo para acompanhar cada turma, que recebe a assistência do professor responsável pela classe no turno específico. Desta forma, são identificados quais direitos humanos serão trabalhados em cada escola e o que esta vinculado às necessidades individuais do local.

A execução da oficina conta com uma breve exposição oral acerca do significado dos direitos humanos e sua titularidade devida a todos os seres humanos, o que foi efetuado pelos membros do grupo do Observatório da Pacificação Social. Em seguida, cada turma será identificada por um dos direitos, devendo mantê-lo em segredo. Neste momento, os membros alocados nas turmas

deverão explicar o objetivo da “brincadeira”, esclarecendo que cada turma representa um direito humano distinto, e fornecer dicas para a caça aos objetos e imagens relacionados com este direito. Cada equipe poderá buscar apenas os objetos indicados, realizando-se uma grande caça ao tesouro, que é simbolizado nos direitos humanos.

Ao final, quando todas as equipes descobrirem seus objetos e imagens, ocorrerá uma teatralização, quando as equipes deverão encenar por meio de mímica o direito humano que representa. Este trabalho coletivo de preparação das mímicas estimula a cooperação e inventividade dos alunos e professores, bem como reforça as noções apreendidas sobre o significado e alcance de cada direito titularizado por eles, evidenciando sua forma de enxergar estas prerrogativas.

Vale ressaltar, que há a possibilidade de contagem de pontos de cada equipe, com fins motivacionais, identificando-se o melhor desempenho nas atividades concretizadas. Entretanto, do mesmo modo que se aconselha na Gincana da Paz, não há indicação de premiação para equipes vencedoras, em razão da natureza colaborativa do exercício lúdico, cuja vitória é merecida por todos que integraram o evento.

Os impactos da oficina de “Caça aos Direitos Humanos” também se evidenciam contundentes, em que pese a diversidade etária, social e econômica dentro de uma mesma escola, o engajamento observado nas instituições-objeto da atual pesquisa é unânime - toda a comunidade escolar se envolve e se diverte aprendendo a respeitar seus direitos e os do outro.

A próxima oficina a ser minuciada é a “Oficina de Prevenção à Exploração Sexual e ao Tráfico de Pessoas”. Ratifica-se que não há ordem a ser seguida na realização das oficinas, o que deverá ser analisado à luz da realidade de cada comunidade escolar.

No cerne da exploração sexual e tráfico de pessoas, é necessário considerar que os aliciadores se aproveitam da vulnerabilidade da vítima para atraí-la, oferecendo-lhe melhores condições de vida, oportunidade profissional, ou até mesmo, o argumento da realização de sonhos, através de propostas, tais como agências de moda e seleção para times de futebol.

Assim, para a elaboração da oficina, utiliza-se uma das formas comuns de aliciamento, a tentativa via agenciamento de modelos. O grupo de execução da oficina cria uma página falsa em mídias sociais, previamente à visita à escola, que

disponham de empregos no ramo da moda. Concomitantemente, são elaborados cartazes de divulgação da agência de modelos para distribuição na escola. No momento da elaboração da oficina é importante traçar qual o público alvo, visto que se deve evitar a monotonia e despertar a curiosidade e atenção dos ouvintes. Neste sentido, é preparado um desfile de moda na escola, com finalidade de atrair os jovens presentes, de uma agência cuja matriz seja em outro estado, preferencialmente um local incluído na rota do tráfico de pessoas no país.

Para tanto, os membros do Observatório da Pacificação Social não podiam ser reconhecidos como tais, de maneira que não puderam ser pessoas familiarizadas com a comunidade escolar. Partiu-se para a visitação de todas as turmas da escola para divulgação da empresa agenciadora de jovens, convidando-os para o desfile que ocorreria na área comum na instituição. Com a concentração de todos os alunos, procede-se ao desfile de modelos de ambos os sexos e, em seguida, solicita-se a presença de voluntários na passarela, para identificação de possíveis talentos. Comunica-se, então, que esses talentos serão encaminhados para uma seleção estadual, a fim de despertar ainda maior interesse dos alunos.

Esta atividade – o desfile – deverá ser bruscamente interrompida com a entrada de um vídeo, que tratará do tema da exploração sexual e tráfico de pessoas. No decorrer da exposição deste vídeo, questiona-se aos alunos se eles compreendem o tema ali contido, para possibilitar a explicação de que a encenação realizada cuida de alertar sobre a temática da exploração sexual e o tráfico de pessoas, vez que consiste em uma das principais formas de aliciamento. Em seguida, abre-se o espaço para a discussão acerca do assunto, buscando opiniões e possíveis experiências dos alunos relativas aquela situação, questionando eventuais posturas tomadas.

Ressalta-se que, nos casos em que a instituição de ensino não disponha dos recursos ou espaço necessários à exposição do vídeo, o tema poderá ser tratado de outra forma, como uma peça teatral, uma pequena palestra ou o depoimento de vítimas das práticas de aliciamento, exploração e tráfico de pessoas.

O objetivo da oficina é atentar à comunidade escolar para o perigo eminente da exploração sexual e do tráfico de pessoas, oportunizando a discussão da temática ao trazer possíveis relatos e um espaço de diálogo entre os alunos, professores e funcionários da escola. Afinal, este problema alcança cada vez mais preocupação

pública e, relaciona-se intimamente à questão da violência e dos direitos humanos, desenvolvidos na oficina anterior.

A próxima oficina a ser delineada trata da violência doméstica, outro tema de grande relevância para a análise da reverberação da violência no ambiente escolar. A maior dificuldade no trato do tema consiste na incompreensão da comunidade escolar acerca de quais atos integram comportamentos de violência doméstica, considerando as questões de hierarquia e respeito inerentes à família, é difícil descrever quais os limites entre o exercício da função do indivíduo na estrutura familiar e a exacerbação de suas atitudes em atos violentos. Outra dificuldade é que, ainda que os membros da família consigam compreender a ocorrência da violência, põem-se os empecilhos à denúncia e busca de ajuda.

A preparação desta oficina ocorre com a montagem de imagens ilustrativas da violência doméstica em todas as suas possibilidades, violência contra a mulher, contra o idoso, contra o homem e contra a criança. Concomitantemente, são elaborados quadros com imagens de políticas públicas e iniciativas de combate às violências ilustradas, os órgãos e vias de proteção e defesa contra as ações de agressões domésticas. Cumpre ressaltar a questão da violência psicológica, muito presente e pouco discutida no seio familiar.

A execução da oficina, iniciou-se com a visita dos membros do grupo do Observatório da Pacificação Social a todas as turmas da escola, a fim de convidar os alunos e professores a passearem pela instituição, onde poderão observar uma exposição de gravuras. Ao passo que contemplam as imagens, todos devem identificar aquelas que mais lhes chamou atenção, e em seguida, dirigirem-se a um espaço de convívio comum da escola.

Com todos os atores escolares reunidos no mesmo local, transmite-se um pequeno vídeo que trate de violência doméstica para estimular a reflexão de todos. Em seguida, questiona-se a respeito do tema e das imagens da exposição que mais imprimiram impacto sobre eles, ao passo que são levantadas dúvidas e contribuições da comunidade escolar. Quando há impossibilidade de transmissão dos vídeos, utiliza-se outro recurso visual. O próximo passo consiste na provocação de voluntários a disponibilizarem-se a buscar gravuras que possuam representação no combate às práticas de violência no âmbito doméstico, estimulando-os a compartilhar seus pensamentos acerca das gravuras escolhidas. Encerra-se a oficina com um debate compatível com as gravuras selecionadas, ressaltando quais

as possíveis medidas e órgãos de prevenção, controle e combate da violência doméstica, questionando à comunidade escolar sobre contribuições e dúvidas sobre a temática.

O objeto da oficina seguinte trata da questão do uso e tráfico de drogas, que fundamenta uma das questões de maior gravidade no cenário da violência escolar e extrapola para a problemática social, generalizado, de insegurança pública. Para execução da oficina, é necessário o mínimo de seis participantes para atuar em uma peça teatral, e alguns outros para compor uma equipe de apoio. Os recursos necessários à confecção e execução da oficina são: hidrocor, papel metro, tintas, cadeiras escolares, tesouras, bexigas, cola, vestimenta uniforme e um espaço para realização da peça.

O primeiro passo se constitui na sensibilização da comunidade escolar para aquela atividade, cujo tema é mais instável que os demais, em razão da possibilidade de envolvimento direto dos atores sociais com as drogas. Isto posto, a equipe de execução deve dirigir-se às salas de aula, e com auxílio do grupo de apoio e coordenação das oficinas na escola (direção e professores), proceder à comunicação das informações necessárias à aplicação da oficina, bem como os métodos e objetivos deste evento.

O ambiente escolar será dividido de acordo com a disponibilidade dos alunos e das turmas, para que haja uma maior interação entre os participantes da atividade, organizando-os em grupos. É necessário também, que as instalações da escola estejam preparadas para receber a oficina, de maneira que se reafirme a imprescindibilidade da manutenção do contato com a escola pelos membros de implantação do projeto de mediação escolar.

A oficina deverá ser consolidada através da encenação de uma peça instrutiva, que envolva os atores escolares e estimule-os a refletir sobre os pontos negativos do consumo e tráfico de drogas, assim como, a violência que decorre destas práticas, especialmente no ambiente escolar. A oficina implicará em uma repercussão geral para todos que participem e assistam à peça, pois deverá cuidar primariamente do momento de cooptação dos jovens para o uso e tráfico das drogas.

Atenta-se aqui, para este momento inicial de sedução pelo mundo das drogas, a fim de que a oficina alcance efeitos preventivos. Neste sentido, a encenação deve ser realizada da maneira mais fidedigna possível a realidade dos estudantes, para que seja possível constatar a relação estabelecida na dramatização, entre eles e o

tráfico de drogas, ao relevar as questões do poder e da violência. Após a realização da peça teatral, deve-se promover uma discussão sobre a temática, oportunizando aos alunos, professores e funcionários um espaço para posicionamento, questionamentos e relatos sobre a utilização e o tráfico de drogas na comunidade. É importante também que a equipe de execução da oficina provoque ideias ou propostas dos próprios atores escolares acerca de possíveis formas de prevenção, redução ou soluções para esta problemática, segundo sua realidade local.

Outra atividade que deverá ser realizada neste ciclo de ações é a Oficina de prevenção ao *bullying* na escola. Antes de iniciar as considerações sobre a preparação e execução desta intervenção, é necessário ter em conta que o *bullying* é um termo originário da língua inglesa e traduz-se pelo conjunto de comportamentos que violam a integridade física e psicológica de uma ou mais vítimas, sem condições de se defender, praticadas de forma intencional por um indivíduo ou coletividade agressora, conforme conceitua Silva (2010, p. 21).

Nesse sentido, o *bullying* praticado no âmbito escolar, configura-se como uma das mais devastadoras formas deste tipo de violência, por ocorrer em uma fase em que a personalidade dos indivíduos está em formação, ao passo em que a escola deveria ser o ambiente onde são promovidas noções de respeito, educação e cidadania.

Ao tratar da execução da oficina, previamente deverão ser aplicados dois questionários diagnóstico à comunidade escolar. O primeiro, analisa a percepção dos alunos a respeito do *bullying*; enquanto o segundo, destina-se à direção e corpo docente, com intuito de verificação do índice de ocorrência de casos de *bullying* registrados na instituição.

Após este momento, todos os alunos são encaminhados a um espaço de convívio coletivo da escola, que poderá ser um auditório, refeitório ou pátio. A oficina se inicia com uma breve palestra interativa, que apresenta os conceitos de *bullying* e questiona acerca de sua ocorrência na própria escola e fora dela; enquanto a segunda parte da oficina constitui-se na exibição de vídeos para discussão e apresentação dos métodos de prevenção e enfrentamento.

Reitera-se que, na impossibilidade de transmissão de vídeos, a preparação da oficina demandará outro direcionamento. Para tanto, deverá ser utilizado outro recurso visual que proporcione conhecimento, identificação das práticas, prevenção e formas de solucionar esta violência, de maneira interessante e surpreendente.

Indica-se a elaboração de uma encenação da prática de *bullying* escolar que possibilite a participação dos alunos e professores, por meio de um teatro interativo. Ao final, novamente abre-se a discussão para a contribuição dos atores escolares, ao ratificar que o *bullying* é uma forma de violência. Portanto, a prevenção e tentativa de resolução, relacionam-se intimamente com a construção da cultura da paz.

A última oficina a ser trabalhada no ciclo de promoção de cidadania na escola, versa sobre a pacificação social via mediação de conflitos. É importante salientar que as oficinas antecessoras cuidam de temáticas necessárias à formação de cidadania dos atores escolares, incluídos os alunos, funcionários, professores e direção, que estão no processo contínuo de troca de saberes na instituição de ensino. Ao passo que a oficina “Caça aos Direitos Humanos” objetiva a consciência da titularidade e garantia desses direitos a todos, as oficinas de prevenção à exploração sexual, violência doméstica, tráfico de drogas e *bullying*, abordam a questão da violência de maneira mais direta, ao tutelar a integridade física e psicológica dentro da comunidade, da família e da escola.

Constata-se que, após a verificação destas atividades, já é possível voltar a tratar da mediação escolar, que fora explanada durante as fases de sensibilização e capacitação, sem prejuízo da realização de outras oficinas, quando há a percepção clara que a escola ainda necessita de mais amadurecimento humanista.

Então, realiza-se a “Oficina de Pacificação Escolar: consolidando conceitos, práticas e valores”, cujo desenvolvimento pretende solidificar na comunidade escolar o significado da mediação, como ela manifesta-se no contexto escolar e os benefícios que promove. Sua proposta é a dramatização de uma situação de desentendimento peculiar à instituição contemplada pelo projeto, que gere o afastamento das partes conflitantes e o esgarçamento de suas relações. Na tentativa de resolução do problema, um professor ou outro membro da comunidade escolar propõe a mediação.

A execução da oficina demanda a reunião de todos num ambiente de convívio coletivo da instituição para que possam assistir à dramatização e facilite-se a interação. Neste ambiente será necessária a disponibilização de uma mesa redonda e quatro cadeiras escolares comuns, bem como papel e caneta. Após a teatralização do desentendimento, bem como da sessão de mediação escolar, haverá uma breve explanação da equipe de organização da oficina, para destacar o caráter voluntário

da mediação e a importância da solução consensual sem a intervenção direta de terceiros. Cabe também mencionar a questão das amizades e do convívio escolar, destacando que a mediação permite o resgate dos vínculos eventualmente desfeitos por conflitos.

Existem algumas questões que merecem ser salientadas neste momento, a primeira delas é acerca da necessidade de aferição das impressões e resultados de cada ação desenvolvida na escola, o que é viabilizado mediante aplicação de questionários¹⁴ a todos os segmentos da comunidade escolar, ao final de cada atividade, sensibilização, capacitação, gincana da paz e oficinas. A segunda observação, concerne às peculiaridades de cada realidade escolar abordada, que devem ser respeitadas primariamente, de forma que adaptações às etapas do projeto sejam recomendadas.

A terceira e última consideração direciona à reflexão dos grupos de preparação e execução de um projeto com tamanha responsabilidade social, é imprescindível o comprometimento efetivo e dedicação, devendo-se obedecer ao calendário pactuado com a instituição, a continuidade das atividades e ter sempre em mente as expectativas e esperanças plantadas em cada escola.

Concluindo o ciclo de oficinas lúdicas para a promoção de cidadania e pacificação, é realizada uma nova capacitação da escola, conforme pode-se observar na próxima seção.

3.1.6 Segunda etapa de capacitação: os agentes de pacificação escolar

A nova capacitação proposta à instituição escolar tem natureza de reforço, de confirmação dos conhecimentos, valores e práticas emitidas ao longo das etapas anteriores. Os conteúdos abordados nesta oportunidade, não se diferenciam daqueles contemplados na capacitação preliminar, senão no aspecto de aprofundamento.

A primeira atividade buscou uma formação básica e conceitual acerca da mediação utilizada como meio de resolução de conflitos no ambiente escolar,

¹⁴ Observar modelo de questionário constante nos apêndices desta Dissertação.

oferecendo noções primárias aos professores, funcionários, líderes de classe e direção da instituição. Nesta perspectiva, as atividades lúdicas desenvolvidas permitiram um retorno à esfera da essência da mediação, cabendo um novo momento de retomada das questões conceituais e práticas do projeto em andamento – a segunda etapa de capacitação.

Consoante o subtítulo desta seção, é o momento de formação efetiva dos agentes de pacificação escolar, porquanto já se verifica a possibilidade de identificação das habilidades dos atores escolares que poderão atuar como mediadores. Urge, assim, o esclarecimento destas habilidades e a confirmação dos interesses destes atores também por meio da prática de mediação, primeiramente simulada e, em seguida, contemplando os casos reais trazidos pela instituição.

É necessário o agendamento prévio desta atividade com a direção da instituição de ensino, esclarecendo a mesma carga horária anteriormente solicitada: dois dias subsequentes, o que totaliza quatro turnos. Ademais, o público-alvo desta atividade é toda a comunidade escolar, e também membros da comunidade que demonstrem interesse na resolução consensual de conflitos e pacificação social.

Os primeiros dois turnos cuidarão de retomar a capacitação preliminar, ao confirmar os aspectos relativos à teoria do conflito e teoria da comunicação, e introduzir a temática concernente às competências necessárias ao mediador de conflitos no contexto escolar. Os dois turnos posteriores deverão trabalhar com simulações de sessões de mediação, mediante sociodramas.

De acordo com Müller (2008), discorre acerca das competências profissionais do mediador de conflitos no contexto escolar. Para a autora, a acepção de “competência” consiste na inteligência prática para lidar com situações específicas, lastreadas em conhecimentos previamente adquiridos, enquanto o termo “profissional”, relaciona-se com a atuação responsável do indivíduo, respaldada pelo cuidado ético. A mesma autora complementa sua ideia, ao asseverar que o conceito de competência profissional por ser compreendido como a capacidade de atuar, manifestada pelas habilidades assecuratórias do desempenho dos papéis social e profissional do agente. No caso do mediador escolar, este desempenho encerra-se no encorajamento das partes conflitantes e estimulação da sua tomada de decisão.

Compete ao segundo dia de capacitação o desenvolvimento de atividades práticas de mediação, conforme mencionado. Destarte, serão aplicados sociodramas que versem sobre conflitos variados – professor/aluno, aluno/aluno,

professor/professor, professor/funcionário, funcionário/aluno, funcionário/funcionário, direção da escola/aluno/funcionário e professor. Para tanto, serão formados grupos de quatro pessoas: um mediador, duas partes e um observador - a função deste último é a avaliação do comportamento do mediador durante as simulações.

Cada grupo deverá trabalhar com quatro sociodramas, de maneira que os integrantes desenvolvam todos os papéis na sessão de mediação e, então, posteriormente, as anotações de todos enquanto observadores, as quais poderão ser socializadas e discutidas coletivamente.

A finalização da capacitação se dá com a coletivização das impressões da comunidade escolar, bem como a aplicação de um questionário para todos os envolvidos na atividade. As informações resultantes deste documento serão utilizadas nas fases seguintes, de implantação de um núcleo de mediação escolar, monitoramento e nova etapa de oficinas.

3.1.7 Implantação do Núcleo de Mediação Escolar

A descrição do projeto “Mediação Escolar em Pauta” contida nesta pesquisa, pretende fornecer substrato suficiente para sua replicação em quaisquer instituições escolares, salvaguardadas suas peculiaridades. A finalidade última do referido projeto é a preparação da comunidade escolar para lidar com seus próprios conflitos, sem a necessidade de agentes externos, o que é viabilizado mediante a instalação de um Núcleo de Mediação Escolar.

As fases anteriormente detalhadas possuem condão de instrumentar os atores escolares com os conhecimentos teóricos e práticos acerca da mediação, de maneira que, somente após as etapas de habilitação e instrução será propiciada a implantação do Núcleo de Mediação Escolar. Neste momento, quando o grupo de organização do projeto certifica-se do amadurecimento da escola nas temáticas relativas à violência, direitos, deveres e pacificação social, inicia-se o planejamento do espaço que será destinado às sessões de mediação e atendimento às partes conflitantes.

Para tanto, a escola disporá de um espaço próprio, que não necessita ter grandes dimensões, apenas uma sala em que seja possível alocar uma mesa redonda e cadeira ao redor. Os materiais necessários à ocorrência da mediação são: papel, caneta ou lápis, uma mesa redonda e cadeiras. Vale ressaltar que, na

impossibilidade do fornecimento pela escola de uma mesa redonda, a mediação deverá ocorrer com a disposição das cadeiras em círculo, sem nenhum prejuízo ao sucesso do procedimento.

Os atores escolares em conjunto, professores, funcionários, membros da direção e alunos, devem se responsabilizar pelo atendimento de todos que pretendam levar seus conflitos ao Núcleo de Mediação Escolar, agendando os horários dos encontros. Neste sentido, é necessária a elaboração de uma lista daqueles que desejem atuar como mediadores, obedecendo a imparcialidade no caso concreto. Para tanto, todas as partes envolvidas no conflito devem acordar sobre a pessoa que atuará como mediador, evitando-se o prejuízo de quaisquer das partes. Saliente-se que, no modelo apresentado, coexistem o aluno-mediador, o professor-mediador e o funcionário-mediador, todos os membros da comunidade escolar podem atuar como mediadores das controvérsias administradas pelo Núcleo de Resolução de Conflitos.

A função do Observatório da Pacificação Social nesta fase do projeto consiste no fomento e auxílio à comunidade escolar. Os atores escolares que demonstrarem interesse e passem a funcionar como mediadores no Núcleo, serão supervisionados nas primeiras 20 horas de mediação por um membro do grupo do Observatório, cuja função é avaliar o desempenho do mediador e pontuar suas necessidades, falhas e acertos.

Após o encerramento da fase de supervisão, os pesquisadores e responsáveis pela organização e implementação do projeto deverão realizar o monitoramento da escola, conforme será explanado em seguida.

3.1.8 Monitoramento e novo ciclo de oficinas

A instalação de um Núcleo de Mediação Escolar é um dos objetivos específicos do projeto de mediação escolar desenvolvido, contudo, seu objetivo principal é fomentar a construção coletiva de uma cultura da paz na instituição de ensino e na comunidade que lhe rodeia.

Diante disso, após a implantação do Núcleo de Resolução de Conflitos na escola, deverá ser mantido um monitoramento perene no local, embora realizado por meio de visitas que serão cada vez mais espaçadas. As funções primordiais das visitas é oferecer o fomento necessário à comunidade escolar, solucionar questões

supervenientes, manter o contato com a escola, renovar o fôlego local e a confiança com a equipe de implantação e reforçar os valores de pacificação social.

O sobredito reforço dos princípios que embasam a mediação e as demais formas de solidificação da cultura do consenso deverá ser realizado por meio de um novo ciclo de oficinas, após a instalação do núcleo de mediação escolar. As novas oficinas funcionarão como fonte constante de esteio para o desenvolvimento das sessões de mediação na instituição de ensino, a fim de que esta forma de resolução de conflitos passe a incluir o projeto pedagógico e a própria missão da escola.

As temáticas abordadas no segundo ciclo de oficinas poderão coincidir ou não com as anteriores, desde que as atividades empregadas variem, ou poderão ser trazidas novas questões pela própria escola. Alguns temas interessantes para serem incluídos nas oficinas é a influência da mídia na educação dos jovens, a construção de uma consciência política dentro da escola e apartidária, a importância e as formas de comunicação social, atividades de identificação e incentivos vocacionais, os prejuízos promovidos pelo preconceito racial, sustentabilidade, meio ambiente, e outras.

Por último, cabe realçar a necessidade de metodologia vinculada ao aspecto lúdico, que alcança mais efetivamente o público escolar, consoante evidenciado no primeiro ciclo de oficinas.

4 A MEDIAÇÃO ESCOLAR COMO FERRAMENTA PREVENTIVA E DE COMBATE À VIOLÊNCIA

O capítulo final do trabalho coaduna as argumentações anteriores e ratifica o papel da mediação escolar enquanto meio de prevenção e melhor administração dos conflitos, demonstrando sua relevância na oposição à violência.

Para tanto, releva a característica que embasa a mediação, a comunicação, e discute sua atuação nos processos de interação social e, em seguida, examina a percepção da violência nas escolas analisadas, desde o início da implantação do projeto de mediação escolar até a fase atual, dimensiona a evolução das práticas de pacificação nas mesmas comunidades escolares, e por fim, considera a mediação escolar como mecanismo paradigmático e antagônico à violência, mediante a construção conjunta de uma cultura de paz.

Retoma-se o primeiro momento de discussão, inaugurado com a conceituação da mediação escolar e todo arcabouço teórico exposto no capítulo inicial, para alcançar a perspectiva crítica de uma real repercussão na violência existente nas escolas em face da própria mediação. Fez-se necessária a descrição pormenorizada do desenvolvimento do projeto “Mediação Escolar em Pauta” implantado no Colégio Gentil Paraíso Martins e no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, consoante se observa no capítulo segundo. E neste momento atual, visa-se agregar os resultados práticos, obtidos conforme os métodos de observação participante empregados, tais como a aplicação de questionários e entrevistas, a fim de corroborar o pressuposto nuclear da pesquisa.

Assim, cuida-se da confirmação parcial, tendo em vista que a pesquisa não se encontra concluída no âmbito da prevenção e redução da violência auferida pelo referido projeto, que utiliza os valores da mediação para a resolução de conflitos na escola e seu entorno.

Ao considerar a violência como meio primário de lidar com controvérsias, mas que nunca se mostra adequado, é possível examinar os prejuízos que dela derivam e as alternativas aos atos que lhe perpetuam, a exemplo da mediação. É por meio dessas construções e inferências que se inicia a discussão acerca dos processos de sociabilização e a importância da mediação enquanto linguagem, conforme tratará a seção seguinte.

4.1 A MEDIAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR, NA LINGUAGEM E NOS PROCESSOS DE INTERAÇÃO SOCIAL

A escola, como primeiro espaço externo para educação do homem, assume um papel portentoso na sua formação social, no qual se introduzem as lições de Paulo Freire acerca da comunicação e dialogicidade na educação (FREIRE, 1987).

As lições do ilustre educador permearão esta seção, por considerar a mediação no contexto escolar como estratégia de linguagem. Consoante os seguidores da filosofia de Bakhtin (1997), cujos ensinamentos direcionam-se à linguagem como prática social mediadora do relacionamento entre os seres humanos, a análise das relações sociais e discursivas do homem devem respaldar o estudo da linguagem.

De acordo com Houaiss e Villar (2009), no dicionário da língua portuguesa, mediação consiste em intermediar ou intervir entre dois ou mais elementos. Vygotsky (1989), pesquisador da ciência da linguagem, acredita que ela se manifesta como elemento mediador nas interações entre as crianças e seu meio ambiente, ao interferir no formato social e no nível de desenvolvimento cultural da criança. Ao assumir a linguagem como intermediadora entre o sujeito e o mundo ao seu redor, ela representa a maneira de manifestação do indivíduo sobre tudo que o cerca, a forma na qual estabelece suas relações, seu aprendizado, sua concepção do mundo. Na infância, momento em que iniciam as interações sociais e a própria relação comunicativa do indivíduo, ele começa a constituir-se enquanto sujeito, pois passa a posicionar suas ideias, vontades, inclinações, quando mantém o contato com seu interlocutor por meio da linguagem.

Destarte, uma das atribuições da escola é propiciar o encontro congruente entre o aluno e a linguagem para que ele consiga utilizar adequadamente o sistema simbólico e alcance as necessidades basilares de comunicação no mundo hodierno. Compreende-se que tratar a linguagem como meio interlocutivo nas práticas educacionais, exige uma práxis perene, sem cristalização de caminhos.

O texto é a unidade linguística básica de comunicação – escrito ou oral – porquanto os indivíduos organizam suas ideias em textos, cujos conteúdos antevêm as suas formações discursivas e interdiscursivas. O aluno, imerso nas práticas discursivas de sua instituição escolar, demonstra por meio da linguagem a realidade vivenciada no ambiente familiar, escolar e social. Através dos saberes discursivos apreendidos e manifestados na escola, a criança constrói sua identidade enquanto aluno e, concomitantemente, enquanto ser humano.

Neste sentido, acredita-se que os componentes curriculares como português, literatura, gramática, educação artística, e outros que auxiliem o aprendizado

linguístico da criança e adolescente são tão relevantes como a sua práxis diária. Isto posto, considera-se que a educação formal vigente nas instituições de ensino evidencia a necessidade de entrelaçamento com outras práticas discursivas, experiências que possibilitem os alunos a desenvolverem habilidades de diálogo, de comunicação e, principalmente, de resolução de conflitos.

Posteriormente, restarão esclarecidos os processos de interação social do homem, dentre os quais aparece o conflito, tema deveras discutido neste trabalho. Outrossim, respalda-se a urgência de propiciar aos alunos meios hábeis para sua autonomia na comunicação, não apenas no que concerne à linguagem formalmente ensinada nas escolas. Ao serem estabelecidos outros objetivos para a linguagem, como a resolução consensual de conflitos, descortinam-se variadas funções para o diálogo bem como se desenvolvem novas possibilidades de comportamentos dentro da comunidade escolar.

Ao passo que a instituição de ensino traz a hierarquia preestabelecida entre direção, funcionários, professores e alunos, o exercício da mediação de conflitos desconstrói a rigidez da organização escolar formal. Tendo em vista a realidade inibidora do diálogo, derivada principalmente da autoridade na voz do professor, observa-se que a ordem sobrepõe-se à interação, o que pode dificultar o aprendizado e a educação em si mesma.

Nas palavras de Alves (2014), o espaço escolar demanda a abertura de espaços para a expressão da voz do corpo discente, que tem a potencialidade de resolução das problemáticas existentes de maneira menos desgastante e mais eficaz, quando os alunos passam a ser ouvidos efetivamente. Em razão de estarem inseridos no processo educativo, os alunos apresentam mais facilidade para identificar as situações ocorridas na rotina da sala de aula. A autora acredita, então, que se lhes forem oportunizados momentos para uma escuta atenta e qualificada, um fecundo diálogo pode emergir desse contexto.

Em corroboração, Moretto (1999) afirma que o caminho do diálogo na educação escolar contribui para a formação da cidadania dos alunos, ao passo que propõe uma nova concepção de ensino. Para ele, o aprendizado pressupõe a construção de significados que é permitido pelo ensino, numa via de mão dupla. Neste sentido se inserem os pensamentos de Paulo Freire, que revela os reais pilares sobre os quais a educação deve estar suplantada. Em sua obra “Pedagogia do oprimido”, o autor aponta a concepção bancária de educação vigente como

instrumento de opressão do indivíduo. O “educador bancário” é aquele que organiza sozinho o cronograma, sua concepção de educação é “entregar conhecimento” ou impor um modelo contido no programa que ele mesmo organizou. Este processo de educação não é adequado, pois legitima a retirada da participação dos educandos no processo educacional (FREIRE, 1987).

Freire (1987) completa sua argumentação, ao asseverar que o papel do educador não é falar ou impor a visão de mundo que ele possui, mas dialogar com os demais sobre a sua visão e a deles; de maneira que a visão de cada um reflita a sua situação no mundo, porque a ação educativa necessita de conhecimento crítico, não do formato “bancário” e vazio. Afinal, o processo educacional deve ser realizado entre o educador-educando e o educando-educador, ao passo que todos os envolvidos desdobrem ações complementares.

O momento da busca pelo conteúdo programático na educação é o momento no qual se inaugura o diálogo da educação como prática de liberdade. É quando se investiga o universo temático dos educandos e o conjunto dos temas que lhes interessam e acercam. A metodologia para fazê-lo, deve obedecer a dialogicidade da educação libertadora, que se apresenta essencialmente dialógica. Assim, os homens, diferente dos animais, que não somente vivem, mas existem, demonstram que sua existência é histórica, ou seja, eles criam e transformam o mundo e a si mesmos; têm consciência de si e do mundo, e vivem a relação dialética entre os condicionamentos e sua liberdade (FREIRE, 1987).

O aluno não pode comportar-se como sujeito dentro da prática escolar, é o que afirma Geraldi (1997), porque ele está submetido às condições ideológicas da cultura predominante na escola. Os alunos representam o produto do meio das práticas discursivas escolares, e não o resultado de interações verbais onde a repetição e a criação de atos e gestos caminham juntas, já que os espaços de criação não são estimulados.

Retoma-se, assim, Clarice Alves, que trata da necessidade do deslocamento no processo de ensino como simples transmissão, para alargar a atividade escolar, compreendendo-a como espaço de interação, em que o aluno e o professor sejam proporcionados a aprender e ensinar um ao outro, construir novos contextos e transformar os sentidos que circulam na sociedade (ALVES, 2003). Dessa forma, o diálogo é o caminho para a educação humanizada e construtiva. Os educadores-educandos, preceituados por Paulo Freire, devem comprometer-se com uma prática

dialógica, pois muitos alunos não possuem acesso a outros lugares de discussão e aprendizado, senão a escola.

A mediação retorna ao centro da temática, por sua própria natureza comunicativa, pelas habilidades que propõe e, principalmente, pela autonomia que preconiza a todos os envolvidos na prática consensual de resolução de conflitos. A utilização da mediação no âmbito escolar concretiza as aspirações dos autores mencionados neste capítulo, ao passo que oferece as ferramentas da comunicação e da linguagem pacificadora e criativa, as possibilidades de equidade em detrimento da hierarquia característica da instituição de ensino, a formação humanística e cidadã proporcionada por meio das oficinas e palestras oferecidas à comunidade no bojo do projeto de mediação escolar e, por fim, acredita na autodeterminação, comunhão e relacionamento pacífico entre todos.

Esta concepção é ratificada por Vasconcellos (2006), que alvitra o compromisso dos educadores com a formação de sujeitos que contribuem no processo de aprendizagem, que dominem o “por quê”, o “para quê” e o “como”, pois devem ser capazes de buscar o conhecimento por si mesmo, tornando-os autônomos. Nesta perspectiva, anuímos ao pensamento de Freire (1987), quando diz que as pessoas não educam umas às outras, nem a si mesmas, o que ocorre é a educação partilhada entre todos, mediatizada pelo mundo que os cerca.

Neste momento, passa-se a tratar dos processos de interação social, que se entrelaçam com a temática da linguagem e da mediação, intimamente. Ao utilizar os ensinamentos de Park e Burgess (2014, p.129), precursores do conceito de interação nas relações sociais, é possível depreender que as ações sociais partem do contato, que por sua vez ocorrem por meio da associação ou dissociação. O contato se dá na esfera individual, enquanto a interação social é a reciprocidade nas ações sociais, ou seja, é o contato mútuo realizado através da linguagem. Os mesmos autores realizaram algumas classificações no âmago dos processos de interação social, conforme se observará em seguida.

À medida que o contato é uma ação social que pressupõe um interlocutor, o isolamento aparece como seu antagonismo. O isolamento dos seres humanos, no sistema atual de globalização é bastante diminuto comparando-se aos tempos passados. Contudo, ainda podem ser verificados os moldes formulados por Park e Burgess (2014, p. 130), tais como: isolamento espacial ou físico, que se embasa nas distâncias geográficas de um indivíduo ou grupo em relação aos demais; isolamento

estrutural, que pressupõe diferenças de idade, sexo, raça e etnia, cujos fundamentos distanciam as pessoas dentro de uma mesma sociedade; isolamento funcional, a exemplo de necessidades especiais como surdez, cegueira, limitações fisiológicas, que fazem surgir subgrupos ligados pela limitação de suas funções; isolamento psíquico, que se respalda nas distinções de hábitos, costumes, religião, afinidades de um determinado grupo em detrimento de grupos alheios, em determinado tempo ou espaço social.

Ultrapassadas as possibilidades de isolamento, as ações sociais, ou contatos sociais, dão-se de forma direta ou indireta, a depender da via de acesso à informação, voluntária ou involuntária; contato intencional ou não, principais ou secundários; o contato é familiar, próximo ou impessoal; contato do “nosso grupo” ou “grupo alheio”, em conformidade com as costumes supervalorizados ou menosprezados; categóricos ou simpáticos, se os contatos derivam de categorias profissionais ou simplesmente de empatia rotineira (PARK; BURGESS, 2014).

A reciprocidade nas ações sociais caracteriza a interação social, que ocorre por intermédio da linguagem, seja ela não verbal, realizada mediante sons inarticulados ou por palavras e símbolos formalmente estabelecidos. Os tipos de interação social, por sua vez, enumeram-se por cooperação, competição, conflito, adaptação, acomodação e assimilação (DIAS, 2006).

O sociólogo Reinaldo Dias (2006) conceitua os processos sobreditos, afirmando que cooperação é o meio de interação no qual duas ou mais pessoas atuam em conjunto munidas de um objetivo comum, cuja extensão pode dar-se temporária ou continuamente, e a forma de execução ocorrerá direta ou indiretamente, este mecanismo caracteriza-se numa espécie de solidariedade social. A competição geralmente se manifesta como embate contínuo, no qual os esforços são dirigidos ao êxito, seja acadêmico, profissional, econômico, social, artístico, esportivo ou intelectual. Nas palavras do mesmo autor, a competição “[...] consiste na disputa consciente ou inconsciente por bens e vantagens sociais limitadas em número e oportunidades [...]” (DIAS, 2006). Como resultados da competição, podem surgir a hostilidade e a rivalidade, peculiaridades do conflito.

As distinções entre competição e conflito são deveras tênues, de maneira que a melhor maneira de pontuá-las é por meio da sua classificação. Os conflitos apresentam-se por rivalidade, ciúme, antagonismo, debate, controvérsia entre ideias

ou crenças, discussão, debate intenso, litígio – conflito judicializado; contenda – brigas entre indivíduos ou grupos, e guerras – luta armada (DIAS, 2006).

Em contrapartida, emergem a adaptação, acomodação e assimilação, em resposta aos conflitos e competições. A primeira sustenta-se pela adesão e conformidade às normas estabelecidas, e ocorre em três níveis: biológico e psicomotor, quando o indivíduo adapta-se ao ambiente sociocultural, nível afetivo, quando a interação se dá em razão de sentimentos e relacionamentos pessoais, nível de pensamento, quando o homem adapta-se às categorias mentais, de estereótipos e formas de pensar (PARK; BURGESS, 2014).

A segunda, acomodação, consiste no ajustamento formal e externo, de sorte que é pequena ou nula a mudança interna, no cerne dos valores, atitudes e significados. Segundo Dias (2006), a acomodação funciona como uma aceitação temporária, um ajustamento aparente, demandando a assimilação como forma de resolução efetiva do conflito.

Os fatores que promovem a acomodação arrolam-se por: coerção, compromisso, arbitragem, tolerância e conciliação. A assimilação, é a interação social por meio da qual indivíduos e grupos distintos aceitam e adquirem sentimentos, atitudes, tradições e padrões comportamentais. É um indício de integração social, sobrepujando-se às demais interações, permite que os seres humanos possam interagir entre si. Existem alguns fatores que influenciam a assimilação, tais como os contatos primários, nos quais se verificam as influências de amizades; a linguagem, porquanto a utilização de signos e expressões comuns tem condão de aproximar as pessoas, a ausência de caracteres físicos distintos, que possam inspirar divergências, o número e a concentração de indivíduos em determinado grupo, e o prestígio da cultura, que traz consigo o sentimento de segurança e identidade.

A assimilação é o processo de interação social que infere a partilha da experiência histórica, social, política e cultural do homem, permitindo-lhe compreender as diferenças do outro, demonstrar as suas peculiaridades enquanto ser social e aprender a lidar coletivamente com as problemáticas cotidianas.

Assomando-se aos mecanismos de interação social, põe-se a opinião de Max Weber (1982), que trata da dinâmica do poder. Para o autor, o poder é a capacidade de influência de um indivíduo ou um grupo social sobre os demais, quando uma vontade particular impõe-se, mesmo quando há resistências, numa relação social.

Entretanto, ressalta-se a temática da mediação, que reúne a discussão dos processos de interação social em si. Em retrospectiva às questões abordadas até o momento, sublevam-se a violência no contexto escolar e as formas de prevenção e redução desta mazela social. Nos meandros da argumentação, põem-se as necessidades da educação escolar, as funções da linguagem, e, dentre elas, o papel do diálogo na formação do indivíduo e nas relações que ele trava cotidianamente.

Ao retomar o contexto escolar como eixo do discurso, verifica-se que este ambiente é também o centro de todas as demais problemáticas aqui levantadas. Especialmente, no foco desta seção - as interações sociais e a linguagem - vê-se que é na escola que os indivíduos iniciam os processos de comunicação e interação social. Corroborando-se o entendimento de Dias (2006) acerca do conflito, o único processo de interação que o soluciona, é o mecanismo de assimilação, que antes deve ser alcançado pela partilha em detrimento do poder. É no convívio social pacífico, no qual os seres humanos aprendem a respeitar e lidar com as diferenças de seus pares, que a assimilação respalda-se, o que é facilmente alcançado pelo procedimento da mediação.

A mediação, então, conforme amplamente demonstrado, faz surgir entre as partes conflitantes, habilidades dialógicas, respeito, e a retomada da relação anterior, não por simples conformidade, aceitação formal ou imposição de poder externo, mas antes pela construção conjunta de uma solução viável e justa para todos os envolvidos.

4.2 PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS CONTEMPLADAS PELO PROJETO “MEDIAÇÃO ESCOLAR EM PAUTA”: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS DE PACIFICAÇÃO

Conforme amplamente demonstrado ao longo desta dissertação, seus objetivos apresentam uma natureza acadêmica e teórica concomitante ao caráter interventivo encerrado no modelo de mediação escolar proposto. Desta maneira, o momento conceitual e analítico predominou no primeiro capítulo, enquanto que posteriormente descreveu-se o projeto “Mediação Escolar em Pauta”, implementado no Colégio Gentil Paraíso Martins e no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles.

A seção atual, intenta evidenciar os caminhos percorridos pela equipe de execução do projeto em análise, desde o diagnóstico da percepção da violência realizado nas comunidades escolares referidas, perpassando pelo histórico de

intervenções realizadas, até alcançar uma avaliação dos resultados parciais coletados.

Cumpre-nos salientar, que a expressão “percepção da violência”, refere-se à impossibilidade da pesquisa alcançar dados puros da realidade, ao passo em que apenas detém-se uma impressão das práticas delituosas presentes no contexto analisado. Ainda que o estudo efetivamente tenha se proposto a coleta de dados, por meio da aplicação de questionários e entrevistas, bem como se dedicado a uma fase preliminar de observação etnográfica, identificação dos atores locais e contatos de pré-sensibilização, as informações colhidas condicionam-se à percepção dos pesquisadores e dos pesquisados acerca da violência local.

Este mesmo subtópico, cuida da análise da evolução das práticas de pacificação das escolas em comento. A investigação será fundamentada na coleta dos dados obtidos ao longo da implantação do projeto “Mediação Escolar em Pauta”, ao considerar que as atividades realizadas nas instituições de ensino, sensibilização, capacitações, gincana da paz e oficinas foram submetidas a avaliação dos atores escolares, proporcionando o exame da promoção dos ideais de pacificação em detrimento à violência instalada.

A expressão “percepção da violência”, contudo, pode assumir outro viés, qual seja, a sensação popular do grau de violência de cada local. Em entrevista realizada no ano corrente (2014) com Carolina Ricardo, a coordenadora de Justiça e Segurança Pública da ONG “Sou da Paz”, em São Paulo, identificou-se que os discursos generalistas embasados na percepção da população acerca da violência, pode ser muito perigoso, pois muitas vezes não reflete dados reais (ESTARQUE, 2014). De acordo com a autora, o combate a violência não pode ser realizado por meio de ações de “justiceiros” ou populismo penal, porque o medo dos indivíduos afasta a racionalidade acerca da temática.

De fato, a violência não deve ser combatida com práticas violentas, vingança pessoal ou qualquer espécie de justiça unilateralmente realizada, ainda que a prestação de segurança pública do estado não alcance todas as localidades e infrações no país. Estarque (2014) aponta o crime de roubo como a prática que mais afeta a percepção da violência, especialmente em termos quantitativos, e em razão da rápida proliferação de informações a respeito deste delito. Ademais, o roubo, por ser praticado com violência ou ameaça, gera trauma e medo para a vítima, interferindo na maneira de atuação do indivíduo na vida social.

Ressalte-se, portanto, que a percepção da violência constante nesta seção de debate trata dos resultados da pesquisa realizada, obedecidos os recursos metodológicos sobreditos, bem como a observação participante que guia a equipe de execução do projeto “Mediação Escolar em Pauta”, desde o momento precípua de sua implementação. Ainda sobre o tema, releva-se que as opiniões doutrinárias acerca da percepção social da violência são distintas. Em pesquisa realizada na Paraíba, no biênio 2007-2009, atinente à violência escolar, seus autores apontam para esta percepção como fator relevante para as ações do educador, que agirá mais eficazmente quando demandado de atenção e comportamento preventivo no seu contexto (SILVA; ANDRADE; SANTOS, 2010).

A competência interrelacional dos profissionais de educação é essencial para seu currículo de formação, pois, apenas munidos desta habilidade estarão aptos à melhor gestão das situações no ambiente escolar. Para Andrade (2007), a referida competência divide-se em duas esferas: a primeira cuida da aptidão para conviver coletivamente, gerir as relações intersubjetivas e organizar atividades de ensino e aprendizagem na escola; e a segunda, aponta para o ensino do convívio coletivo, a resolução pacífica de conflitos e a prevenção da violência. Por conseguinte, as intervenções realizadas por este profissional de educação demonstrarão natureza técnico-comportamental, relacional, pedagógica e afetiva. O mesmo autor encerra suas conclusões, resultado da pesquisa realizada, asseverando que o regulamento da maioria das instituições de ensino prevê, tão somente, punições para as falhas disciplinares, sem oferecer programas de auxílio na promoção de condutas pró-sociais de alunos, professores e demais funcionários.

Assim, a proposta da presente pesquisa, visa estabelecer novos meios de resolução de conflitos, ainda que os regulamentos punitivos das escolas se mantenham. Afinal, o objetivo é a não utilização progressiva das punições formais em razão da sementeira e incentivo a outras condutas substitutivas da violência, possibilitadas pela mediação escolar. Inclui-se, nesta discussão, a questão das sanções premiais, que serão explanadas oportunamente. A percepção da violência que será tratada a seguir evidencia as etapas vivenciadas por cada instituição contemplada, o Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins e o Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, durante todo o percurso de implementação do modelo interventivo de mediação escolar. Em tempo, serão discutidas as peculiaridades das escolas, no

que se refere à violência e à evolução das práticas de pacificação constatadas na pesquisa.

4.2.1 O Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins - Município de Valença-Bahia

O Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins, localiza-se no município de Valença. Ele possui 2.842 alunos matriculados no ensino médio e 644 (seiscentos e quarenta e quatro) alunos nas séries finais do ensino fundamental, portanto, é considerada uma escola de grande porte no interior do estado da Bahia (BAHIA, 2014).

Acompanhada pelos altos índices de violência na cidade, a educação local enfrenta questões de insegurança interna e externamente aos muros das instituições, de sorte que o Observatório da Pacificação Social, em parceria com a 5ª Diretoria Regional de Educação (DIREC 05), localizada em Valença, desenvolve desde maio de 2013 o projeto “Mediação Escolar em Pauta”.

Os contatos preliminares efetuados com a DIREC 05 oportunizaram a apresentação do referido projeto, momento em que fora solicitada a sua implantação no Colégio Gentil Paraíso Martins e Centro Estadual de Educação Profissional do Leste Baiano, o CEEPS. Em razão de conflitos de administração interna desta última, bem como ausência provisória de direção por razões políticas, não foi possível dar continuidade ao desenvolvimento no projeto no CEEPS, cujas atividades se resumiram a Sensibilização e Capacitação Básica.

Por sua vez, a aproximação inicial com o Colégio Gentil Paraíso Martins, mostrou-se difícil, necessitando-se de ações intervencionistas mensais e coletivas, desde o momento primeiro, a sensibilização com dirigentes, professores, funcionários e líderes de turma. Seguida à etapa de sensibilização, foi possível realizar uma capacitação básica preliminar para transmitir as noções primárias acerca da mediação, e da própria violência escolar, que muitas vezes não é bem delimitada.

Cabe ressaltar que a fase preliminar de implementação do projeto demandou maior atenção da equipe de execução, por conta das próprias limitações locais. Conforme os dados do “Mapa da Violência 2013 – Homicídios e juventude no Brasil”, divulgada pela Exame.com, o município de Valença ocupa a posição de nona cidade mais violenta da Bahia, e 29ª mais perigosa do país, onde ocorreram 78 homicídios

no ano de 2011, para uma população de aproximadamente 90 mil habitantes (PRATES, 2013). Os números indicam para o relevo da questão da violência no município de Valença, o que indica o reflexo desta situação nas instituições e esferas sociais, quaisquer que sejam. A educação possui legitimidade neste contexto, senão pela própria etimologia do vocábulo “educar”, mas pela responsabilidade social de formação acadêmica e cidadã da criança e do adolescente.

A comunidade compreendida pelo Colégio Gentil Paraíso Martins vivencia, portanto, uma amostra do universo externo. Consoante já mencionado, o meio escolar detém uma espécie de subcultura, um laboratório para conflitos. Este microcosmo possui formato de funcionamento, regras internas e dinâmica própria, entretanto, as ações promovidas ao longo do projeto de mediação infligiram atitudes e práticas novas na multicitada escola, conforme será observado.

A experiência no Colégio Gentil Paraíso Martins apenas alcançou ressonância com a primeira atividade lúdica realizada, uma grande Gincana da Paz, que agregou todas as turmas matutinas e vespertinas do local. Este momento de interação e construção conjunta dos alunos com seus professores e funcionários deixou evidente a fertilidade daquele espaço e das mentes e corações das crianças e adolescentes envolvidos, numa oportunidade única de aprendizado cooperativo e pacificador. Destarte, os materiais artísticos produzidos na Gincana da Paz da escola foram exibidos e desfilados numa passeata pela paz, que a escola realizou no mês seguinte, motivada pelos resultados alcançados no momento descrito.

Em que pese as atividades antecedentes, sensibilização e capacitação dos atores escolares, oportunizarem um primeiro contato desta comunidade com a mediação e as noções de cultura do consenso, as peculiaridades da escola não permitiram uma adesão contundente nesses momentos. Apenas com a Gincana da Paz, verificou-se a aderência e participação coletiva, sem prejuízo, contudo, para o seguimento do projeto.

Os passos que se seguiram à Gincana da Paz cumpriram a intenção de solidificar os valores e práticas apreendidas nas etapas anteriores, iniciando-se então um Ciclo de Oficinas Lúdicas, que se enumeram por: Oficina de Caça aos Direitos Humanos, Oficina de Prevenção e Combate a Exploração Sexual e ao Tráfico de Pessoas, Oficina de Prevenção à Violência Doméstica, Oficina de

Prevenção ao Tráfico de Drogas, Oficina acerca do *bullying* e Oficina Final de Pacificação Social.

Notadamente, as atividades elencadas acima se igualam em magnitude às vivenciadas na Gincana da paz, porquanto congregam novamente toda a comunidade escolar com o propósito de educar para a paz e pregar esta cultura, que deve ser plantada e florescer dentro de cada membro da comunidade envolvido no projeto. O aprendizado construído nas oficinas sobreditas, então, não mais se restringe aos muros da escola, mas deverá multiplicado nas famílias, vizinhança e outros círculos de convívio, pois as noções de mediação são ratificadas e fixadas nessas ações, de maneira natural, lúdica e coletivizada.

Os dados colhidos ao longo da consecução das atividades não puderam aferir todas as ações efetuadas, entretanto, em conformidade com os gráficos e tabelas contidos no Apêndice D, é possível analisar algumas intervenções, a exemplo da Oficina de Prevenção à Violência Doméstica, Oficina de Prevenção às Drogas, Oficina de Prevenção ao *bullying*, II Capacitação em Mediação Escolar ou Recapacitação, e a I Avaliação geral do Projeto “Mediação Escolar em Pauta”.¹⁵

Na Oficina de Prevenção à Violência Doméstica, os questionários alcançaram a quantidade de 92 alunos, que apresentavam entre 11 e 22 anos, distribuídos entre o 5º ano do ensino fundamental e o EJA (Ensino de Jovens e Adultos)¹⁶. Ao serem questionados sobre sua opinião acerca da atividade realizada, 89% dos alunos consideraram ótima e boa. O ponto seguinte indagou se eles aprenderam o que é violência doméstica, dos quais 93% acenaram positivamente, enquanto 90% afirmaram que conheciam casos. Perguntados se haviam aprendido a se prevenir desta forma de violência, 63% afirmaram que sim, 25% talvez soubessem, e apenas 10% responderam negativamente. Ao passo em que 71% dos alunos mostraram acreditar na mediação como forma de prevenção à violência doméstica, 51% asseveraram que poderia auxiliar sua comunidade no combate às agressões em comento.

¹⁵ Atentar para os apêndices deste trabalho, que apresentam os questionários e entrevistas submetidos às comunidades escolares analisadas.

¹⁶ A Educação de Jovens e Adultos é definida pelo artigo 37 da LDB (lei n. 9.394/96) como a modalidade de ensino que “[...] será destinada àqueles que não tiveram acesso ou à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

A Oficina de Prevenção às Drogas obteve 167 questionários respondidos, dos quais 95% avaliaram a atividade como ótima ou boa. Inquiridos sobre o estímulo à integração escolar como resultado da ação, 84% aquiesceram, em tempo que 77% deles consideraram que o momento contribuiu para a promoção de uma cultura de paz na instituição. Ainda, 72% dos questionários apontam para a compreensão dos alunos sobre a necessidade de um espaço para a escuta e para a palavra, indicadores de inclusão escolar. As opiniões no cerne da oficina, afirmam que o tema foi devidamente aprendido, que a droga ocasiona destruição, representa um vício prejudicial e que não se deve, sequer experimentar, e outras impressões contidas no Apêndice D.

A Oficina de Prevenção ao *bullying* reuniu 145 questionários respondidos, dos quais 94% perceberam a atividade como ótima e boa, à medida em que 96% deles avaliaram positivamente a temática escolhida. Em compasso, 88% dos alunos afirmaram que já sabiam o que significava “*bullying*”, 93% já presenciaram alguém praticando tal atitude, e 66% deles informaram que já sofreram desta violência. Por outro lado, 50% dos pesquisados evidenciaram que já praticaram *bullying*. Das agressões perpetradas ou vivenciadas, os alunos apontam para a violência de aluno contra aluno como principal verificação, 86% dos casos, sendo que 51% destes atos são físicos, 48% agressões verbais e 28% são violências morais. A maneira preponderante de resolução dos conflitos causados pelo *bullying* é a denúncia a Direção da instituição, em 79% dos casos, enquanto que 11% relatam ter procurado outros alunos e, 5% buscam os funcionários da escola.

O Ciclo de Oficinas se encerra com a realização de uma nova Capacitação geral, ou recapacitação, com foco na formação de agentes de pacificação social, logo, mediadores, dentre o corpo docente, discente e funcionários, que demonstraram o interesse e as habilidades necessárias às funções de mediador, ao longo da implantação do Projeto “Mediação Escolar em Pauta” – estes membros atuarão como mediadores dos conflitos escolares locais, bem como assumem a responsabilidade de multiplicadores dos conteúdos apreendidos.

Do questionário submetido aos mediadores em formação do Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins, que desempenharão esta função no Núcleo de Pacificação Escolar posteriormente implantado, 13 (treze) atores escolares demonstraram interesse e habilidades para tal, dentre professores e alunos, que receberam uma nova capacitação, conforme sobredito. Neste sentido, 93% dos membros

recapitados descreveram esta etapa como ótima e boa; acerca dos materiais utilizados, 92% avaliaram positivamente, e índice idêntico foi atribuído ao cumprimento dos objetivos traçados.

Ainda sobre a II Capacitação, a totalidade dos questionários apontou para a aplicabilidade e relevância da temática da mediação, bem como assim avaliou a adequação do formato do curso ao conteúdo desenvolvido. No aspecto da autoavaliação, 85% dos atores escolares se sentiram motivados enquanto 8% apontaram uma motivação regular; 85% afirmaram estar comprometidos com o curso; 77% afirmaram que demonstraram desempenho ótimo ou bom, e o mesmo número acredita ter obtido acréscimo de conhecimentos. A percentagem de satisfação dos membros recapitados foi de 92%, dentre os quais enumeram a iniciativa e compromisso da equipe de execução do curso como merecedores de aplausos, bem como a aprendizagem e as simulações proporcionadas ao longo dos dois dias de atividade.

No que se refere à instalação do Núcleo de Pacificação Escolar, este ainda não está em funcionamento, devido à necessidade de adequação na sua implantação com o projeto pedagógico e metas instituídas no início do ano letivo pelo corpo docente e direção da escola. Neste sentido, no primeiro semestre do ano de 2015 será montado este espaço de resolução de controvérsias no Colégio Gentil Paraíso Martins, em parceria do Observatório da Pacificação Social, pertencente à Faculdade de Direito da UFBA, com a própria instituição de ensino.

Entretanto, no presente momento, os resultados parciais do projeto “Mediação Escolar em Pauta” já podem ser aferidos, tendo em vista a execução de diversas etapas e a proximidade da instalação no Núcleo de Mediação Escolar, produto resultante dos caminhos percorridos. Assim, cuida-se de evidenciar os dados extraídos do primeiro questionário de avaliação geral do aludido projeto interventivo, referente à totalidade das ações promovidas. A quantidade de 85 membros da comunidade escolar respondeu ao questionário, dos quais 95% acreditam que a qualidade de informações veiculadas ao longo das intervenções deve ser classificada como ótima ou boa. Sobre o material didático utilizado, 86% responderam positivamente. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados, 84% afirma que ocorreu de maneira ótima ou boa, enquanto 7% consideraram regular. No cerne da aplicabilidade e relevância da mediação, trabalhada ao longo dos últimos

dois anos nesta escola, 88% aquiesceram e igualmente acreditaram na adequação do formato das ações concebidas.

A avaliação geral do projeto alcançou outros resultados: 87% dos pesquisados asseveraram que os trabalhos foram conduzidos de forma ótima ou boa; 83% pontuam o tempo como bem aproveitado; 86% acreditam que os membros executores do projeto detinham domínio dos assuntos tratados, e 85% obtiveram respostas às dúvidas surgidas no percurso. Questionados sobre as atividades desenvolvidas, 77% dos atores escolares participaram de alguma das capacitações oferecidas, 64% estiveram incluídos na Gincana da Paz, 67% se inseriram na Caça aos Direitos Humanos, 64% envolveram-se na Oficina de Prevenção à Exploração Sexual e Tráfico de Pessoas, a mesma percentagem compareceu à Oficina de Violência Doméstica, 83% deles participaram da Oficina de Prevenção às Drogas e 87% da Oficina de Prevenção ao *Bullying*.

No espaço reservado à autoavaliação, 80% da comunidade escolar se considerou motivada, 73% comprometida e, 75% dos entrevistados acreditaram que apresentaram um desempenho ótimo ou bom, tendo-se uma porcentagem igual para aqueles que afirmaram a posterior utilização dos conteúdos aprendidos. Assim, 77% deles afirmaram obter acréscimo de conhecimentos, mesmo número alcançado pelo grupo que se demonstrou satisfeito com seu papel no Projeto.

Por fim, vale ressaltar que 82% dos pesquisados percebem a importância de sua escola ter recebido o projeto de mediação escolar; 80% deles assentem que tiveram seus comportamentos modificados no cerne dos temas trabalhados. Ainda, 73% apontam para a modificação do comportamento da comunidade escolar como um todo; enquanto 75% dos atores escolares acreditam que poderão contribuir com sua comunidade, especialmente no que se refere à violência e à resolução pacífica de conflitos.

A aplicação dos questionários teve como objetivo identificar a percepção da violência dos atores escolares, seu nível de aproximação com experiências de violência, quais tipos e como se manifestam. Da mesma maneira, as questões formuladas, preocuparam-se com a absorção, efetivação e evolução das práticas de pacificação no contexto escolar, a fim de investigar o impacto das atividades desenvolvidas ao longo do projeto de mediação na instituição de ensino. Afinal, a melhor via de acesso aos resultados da análise de uma comunidade é por meio do contato direto, para então a coleta de suas impressões.

Da análise dos dados coletados, que se entrelaçam com as experiências narradas ao longo do trabalho, verifica-se a convergência para a utilidade da mediação na prevenção e contenção dos conflitos de natureza escolar.

4.2.2 O Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles - Morro de São Paulo, Município de Cairu-Bahia

O Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles é uma instituição municipal, agrega cerca de 2.000 (dois mil) alunos, localizado na Ilha de Morro de São Paulo, que pertence ao Município de Cairu. Esta escola foi inaugurada em 12 de abril de 2013 para funcionar na comunidade do Zimbo, e receber alunos de todas as comunidades locais (BAHIA, 2014).

Desde o início de seu funcionamento, o município de Cairu preocupou-se com a diversidade de alunos que a escola receberia, por substituir as demais escolas anteriormente existentes, sendo a principal unidade educacional em toda a ilha. De sorte que o Observatório da Pacificação Social, por meio do projeto “Mediação Escolar em Pauta”, novamente ingressa na realidade dos alunos, professores e funcionários, em conformidade com convite realizado pela Secretaria de Educação Municipal, no mês de setembro de 2013, a fim de alcançar as noções de respeito, tolerância, consenso e pacificação para toda a população envolvida.

Neste sentido, em atenção às fases evidenciadas na seção anterior deste trabalho, o grupo de execução das atividades intervencionistas do Projeto, realizou a sensibilização preliminar da direção e coordenação da escola e, posteriormente, o fez em todas as séries e salas do local, a fim de evidenciar as metas e intenções, bem como os significados e relevância da mediação no contexto escolar. Dirimidas as dúvidas e envolvida toda a comunidade nas ações do aludido projeto, procedeu-se a capacitação básica.

A I Capacitação Básica desta instituição, diferentemente do que ocorreu na escola anteriormente investigada, obteve quase total adesão de professores, funcionários e líderes de classe, totalizando o número de 97 membros devidamente instruídos acerca da mediação no contexto escolar, por meio de curso ministrado com carga horária de 16 horas, conforme se poderá observar nos apêndices deste trabalho.

Em seguimento, realizou-se a Gincana da Paz, primeira atividade lúdica de empenho grupal da instituição, que similarmente ao Colégio Gentil Paraíso Martins, demonstrou interação, criatividade e muito potencial para o trato positivo dos conflitos escolares. Enquanto a primeira capacitação é oferecida apenas aos representantes da turma, corpo docente, direção e funcionários, a Gincana da Paz é realizada com participação geral, que não possuiu caráter obrigatório, mas alcançou largamente a população local.

O início das atividades no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, ou simplesmente conhecido como “Zimbo”, deu-se no mês de setembro do ano de 2013, com a etapa de observação etnográfica, contatos e sensibilização preliminar. A sensibilização geral da comunidade escolar foi realizada no mês de março, enquanto a I Capacitação Básica em Mediação Básica ocorreu nos dias 09 e 10 de abril do ano de 2014, sendo seguida da Gincana da Paz, em 06 de junho do mesmo ano. Todas as atividades obtiveram alto índice de receptividade e aderência, embora esses dados não tenham sido colhidos apartadamente.

Passou-se então, ao Ciclo das Oficinas, que se encontra em desenvolvimento na referida escola. Apenas se efetuou até o momento presente, a primeira intervenção desta etapa, denominada “Caça aos Direitos Humanos”. Considerando-se que a descrição das atividades constantes nesta Oficina coube ao capítulo anterior, o espaço a seguir se propõe a analisar as informações quantitativamente obtidas. Porém, antes de tratar dos questionários aplicados nesta escola, cabe frisar que o progresso e colaboração coletiva de todos os membros dessa comunidade escolar são retumbantes, especialmente ressaltados pelo comprometimento do corpo docente e direção da escola que, de fato, abraçou a mediação como meio eficaz e promissor de resolução de conflitos no seu contexto.

Na seara dos resultados alcançados, por meio dos questionários submetidos, pontua-se que foram elaborados gráficos distintos, apartando-se as respostas dos professores e funcionários do corpo discente da instituição. Assim, observa-se que os alunos responderam a 235 questionários, com idades que variam entre 11 e 21 anos, distribuídos entre o 6º ano do ensino fundamental (referente à quinta série) até o 3º ano de ensino médio, sendo 54% do sexo feminino e 45% do sexo masculino. Dos alunos pesquisados, 99% avaliaram a Oficina como ótima ou boa, ao passo que 84% deles aprovaram a equipe de execução das atividades. Acerca da participação dos alunos, 34% acreditam que foi ótima, 40% afirmam que foi boa e 19%, que foi

regular e, sobre a participação dos professores, 46% apontaram como ótima, 28% como boa e 17% como regular.

Em sequência, 87% dos alunos aprenderam o que são os direitos humanos, enquanto 58% deles informam ter presenciado situações de desacato a esses direitos. Ao tempo em que 72% dos alunos acreditam que aprenderam a fazer valer seus direitos enquanto ser humano, 76% passaram a compreender que a mediação tem a função de prevenir conflitos nesta seara. Por fim, 65% dos pesquisados responderam que já são capazes de auxiliar sua comunidade na prevenção do desrespeito aos seus direitos humanos e de outrem.

Dos 20 professores e funcionários submetidos ao questionário referente à “Caça aos Direitos Humanos”, sua totalidade avaliou a atividade realizada como ótima e boa, e 95% deles afiançou o desempenho da equipe de execução. Sobre a participação dos alunos e dos professores ao longo da Oficina, ambas as respostas consideraram-na ótima ou boa, enquanto 5% pontuaram como regular. Os professores pesquisados informaram conhecer a temática dos direitos humanos, bem como afirma ter presenciado situações em que foram desrespeitados. Outrossim, 95% deles acreditam fazer valer esses direitos, e a mesma porcentagem se considera capaz de auxiliar a comunidade na sua preservação. Por último, 100% dos professores e funcionários atribuem à mediação o caráter de prevenção ao descumprimento dos direitos humanos.

Os resultados alcançados na aplicação dos questionários, demonstram que a implantação do projeto “Mediação Escolar em Pauta” no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, embora em fase mais primária, caminham similarmente àqueles descritos acima, relativos à outra escola contemplada. Ao contrário do que se poderia esperar, as poucas atividades desempenhadas na escola vislumbram uma reta ascendente na evolução das práticas de mediação, e já aptas à análise de resultados parciais. Este fato se ratifica por característica particular na relação entre a escola do “Zimbo” e a Universidade Federal da Bahia. Em setembro de 2014, a UFBA veiculou oportunidade para inscrição de projetos de pesquisa e extensão em parceria com instituições escolares públicas, o que permitiu ao programa “Observatório da Pacificação Social” apresentar projetos de iniciação científica juniores para apreciação da plataforma do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. Os projetos apresentados foram aprovados e cinco alunos de ensino médio do Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles atualmente

são bolsistas PIBIC Júnior, de sorte que recebem auxílio pecuniário para desenvolver a pesquisa em mediação na sua escola.

Este passo foi indispensável para fortalecer os laços da comunidade escolar com o projeto de mediação, ao incentivar a pesquisa e o exercício das práticas consensuais na escola. Assim, assevera-se a temática posta nesta seção de discussão, qual seja, a evolução das práticas de pacificação nas instituições contempladas pelo projeto.

Por fim, no que toca à percepção da violência, as questões submetidas à comunidade escolar, descritas e analisadas acima, trazem porcentagens representativas das impressões, anseios e contato dos alunos, professores e funcionários com a violência.

4.3 A MEDIAÇÃO ESCOLAR COMO NOVO PARADIGMA PARA A CULTURA DA PAZ

O momento final de exame da mediação como meio adequado na resolução dos conflitos escolares e promotora da paz social, não possui nenhuma intenção de encerrá-la. Do contrário, observa-se que o debate trazido à tona, apenas inaugura um espaço para reflexão na educação, na sociedade e na própria segurança pública.

É necessário direcionar o pensamento, a pesquisa e o esforço analítico para as questões de prevenção, não de evitação, isolamento ou subsídios que compartimentalizam a problemática. A investigação deve ser norteadada por todas as variáveis incluídas na violência escolar, não apenas o tráfico de drogas no entorno das escolas, não simplesmente a marginalização social ou o déficit alarmante na educação pública. Deve-se ultrapassar, então, a antiga atribuição de culpa.

O tempo utilizado com os problemas primários e suas implicações é desperdício, não importa se é a insegurança pública que impacta na educação de forma negativa ou se a educação pífia ocasiona a criminalidade. Se há violência e há educação ineficiente, ambos devem ser observados na construção de meios que contemplem as variadas problemáticas envolvidas. Se o paradigma atual vivenciado nas escolas é a cultura da violência, erija-se um novo modelo, uma cultura de paz.

Nesta senda, a pesquisa atual possui uma finalidade teórico-acadêmica, que buscou a elucidação doutrinária acerca da violência, sua manifestação do contexto

escolar e os impactos da mediação como meio de prevenção e combate, ao passo que se delineia uma finalidade interventiva, de retorno social, buscando a compreensão de que a paz não é apenas a ausência da guerra, mas a construção conjunta de valores de comunicação, consenso, colaboração e solidariedade.

Portanto, discutir-se-ão os meandros e possibilidades de legitimação de uma cultura de paz em detrimento ao hábito da violência instalado, e como a mediação posiciona-se neste contexto. Questiona-se, primeiramente, o porquê da violência ter se formatado como hábito nacional. Isto não é uma afirmação de que os brasileiros são violentos, mas antes, que eles acostumaram-se a ser. Os noticiários debruçam-se sobre as formas mais variadas de violência, ora por mecanismos sensacionalistas, ora por irresponsabilidade na veiculação das informações. Mas, ainda assim, a população dedica cerca de uma ou duas horas do seu dia para se atualizar com os últimos crimes praticados em seu país.

Dessa reflexão, deriva-se a dúvida se o correto seria desligar as televisões e rádios, afastando-se da realidade cruel que se escancara. Os muros altos e segurança privada resolvem o problema? Outros se questionariam se podem ajudar aqueles que vivem miséria e criminalidade. Obras de caridade e doações resolvem o problema? Voltando-se as primeiras elucubrações desta seção, percebe-se que a evitação, o isolamento ou subsídios que compartimentalizam as problemáticas sociais não são mais suficientes. Basta olhar através dos vidros fumê dos carros.

A proposta formulada a partir do “Projeto Mediação Escolar em Pauta”, embasa-se na escola como espaço precípuo das escolhas do indivíduo. Na infância, da interseção entre o convívio familiar, social e escolar, molda-se o caráter de cada um. Então, a formação cultural que perpassa atualmente pelas demonstrações de violência seria substituída pela cultura de paz promovida pela escola, fundada nos pilares da mediação e da educação em direitos humanos: diálogo, cooperação, compreensão da visão do outro, respeito e todos os valores evidenciados ao longo deste trabalho. As possibilidades de consolidação desta proposta serão discutidas com embasamento em entrevistas realizadas no âmbito do projeto no Colégio Gentil Paraíso Martins e no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles. Elas foram realizadas com professores e membros da coordenação e direção, a fim de reunir, qualitativamente, as impressões e sugestões destes atores escolares acerca do novo paradigma proposto na prática às referidas instituições de ensino.

No Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles foram entrevistados 4 professores¹⁷. O primeiro deles, foi a professora Thelma Miranda, profissional da escola há mais de trinta anos. Questionada sobre as formas de manifestação da violência no seu local de trabalho, responde que ela aparece nas formas de comunicação verbal dos alunos e na prática de *bullying*. Em segmento, sua opinião acerca da implementação do projeto de mediação escolar promovido pela equipe da Universidade Federal da Bahia, por meio do “Observatório da Pacificação Social”, afirma que ele tem auxiliado os professores a lidar, mediar, e de alguma forma, melhorado a postura dos alunos.

Quando questionada sobre as atividades desenvolvidas no bojo do Projeto que mais contribuíram e lhe pareceram interessantes, a professora aponta para a Capacitação em Mediação Escolar, pelo auxílio no trato dos conflitos, e para a Gincana da Paz, pela promoção de consciência e cultura de paz. A questão subsequente indaga sobre a possibilidade de transformação no comportamento dos alunos no que concerne à violência na escola desde o início de implantação do projeto de mediação, que foi respondido afirmativamente. A professora Thelma vai mais adiante, e afirma que, desde o início das atividades, praticamente não foi mais detectada na escola a posse ou uso de armas de fogo. Em seguida, ela atribui as mudanças visíveis no comportamento dos alunos às ações interventivas. A última pergunta perquire sobre a importância da escola haver recebido o projeto “Mediação Escolar em Pauta” e busca sugestões para próximas atividades. A mesma docente assente, e informa a necessidade de outra oficina que aborde a temática do tráfico de drogas.

O segundo entrevistado, a professora Cleusa Santos, desempenha suas funções de educação na aludida escola há 15 anos. A primeira pergunta foi igualmente respondida de maneira afirmativa, ao asseverar que as manifestações de violência se iniciam com simples brincadeiras e desentendimentos até chegar a ameaças e conflitos diversos. Ela trata com muita receptividade o grupo do Observatório da Pacificação Social, que traz uma melhor visão da questão da violência, e pontua o auxílio e a preparação propiciada ao professor na gestão das ocorrências escolares.

¹⁷ Observar as entrevistas na íntegra, constante nos apêndices deste trabalho.

No que tange as atividades participadas que mais se demonstraram relevantes, a docente enumera a Capacitação em Mediação Escolar, a Gincana da paz, a Oficina de prevenção ao tráfico de pessoas e exploração sexual, a Oficina de prevenção às drogas e a referente ao *bullying*. Justifica sua resposta pelos conflitos contemplados nas atividades citadas, vivenciados pelas unidades escolares e fazendo parte da vida de todos os alunos. A professora Cleusa, acredita que houve transformações no comportamento dos alunos desde as ações iniciais do projeto de mediação escolar em comento, atribuindo-lhe tais modificações. Sobre a importância do recebimento da iniciativa pela escola, ratifica sua relevância e demanda maior ênfase nas questões das drogas, *bullying* e uma nova Gincana da Paz.

Em seguida, a entrevista com a professora Cleonice Carvalho, há 36 anos nessa instituição, confirma a manifestação da violência na escola, que para ela surge de brincadeiras até alcançar a agressão. No cerne da chegada do grupo de execução do projeto de mediação, pontua que são bem-vindos, por conta dos esforços somados para minimizar as condutas violentas. Ela acena positivamente para a pergunta tematizada pela transformação das condutas violentas dos alunos, atribuindo este fato aos eventos proporcionados pelo multicitado projeto.

A professora elenca a Capacitação em Mediação Escolar, a Gincana da paz, a Oficina de prevenção ao tráfico de pessoas e exploração sexual, a Oficina de prevenção às drogas e ao *bullying*, como atividades que participou e considera de maior relevância, por terem contribuído da redução das posturas violentas dentro da escola. Por fim, incentiva novas atividades que vislumbrem as temáticas das drogas e do *bullying*, com maior adesão e envolvimento da comunidade escolar, e renova o apreço da escola pela recepção da mediação escolar.

O último entrevistado, a professora Hermitas Sousa, também trabalha há 36 anos no Colégio Gentil Paraíso Martins. Para ela, as formas mais usuais de manifestação de violência na escola são brincadeiras agressivas, discussões e desentendimentos diversos. Afirma que a chegada do grupo de alunos e professores da Faculdade de Direito da UFBA, foi muito bem-vinda, pois trouxe uma visão prospectiva, o trato de conflitos que visa um futuro melhor. Informa, ainda, que participou de todas as atividades supracitadas, apontando a relevância da totalidade, porquanto, englobam as principais temáticas de conflituosidade nas escolas públicas e na vida de todos os alunos da instituição contemplada. A professora reafirma a mudança nas atitudes que consolidam a violência da escola, ao relacionar tal

transformação às ações desenvolvidas desde a chegada do projeto de mediação escolar. Assente, ainda, os benefícios recepcionados pela comunidade escolar ao receber o referido projeto.

Por outro turno, o Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles teve 13 professores entrevistados, novamente no seio das informações qualitativamente colhidas nesta pesquisa. Vale reprimir neste momento que a referida escola entrou em funcionamento há cerca de dois anos, conforme pode se observar nas informações anteriormente fornecidas. Em razão do grande número de entrevistas, restará impossibilitada a minúcia das respostas de todos os professores.

A primeira professora entrevistada, Débora Santos, trabalha na instituição há 9 meses. Ela infirma a existência de comportamentos violentos na escola, tais como “xingamentos, palavrões e agressões físicas”. Descreve a chegada do projeto “Mediação Escolar em Pauta” como muito bom, e acredita que todas as atividades desenvolvidas ao longo da sua implantação são relevantes, pois aliam a teoria e a prática, ao considerar a necessidade de melhor trabalhar as práticas educativas. A professora percebe alterações no comportamento dos alunos no que concerne à prevenção da violência, e atribui essas transformações às atividades promovidas, às noções de direitos humanos, pacificação social e colaboração. A professora Débora confirmou a importância da escola ter recebido as intervenções, que possibilitaram um maior conhecimento e aprendizado da mediação dos conflitos escolares. Por fim, ela sugere que as atividades contem com mais tempo, especificamente com os alunos do Ensino Fundamental I, alunos do primeiro ao quinto ano, que demandam maior ludicidade.

A segunda entrevistada, a professora Domiciana Santos, ensina no colégio do “Zimbo” há cerca de um ano, e verifica a manifestação da violência por contato verbal e corporal, ocorrendo por qualquer motivo. Sobre a chegada do projeto de mediação escolar, ela o considera muito produtivo pela promoção de momentos de integração na escola, ao evidenciar a importância da união neste espaço e, em caráter exemplificativo, traz a Gincana da Paz como ação de principal destaque neste sentido.

Esta professora afirma que em alguns casos houve mudanças no comportamento dos alunos, no que tange à prevenção da violência, devidas à atuação do grupo do Observatório da Pacificação Social. Acredita que a implantação das iniciativas de mediação na escola é deveras relevante, e sugere a proposição de

atividades diferenciadas para o Ensino Fundamental I e II (alunos do primeiro ao novo ano).

A professora Elisângela Góes, por sua vez, terceira entrevistada, trabalha na escola desde o início do ano de 2014. Na primeira pergunta, assevera que a manifestação da violência se inicia no campo verbal, chegando a agressões físicas. Em seguida, informa que o tema da mediação é conhecido pelos professores, todavia, pouco discutido, e ressalta o quão foi gratificante receber o projeto em análise, que esclarece os questionamentos do ambiente escolar. Para ela, a Gincana da Paz foi a ação de maior impacto pela natureza de integração, uma dinâmica que envolveu todos os alunos, professores e auxiliares. Em alguns casos, a professora acredita que houve alteração nas atitudes dos alunos, que seriam relacionadas à prevenção da violência trazida pelas atividades do projeto de mediação escolar. Acena positivamente aos benefícios proporcionados, e aponta para a necessidade de serem desenvolvidas atividades delimitadas, que considerem as séries e idades dos alunos.

O professor Tácio Silva, outro entrevistado, trabalha na instituição de ensino desde sua inauguração. Atenta para a violência verbal, como forma cardinal de manifestação da violência na escola e afirma a importância da recepção do projeto de mediação neste contexto. Para ele, a atividade que mereceu maior destaque foi a Sensibilização, por esclarecer os pontos mais relevantes no cerne da mediação de conflitos. O professor acredita que algumas posturas foram alteradas na escola, que isto é visível em alguns alunos, por refletir certo conhecimento dos direitos humanos e consciência das interações. Finaliza sua reflexão, ao pontuar que a vivência e os assuntos discutidos na Sensibilização poderiam ser trabalhados na comunidade escolar em grupos menores.

Em sequência, a entrevista com o professor Evaldo Alves, que trabalha na instituição há dois anos. Ele percebe que a violência se manifesta na escola de forma verbal, física e emocional. Sobre a chegada da equipe da UFBA, diz que é de grande importância para a interação dos alunos, de uma forma respeitosa e disciplinar. A atividade que mais lhe pareceu interessante foi a Caça aos Direitos Humanos, em razão da falta de conhecimento acerca dos direitos de cada um.

O professor Evaldo, bem como o professor Flânio, não identificaram modificações precisas no comportamento dos alunos, informando que o levantamento de dados mais precisos demanda a aplicação de novas atividades,

tendo em vista que o projeto ainda mantém-se nas ações iniciais. Ele sugere que seja preparado um cronograma interdisciplinar de atividades, para que os professores possam aplicar em sala de aula.

Outra docente entrevistada, Maria do Amparo Santos, é professora da referida escola há dois anos. Ela afirma que a violência se manifesta por meio de agressão verbal e corporal, nascendo principalmente da rivalidade entre localidades, a exemplo do Morro com a comunidade do Zimbo. Acredita ter sido muito proveitosa a chegada da equipe de execução do projeto “Mediação Escolar em Pauta” na escola, pois foram proporcionados momentos livres de qualquer preconceito, nos quais os alunos se unem a um objetivo único. A professora percebe alguma modificação no comportamento dos alunos, mas, ainda não sólida o suficiente para apontar para uma redução na violência promovida pelo projeto, pelo que se aguardam as novas atividades. Ela afirma que o trabalho diário dos professores já é direcionado para a prevenção e combate à violência, o que ajuda muito a comunidade escolar, entretanto, toda contribuição é bem vinda. Sobre a implantação do projeto, assevera sua relevância, pois desperta a comunidade para questões como respeito, direitos humanos. Sugere que seja desenvolvida uma ação que contemple o respeito do aluno ao professor, realizando-se uma inversão de papéis.

Foram ainda entrevistados os professores, Sra. Elizamara, Sra. Julia, Sra. Kaira, Sra. Marília, Sra. Maristela, Sr. Flânio e Sra. Tanany. A exposição das respostas dos professores de ambas as escolas analisadas surge para respaldar a título proposto “A mediação escolar como novo paradigma para a cultura da paz”. Não há como realizar um trabalho propositivo sem que se demonstre a viabilidade de sua implantação, que apenas pode ser aferida com amostras de resultados, mesmo que parciais. Ademais, não há pesquisa ou projeto social que forneça resultados totais ou completos, apenas quando seu funcionamento chega ao fim, e ele não possa gerar quaisquer resultados reflexos para o futuro.

Neste passo, crê-se na verificação de evidências suficientemente claras para afirmar a mediação como meio promotor de um novo paradigma de pacificação. A violência, identificada na totalidade das respostas acima, que se manifesta de maneiras diversas e prejudica o ambiente escolar, reverbera em consequências sociais externas. A violência enxergada com normalidade, transformada em hábito, é, pois, cultura de violência. Não há como combatê-la sem novos hábitos, crenças e valores, que não surgem apenas para substituir os primeiros, mas para disseminar a

necessidade de transformação generalizada, multiplicando os conhecimentos propalados e agindo na consciência de cada um.

A totalidade das entrevistas, igualmente demonstrou, a progressiva mudança no comportamento da comunidade escolar, conformando-se o projeto de mediação como maior incentivador desta nova realidade, o início dos novos valores culturais que se delineiam. Ressalte-se aqui e agora, que se conceitua cultura por aplicação do espírito a determinado estudo ou trabalho intelectual, instrução ou estudo, apuro ou perfeição, conjunto de manifestações culturais, artísticas, sociais e linguísticas de um povo (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Atribuindo maior profundidade à discussão, Castro (2005, p.127) aborda a solidariedade e a felicidade como valores de maior vulto. Para ilustrar suas considerações, ele traz o exemplo do Reino de Butão, país situado na fronteira entre a Índia e a China, pouco integrado ao mundo globalizado, que utiliza um conceito inovador, intitulado “Felicidade Internacional Bruta” em oposição a “Produto Interno Bruto”. Com base na solidariedade e na preservação ambiental, o Butão demonstra um exemplo de desenvolvimento social a ser seguido. Por fim, cuida-se de ponto relevante para a conclusão deste tema, qual seja a temática da sanção. Desde os primeiros momentos da vida, a criança é ensinada a distinção entre o certo e o errado, que varia em conformidade com a perspectiva de cada família, comunidade, espaço e tempo vivenciado. Neste sentido, as noções iniciais da punição lhe são apresentadas como sanção ao comportamento proibido.

O termo sanção é utilizado, prioritariamente, no campo jurídico para se referir às decisões judiciais punitivas, é o resultado da conduta ilícita e, portanto, condenada pela sociedade e pela lei, fato que não sugere nenhuma novidade. O que caminha na contramão desta definição é a expressão “sanção premial” que, em tese, conforma uma contradição em si mesma, pois não haveria que se falar em prêmio quando se trata de punição. Enfim, surge a necessidade de distinção entre a sanção punitiva e a sanção premial, temática atual no universo jurídico, mas há muito discutido entre os teóricos.

Para Kelsen (1996, p.26), coação é a reação do Estado às condutas indesejáveis, externada por meio da inflicção de uma sanção, que é sempre acompanhada por um ato de força – fator distintivo entre o Direito e as outras formas de controle social. Bobbio (1980), entretanto, trouxe em seus mais antigos estudos, uma nova relação entre a sanção e a coação, de maneira a legitimar algumas

sanções positivas também como jurídicas, as quais constituem um prêmio direcionado a quem pauta suas condutas em consonância com o socialmente desejado. Eis as sanções premiaias.

Acredita-se que a utilização de sanções premiaias pode ser útil na promoção da cultura da paz nas escolas-alvo do projeto de mediação. O termo “prêmio” pode ser vinculado a qualquer retorno positivo, desde a parabenização e o reforço positivo às condutas pacíficas, sem estimular a competição negativa. As escolas, em colaboração com a equipe de execução das ações desenvolvidas, devem refletir acerca de atividades, programas e propostas que atendam às necessidades e vontades do corpo discente, como prêmio pela melhoria nos comportamentos delituosos e outras manifestações positivas. Novamente, retoma-se a questão da escuta: quando ouvidos, os alunos tendem a expressar suas angústias e demandas, sentem-se valorizados e acolhidos por sua comunidade escolar.

A mediação escolar enfatiza um novo paradigma de pacificação, que se opõe ao hábito corriqueiro da violência neste contexto, ao propor e incentivar a construção coletiva de valores formadores de uma cultura de paz.

5 PROJEÇÕES, PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS

As conclusões parciais alcançadas ao longo da pesquisa consistem em projeções, perspectivas e tendências. As projeções e perspectivas cuidam dos resultados obtidos por meio dos métodos de coleta de dados utilizados e suas

possíveis evoluções. As tendências analisam a realidade atual, confrontando-a com a presente temática, com foco na mediação enquanto meio possível e efetivo de prevenção e redução da violência escolar.

O exame final das questões suscitadas por esta pesquisa é realizado ao passo que são evidenciadas as conclusões centrais de cada capítulo. Enquanto o instituto da mediação surge no mundo como alternativa de legitimação ao acesso à justiça, a mediação escolar aparece nesta perspectiva com viés mais amplo, alcança a necessidade de pacificação. E qual melhor momento de aprender sobre a paz senão na infância? Qual o melhor local, senão a escola? A difusão dos valores de resolução consensual de conflitos na escola emerge como uma solução esperançosa, na contramão do pensamento individualista neoliberal, e favorável a uma educação para a paz, não para a guerra.

Tanto na educação quanto na perspectiva genérica da sociedade, a violência constitui-se como uma manifestação que substitui a palavra, pois que a violência se afirma quando a palavra não é possível, promovendo um momento de negação da condição humana. As noções conceituais analisadas ao longo deste trabalho trazem um universo variado de informações e posturas acerca da mediação escolar, bem como a função que ela ocupa no contexto da escola, mas, todas elas traduzem de alguma forma a necessidade crescente de renovar e melhorar a educação, colocando-a num lugar de destaque para a prevenção e redução da violência.

Propõe-se que os alunos advindos deste novo paradigma de educação, pautado na mediação em resolução de conflitos, possam desenvolver competências cognitivas, técnicas, sociais e humanas, assim poderão ser mais sábios que intelectuais, mais agentes de integração social que profissionais (BRITO, 2007, p.271).

Vale esclarecer também, a relação da mediação escolar com a violência, quando se concebe que as práticas delituosas prejudicam o ambiente de aprendizagem e o processo educacional. Ademais, elas fazem nascer conflitos dentro da comunidade escolar que podem tomar proporções agigantadas, externas aos muros da escola e que venham a negar diversos direitos dos indivíduos ali presentes. Portanto, intentou-se evidenciar a impossibilidade de se educar num ambiente onde a violência é reinante, porquanto apenas se considera efetiva a educação quando ela é direcionada à paz.

Os últimos 50 anos da história do Brasil, foram marcados pela acelerada transformação das estruturas sociais, por novas formas de acumulação de capital, inovações industriais e tecnológicas, transmutações nos processos de produção e de trabalho, nas formas de utilização, distribuição e alocação da força de trabalho, transcendência de fronteiras nacionais e acentuado deslocamento das relações dos indivíduos entre si e com o Estado que lhe protege, consoante expõe Adorno (2002). Para o autor, a conformação atual dos conceitos e da manifestação da violência são resultados desse processo histórico.

Se o primeiro espaço extradomiciliar de aprendizado é a escola, onde atualmente se perpetua a violência institucionalizada, seja pelos alunos ou pelo corpo docente, o caminho inverso também pode ocorrer. Este espaço de aprender deve cuidar da construção de conhecimento, de outras habilidades senão a força e a ameaça. É possível ensinar que, há outras formas de vencer um conflito ou uma situação de desarmonia, por meio de uma vitória coletiva e de uma solução conjunta, em detrimento à prática de violência.

Assim, afirma-se que a autonomia sobrepuja-se à heteronomia no cerne da violência e sua prevenção, porquanto os limites heteronômicos são impostos por terceiros, pela Lei e pelo Estado, ao passo em que a autonomia permite a formulação de valores internos de limitações do ser humano. A mediação é uma via canalizadora dos princípios pacíficos, que quando internalizados pela criança e adolescente, proporcionam-lhes uma nova forma de ver o mundo e se autodeterminar frente a ele.

O projeto “Mediação Escolar em Pauta”, desenvolvido no âmbito do Observatório da Pacificação Social, visa esclarecer a relevância social da inserção da mediação no contexto escolar, não apenas como meio de garantia do acesso à justiça, mas como ferramenta preventiva e de redução da violência. Portanto, ele propõe um modelo experimental de intervenção respaldado na mediação de conflitos no Colégio Gentil Paraíso Martins, localizada na cidade de Valença, e no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, pertencente ao município de Cairú, em Morro de São Paulo, ambas no interior da Bahia.

Por meio deste projeto de intervenção, todos os atores escolares – alunos, professores, funcionários e direção – devem atentar para a cultura do diálogo e da pacificação nas relações interpessoais. Portanto, é necessário que os profissionais das escolas desenvolvam esta mesma postura, para que sejam preservados os

princípios da cultura da conversa em detrimento às ações de violência, não apenas dentro das escolas, mas nas famílias, relações de vizinhança e demais esferas sociais e educacionais. Afinal, propõe-se a expansão da mediação utilizada no contexto escolar para a comunidade, assumindo, assim, viés de mediação comunitária.

A implantação do referido projeto ocorre mediante a execução de ações de pré-sensibilização, sensibilização de professores, servidores, pais, líderes estudantis e colaboradores, sensibilização de alunos; capacitação dos sensibilizados; ciclo de palestras e oficinas sobre prevenção da violência, cultura de paz, sexualidade, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, família na sociedade contemporânea, uso de drogas, dentre outras temáticas, capacitação dos multiplicadores, implantação de um núcleo de mediação escolar, monitoramento, e nova etapa de oficinas.

Na infância, momento em que iniciam as interações sociais e a própria relação comunicativa do indivíduo, ele começa a se constituir enquanto sujeito, pois passa a posicionar suas ideias, vontades, inclinações, quando mantém o contato com seu interlocutor por meio da linguagem. Destarte, uma das atribuições da escola é propiciar o encontro congruente entre o aluno e a linguagem para que ele consiga utilizar adequadamente o sistema simbólico e alcance as necessidades basilares de comunicação no mundo hodierno. Compreende-se que tratar a linguagem como meio interlocutivo nas práticas educacionais, exige uma práxis perene, sem cristalização de caminhos.

O meio escolar demanda a abertura de espaços para a expressão da voz do corpo discente, que tem a potencialidade de resolução das problemáticas existentes de maneira menos desgastante e mais eficaz, quando os alunos passam a ser ouvidos efetivamente.

Na perspectiva educacional, observa-se o papel do “educador bancário”, aquele que organiza sozinho o cronograma de ensino, sua concepção de educação é “entregar conhecimento” ou impor um modelo contido no programa que ele mesmo organizou. Este processo de educação não é adequado, pois legitima a retirada da participação dos educandos no processo educacional, segundo assevera Freire (1987). Para o autor, os “educadores-educandos”, por outro turno, são aqueles que comprometem-se com uma prática dialógica, pois muitos alunos não possuem acesso a outros lugares de discussão e aprendizado senão a escola.

A mediação utilizada no contexto escolar, portanto, oferece as ferramentas da comunicação e da linguagem pacificadora e criativa, as possibilidades de equidade em detrimento da hierarquia característica da instituição de ensino, a formação humanística e cidadã proporcionada por meio das oficinas e palestras oferecidas à comunidade no bojo do projeto de mediação escolar e, por fim, acredita na autodeterminação, comunhão e relacionamento pacífico entre todos.

A obtenção dos resultados do presente estudo, na esfera quantitativa, contou com a aplicação de 756 questionários em ambas as escolas, com condão de identificar a percepção da violência dos atores escolares, seu nível de aproximação com experiências de violência, quais tipos e como se manifestam. Da mesma maneira, as questões formuladas se preocupam com a absorção, efetivação e evolução das práticas de pacificação no contexto escolar, a fim de investigar o impacto das atividades desenvolvidas ao longo do projeto de mediação na instituição de ensino. Afinal, a melhor via de acesso aos resultados da comunidade é o contato com ela, a coleta de suas impressões.

Assim, evidencia-se a finalidade teórico-acadêmica da pesquisa, que perseguiu a elucidação doutrinária acerca da violência, sua manifestação do contexto escolar e os impactos da mediação como meio de prevenção e combate, ao passo que se delineou uma finalidade interventiva, de retorno social, buscando a compreensão de que a paz não é apenas a ausência da guerra, mas a construção conjunta de valores de comunicação, consenso, colaboração e solidariedade.

Defende-se que é necessário direcionar o pensamento, a pesquisa e o esforço analítico para as questões de prevenção, não de evitação, isolamento ou subsídios que compartimentalizam a problemática. A investigação deve ser norteadas por todas as variáveis incluídas na violência escolar, não apenas o tráfico de drogas no entorno das escolas, não simplesmente a marginalização social ou o déficit alarmante na educação pública.

Igualmente, para respaldar a coleta de dados na esfera qualitativa foram realizadas entrevistas com os professores das instituições de ensino contempladas pelo projeto “Mediação Escolar em Pauta”. Os resultados parciais indicam que a totalidade das entrevistas demonstrou a progressiva mudança no comportamento da comunidade escolar, conformando-se o projeto de mediação como maior incentivador desta nova realidade, ao se constatar o surgimento de valores culturais de paz.

As conclusões parciais desta dissertação se encerram com grifos nas tendências da mediação escolar. O trabalho se debruçou sobre a proposição de um modelo de implantação das práticas consensuais de resolução de conflitos na escola, que contemplasse as peculiaridades de cada comunidade escolar. Evidencia-se, assim, a possibilidade real de replicação deste projeto de mediação escolar para quaisquer instituições de ensino, tendo em vista a demonstração de resultados parciais relevantes.

Conclui-se pela comprovação da hipótese formulada, ao se evidenciar que a mediação de fato supre a problemática orientadora da pesquisa, a violência no âmbito escolar. Assim, as projeções indicam uma efetiva promoção da cultura da paz nas escolas analisadas, possibilitando-se a reafirmação dos resultados em ambientes futuros de implantação do projeto proposto, uma vez registrada a clara percepção de redução e prevenção à violência no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO/BID, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ADORNO, Sérgio. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. *Jornal de Psicologia-PSI*, p. 7-8, abril/junh. 2002.

ALECRIM, Kennedy. A Teria Geral do Conflito. In: BOMFIM, Ana Paula Rocha do; MENEZES, Hellen Monique Ferreira de. (Coord.) **MESCs**: manual de mediação, conciliação e arbitragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

ALENCAR, Emanuela Cardoso Onofre de; SALES, Lilia Maia de Moraes. Mediação Escolar: um meio para bem administrar os conflitos nas instituições de ensino. In: SALES, Lilia Maia Moraes de (Org.). **A cidadania em debate**: a mediação de conflitos. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2005.

ALVES, Clarice Vaz Peres. Aluno: produto discursivo das práticas escolares. In: BOHN, Hilário; SOUZA, Osmar (Org.) **Escrita e Cidadania**. Florianópolis: Insular, 2003.

_____. **Linguagem e consciência**: mediação para uma prática reflexiva. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/lec/02_05/Clarice.pdf>. Acesso em: 17 out 2014.

ANDRADE, Fernando C. B. de. **Ser uma lição permanente**: psicodinâmica da competência inter-relacional do(a) educador(a) na gestão de conflitos e na prevenção da violência na escola. 2007. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

ARAÚJO, Carla. **A violência desce para a escola**: suas manifestações no ambiente escolar e a construção da identidade dos jovens. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

ARISTÓTELES. **Política**. Edição bilíngue (português-grego) com tradução direta do grego. Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. 1. ed. Lisboa: Vega, 1998.

BAHIA. Secretaria de Educação. **Consulta Escola**. Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/escolas>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BATTAGLIA, Maria do Céu Lamarão. **Mediação escolar**: uma metodologia de aprendizado em administração de conflitos. Disponível em: <<http://www.rogeriana.com/battaglia/mediac01/mediac01.htm>>. Acesso em: 30 set. 2014.

BOBBIO, Norberto. **Contribución a la teoria del Derecho**. Valência: Fernando Torres Editor, 1980.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale, et al. 12. ed. Brasília: UnB, 1999.

BODINE, Richard; CRAWFORD, Donna. **The handbook of conflict resolution education**: a guide to building quality programs in school. Wiley: NIDR, 1998.

BOMFIM, Ana Paula Rocha do (Org.). **Mediação escolar em pauta**. Salvador: ACCS – Observatório da Pacificação Social, 2013. No prelo.

_____. A conciliação. In: BOMFIM, Ana Paula Rocha do; MENEZES, Hellen Monique Ferreira de (Coord.) **MESCs**: manual de mediação, conciliação e arbitragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRAGA, Ana Livia Figueiredo; ALECRIM, Kennedy Gomes de. A mediação. In: BOMFIM, Ana Paula Rocha do; MENEZES, Hellen Monique Ferreira de (Coord.) **MESCs**: manual de mediação, conciliação e arbitragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BRANDONI, Florencia. **Mediación Escolar**: propuestas, reflexiones e experiências. Buenos Aires: Paidós, 1999.

BRASIL. Ministério Público do Ceará. Procuradoria Geral de Justiça. **MP inaugura primeiro Núcleo de Mediação Escolar do Ceará**. 2007. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/servicos/asscom/releases.asp?icodig=269>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

BRITO, Caroline Hoffmann. A mediação como instrumento de integração e pacificação na escola. In: LIMA, Fernanda Araújo; FAGUNDES, Rosane Vaz; PINTO, Vânia Leite. **Manual de Mediação**: teoria e prática. Belo Horizonte: New Hampton Press, 2007.

BUSH, Robert; FOLGER, Joseph. Mediação transformativa e intervenção de terceiros: as marcas registradas de um profissional transformador. In: SCHNITMAN, D. F.; LITTLEJOHN, S. (Org.). **Novos paradigmas em mediação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

CAPPELLETTI, Mauro, GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Ed. Sérgio Antonio Fabris, 1988.

CARVALHO, Valéria Cristina de. **Violência**: um complexo fenômeno sociocultural universal. Disponível em:
<http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/saude_coletiva_cap20.pdf>. Acesso em: 05 out. 2014.

CASTRO, Celso Luiz Braga de. **Obrigação tributária como obrigação de fazer**: conversibilidade parcial de imposição pecuniária em deveres administrativos - uma revisão de paradigmas. 2005. 289 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Direito, 2005.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-442, jul./dez. 2002.

CHARLOT, Bernard; ÈMIN, Jellab, A. (Coords) **Violences à l'école**: état des savoirs. Paris: Mason 7 Armand colin, 1997.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.54, p.11-28, jan./mar. 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a02v1554.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

DEBARBIEUX, Eric. **Violência na escola**: um desafio mundial? Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

_____. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO Brasil, 2002.

Dias, Reinaldo. **Fundamentos de Sociologia Geral**. 3. ed. São Paulo: Editora Alínea, 2006.

DUMONT, Guiomar Marotti. Formas alternativas de solução de conflitos. In: LIMA, Fernanda Araújo; FAGUNDES, Rosane Vaz; PINTO, Vânia Leite. **Manual de mediação**: teoria e prática. Belo Horizonte: New Hampton Press, 2007.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ESTARQUE, Marina. **Percepção da violência nem sempre reflete realidade**. Disponível em: < <http://dw.de/p/1BCL6>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

FERNANDES, Priscila Dantas; OLIVEIRA, Kecia Karine Santos de. Violência escolar na percepção dos professores. In: FÓRUM IDENTIDADE E ALTERIDADES, 4., E CONGRESSO NACIONAL EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE, 2., 2013, Itabaiana/SE. **Anais...** Itabaiana: Universidade Federal de Sergipe, 2013.

FERREIRA, Tamires Becker; TEIXEIRA, Adam Hasselmann. Comentários ao projeto de lei nº 4.827/1998, que institui a mediação: disposições gerais. In: SPENGLER, Fabiana Marion; NETO, Theobaldo Spengler (Org.). **Mediação enquanto política pública**: a teoria, a prática e o projeto de lei. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

FREITAS, Felipe Bertré. Violência e cultura na sociedade norte-riograndense. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2., 2013, Passo Fundo/RS. **Anais Eletrônicos...** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013. Disponível em: < http://www.upf.br/historiaregional/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=14>. Acesso em: 14 set. 2014.

FREIRE, Ivone Costa. **Polícia e sociedade**: gestão de segurança pública, violência e controle social. Salvador: Edufba, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means**. London: Sage, 1995.

GALVÃO, Maria Cristina Barbosa. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. [2009]. Disponível em: <http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf>. Acesso em: 26 out. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Por uma cultura de paz**. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=13855>>. Acesso em: 20 out. 2014.

HABERMAS, Jurgen. **Agir comunicativo e razão destrancendentalizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HARTILL, Richard. O financiamento da educação na América Latina. In: CAMPANHA Nacional pelo Direito à Educação. **A educação na América Latina: direito em risco**. São Paulo: Cortez, 2006.

HEREDIA, Ramón Alzate Saéz de. Enfoque global de la escuela como marco de aplicación de los programas de resolución de conflictos. In: BRANDONI, Florencia. **Mediação Escolar: propostas, reflexiones e experiências**. Buenos Aires: Paidós, 1999.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martin Fontes, 2002.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LIMA, F. M. D. de A.; FAGUNDES, R. M. S. V.; PINTO, V. M. V. L. (Org.). **Manual de Mediação: Teoria e Prática**. Belo Horizonte: 2007

LIMA, Maria Cristina de Brito. **A Educação como Direito Fundamental**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003.

LONGO, Malu. Violência e medo rondam as escolas. **O Popular**, Goiânia, p. 5, nov. 2008.

MASCARENHAS, Nicolai. Técnicas de negociação: novas ferramentas para os advogados defenderem os interesses dos seus clientes. **Debate Virtual**: revista eletrônica mensal do Curso de Direito da UNIFACS, n. 67, dez. 2005. Disponível em: <www.unifacs.br/revistajuridica/edicao_dezembro2005/discente/disc_16.doc>. Acesso em: 19 jul. 2012.

MENDONÇA, Ângela Hara Buonomo. **Métodos extrajudiciais de solução de controvérsias**: uma visão geral de conceitos e aplicações práticas. Brasília: Edição Independente do Projeto CACB/SEBRAE/BID, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone G.; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Org.). **Avaliação por triangulação de método**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

MIRANDA, Ana Karine Pessoa Cavalcante. A mediação de conflitos como instrumento de acesso à justiça, inclusão social e pacificação social. In: SALES, Lilia Maria de Moraes (Org.). **Estudos sobre a efetivação do direito na atualidade**: a cidadania em debate. Fortaleza: Gráfica Unifor, 2005.

MONTEIRO, Valdênia Brito; SILVA, Kelly Regina Santos da (Org.). **Mediação de Conflitos, Direitos Humanos e Acesso à Justiça**. Recife: GAJOP, 2012. p. 155-192.

MOORE, Christopher. **O Processo de Mediação**. 2. ed. Artmed: Porto Alegre, 1998.

MORGADO, Catarina; OLIVEIRA, Isabel. Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade. **Revista Exedra**, n. 1, Jun. 2009.

MOREIRA, Lucia Vaz de Campos et al. **Psicologia, Família e Direito**: interfaces e Conexões. Curitiba: Juruá, 2013.

MORETTO, V. P. **Construtivismo: a produção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MULLER, Fernanda Graudenz. Competências profissionais do mediador de conflitos no contexto escolar. **Revista electrónica de investigación y docencia**, n. 1, p. 107-121, set. 2008. ISSN 1989-2446.

NASCIMENTO, Eunice Maria; EL SAYED, Kassem Mohamed. Administração de Conflitos. In: **Gestão do Capital Humano**. Curitiba: Gazeta do Povo, 2002. cap. 4, p. 47-56. (Coleção Gestão Empresarial - FAE Centro Universitário, 5).

OBRZUT, Dulcena Maria Saboia; ZYCH, Anizia Costa. A violência na Escola e a mediação de conflitos. In: **O professor PDE e os desafios da Escola Pública paranaense**. Paraná: Secretaria da Educação do Governo do Estado, 2010. v.1.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso. Concretude simbólica e descrição etnográfica. **MANA**, v. 19, n.3, p. 409-435, 2013. Disponível em: <http://www.uff.br/ineac/sites/default/files/concretude_simbolica_e_descricao_etnografica.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. Competição, conflito, acomodação e assimilação. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 13, n. 38, p. 129-138, ago. 2014. ISSN 1676-8965.

PRATES, Marco. As 300 cidades mais perigosas do Brasil. **Exame.com**, jul. 2013. Disponível em:< <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-300-cidades-mais-perigosas-do-brasil>>. Acesso em: 09 out. 2014.

PRAWDA, Ana e LACOVONE, Patrícia. Social Skills and Mediation in the School Curricula. **Revista Latinoamericana de Mediación y Arbitraje**, n. 1, 2004.

ROIZMAN, Laura Gorrezio; DISKIN, Lia. **A paz – Como se faz?** São Paulo: UNESCO, 2008.

SALES, Lilia Maria de Moraes. **Mediação de Conflitos: família, escola e comunidade**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

_____. **Justiça e Mediação de conflitos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

SCHABELL, Corinna. **Mediação Escolar de pares: semeando a paz entre os jovens**. São Paulo: Willis Harman House, 2002.

SELIGMAN, Martin. **The effectiveness of psychotherapy: The consumer reports study**. New York: American Psychologist, 1995.

SERPA, Maria de Nazareth. **Teoria e Prática da Mediação de Conflitos**. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas nas Escolas: bullying**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SILVA, Ana Paula dos Santos; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; SANTOS, Carmen Sevilla Gonçalves dos. Percepção social da violência na escola: um olhar sob a ótica da competência interrelacional. **Espaço do currículo**, v. 2, n. 2, p.248-259, set. 2009/mar. 2010. ISSN 1983-1579. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

SILVA, José Afonso de. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

SOUZA, Edinilsa Ramos de (Org). **Curso Impactos da Violência Sobre a Saúde**. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2007.

SOUZA, Luís Antonio Francisco de. **Sociologia e o controle social**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SOUZA, Miriam Rodrigues. Violência nas escolas: causas e consequências. **Caderno Discente do Instituto Superior de Educação**, Aparecida de Goiânia, ano 2, n. 2, 2008.

SOUZA, Wilson Alves de. **Acesso à Justiça**. Salvador: Dois de Julho, 2011.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento – projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. São Paulo: Método, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WARTERS, Willian. Mediação no ensino superior: uma abordagem da resolução de problemas para Anarquias Organizadas. In: Schnitman, D. F.; Littlejohn, S. **Novos paradigmas em mediação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. atual. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZARCO, Carlos. Um breve balanço e os principais desafios. In: CAMPANHA Nacional pelo Direito à Educação. **A educação na América Latina**: direito em risco. São Paulo: Cortez, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A

**LISTA DE MEMBROS EQUIPE EXECUTORA DO PROJETO MEDIAÇÃO
ESCOLAR EM PAUTA OBSERVATÓRIO DA PACIFICAÇÃO SOCIAL-
FACULDADE DE DIREITO - UFBA**

Direção da Faculdade de Direito

Celso Luiz Braga de Castro

Coordenação

Ana Paula Rocha do Bomfim

Ivone Freire Costa

Professores

Ana Paula Rocha do Bomfim

Ana Livia Carvalho Figueiredo Braga (UNEB)

Ivone Freire Costa

Iran Furtado

Maria Paula Nogueira Ávila

Monitoria

Ises Maria Ferreira Chaves

Maria Victória Braz Borja Rodrigues

Rejane Ramos Dantas Lisboa

Alunos Graduação e Mestrado

Amanda Mota dos Santos

Ananda de Oliveira Rocha

Andrea Nunes Cardoso

Angela Maranhão Lima de Souza

Aristeu Carvalho Lisboa Neto

Caio Vinicius dos Santos

Camila Figueiredo de Almada

Carlos Frederico D'almeida e Mendes

Daniel Amarantes de Jesus

Eduardo Fernando Ferreira Maskell Filho

Erica Ribeiro Guimarães

Eva Ribeiro dos Santos

Fabiana Cristina Ferreira Bomfim

Felipe Augusto Araújo dos Santos

Felipe Fontes Castro

Fernanda Marques Sampaio
Gabriela Martins de Cerqueira e Silva
Gabriela Oliveira e Teles
José Carlos Teixeira Costa Junior
José Paulo Lima Cruz
Leonardo Cruz de Oliveira
Luana Andrade Souza Viana
Lucas Araújo Mascarenhas
Luciana Fernandes Lopes
Mariane Santos de Oliveira
Maria Victoria Braz Borja Rodrigues
Marina Shibasaki Santedicola
Maristela de Almeida Pereira Garrido
Nubia Oliveira Araújo
Perlla Barbosa de Souza
Robson José Santos Trindade
Thainara de Souza Macedo
Tuany Sande Cardoso

APÊNDICE B

MODELO DE FICHA TÉCNICA PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PROJETO MEDIAÇÃO ESCOLAR EM PAUTA



2. DADOS DA ATIVIDADE:

2.1. Objetivo

2.2. Justificativa

2.3. Da Equipe Organizadora

A equipe organizadora será composta pelos professores e alunos da equipe de execução, e alunos, professores e funcionários da instituição onde será promovida a atividade. A composição da organização deverá ser informada a todos no ato do lançamento.

2.4. Das Equipes Participantes na Atividade (Gincana, oficina, etc)

2.5. Da Realização da Atividade (Descrição Das Etapas)

2.6. Da Inscrição

As inscrições na atividade devem ser realizadas junto à escola, com data limite em _____

2.7. Das Tarefas

A comissão organizadora divulgará xx tarefas, cada qual com duração de xx minutos. Ficará sob a responsabilidade da equipe de organização a ordem e a disposição das tarefas. As tarefas terão pontuação de acordo o grau de dificuldade, podendo ser avaliadas pela qualidade do cumprimento.

2.8. Cronograma da Atividade

O cronograma será construído pela equipe organizadora, respeitando a necessidade do período de planejamento.

2.9. Da Avaliação da Atividade

Após o termino da atividade, será efetuada uma avaliação consoante questionário de avaliação a ser aplicado dentre equipe executora, professores e alunos da escola.

APÊNDICE C

LISTA DE MEDIADORES EM FORMAÇÃO

Capacitação Preliminar Projeto Mediação Escolar em Pauta

Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles. Período: 09 e 10 de abril de 2014

1. Adiles da Conceição
2. Aivalda da Conceição
3. Adnaldo da Conceição
4. Adriano Almeida dos Santos
5. Alanna S. de Jesus
6. Amanda da Conceição de Oliveira
7. Ana Paula de Jesus
8. Ana Paula Neri Xavier
9. Ana Paula Santos do Nascimento
10. Ana Paula Viana Nascimento
11. Anderson Pimentel dos Santos
12. Andréia dos Santos Soares Pereira
13. Arael Sathander
14. Arethusa Correia Malta
15. Arithana Correia Malta
16. Bruno dos Santos Silveira
17. Bruno Silva
18. Clarice Lopes
19. Cleito Consolação
20. Danilly Kemilin Guedes de Almeida Souza
21. Débora Pereira dos Santos
22. Domiciana Lacerda Santos
23. Edna Jesus Sila
24. Eliane Santos Andrade
25. Eliene Catia da Silva Pereira
26. Elisângela Góes Prazeres
27. Elizamara Andrade Rangel
28. Elton dos Santos de Andrade
29. Emelly Evely Andrade de Jesus
30. Erivaldo da Conceição Matos

31. Fabiano Silva Souza
32. Gerson Jovino Alves dos Santos
33. Hélio Souza de Cristo
34. Iago Rosetro
35. Jair Ramos de Jesus
36. Jamile Oliveira Macêdo da Silva
37. Jandira Dias
38. Joaci Ramos de Jesus
39. Joilson Batista de São Pedro
40. Joni Ramos Jr
41. José Carlos Silva Neves
42. Joselito Silva dos Santos
43. Júlia Rodrigues Nunes
44. Kaina Santos da Conceição
45. Kelly Ferreira dos Santos
46. Kleiber Santos Alexandria
47. Letícia da Silva Machado
48. Liane Mendes Lobão
49. Luna Villafan Aellen
50. Maikson Damasceno Fonseca Machado
51. Manuela de F Pereira
52. Manuela Santos Souza Cruz
53. Marcia Gleide Lopes Souza
54. Marcos Vinícius Conceição de Jesus
55. Margarida Oliveira da Hora
56. Maria Cristélia Maciel de Sousa
57. Maria da Conceição Barreto Souza
58. Marília de J Pereira
59. Maristela Santos Pereira
60. Marizene Santos Souza Cruz
61. Monique Soares de Freitas
62. Natalícia Souza Santos
63. Olga Verônica dos Anjos Rosa
64. Priscila Nascimento Santos

65. Railane S. Balbino
66. Renata Queiroz Magalhães
67. Reneia Pinheiro Nascimento
68. Ricardo Cerqueira Santos
69. Rita do Desterro da Silva Rocha dos Santos
70. Robert Conceição de Jesus
71. Rosângela de Brito Cardim
72. Rosenilda Rocha Barbosa
73. Selma Sousa dos Santos
74. Silmária dos Anjos Santos Menezes
75. Silvana
76. Silvania Marques Nicolau
77. Sulivani Nascimento da Luz
78. Suziane Gomes dos Santos
79. Tácio Conceição da Silva
80. Tanany Silva dos Santos
81. Tania Virgilia dos Santos
82. Thaise Gomes de Jesus
83. Vanusa Coutinho
84. Walder Santos Cerqueira
85. Wilma Santos do Nascimento Matos

TABULAÇÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS PELO PROJETO MEDIAÇÃO ESCOLAR EM PAUTA

Execução: Observatório da Pacificação Social da Faculdade de Direito da UFBA

Coordenação: Profª Ms. Ana Paula Rocha do Bomfim

Questionários de Avaliação - Oficina de Prevenção à Violência Doméstica Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins – 92 respostas

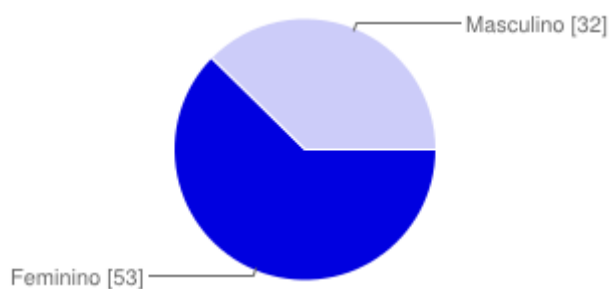
Idade

22
17
18
15
16
13
11

Série

7
6
5
8
eja

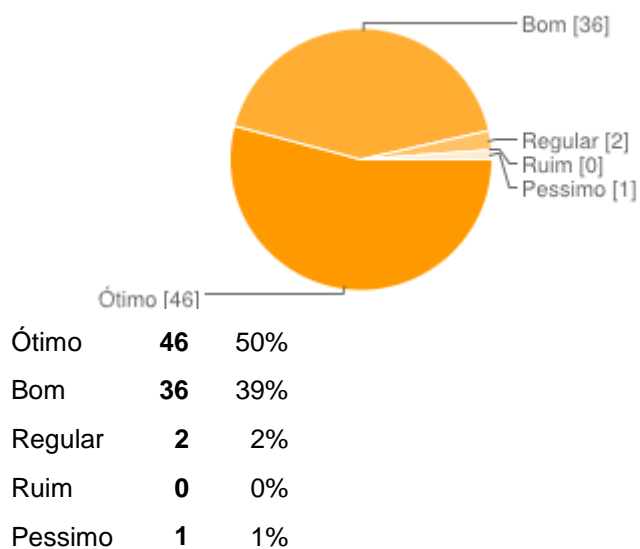
Sexo



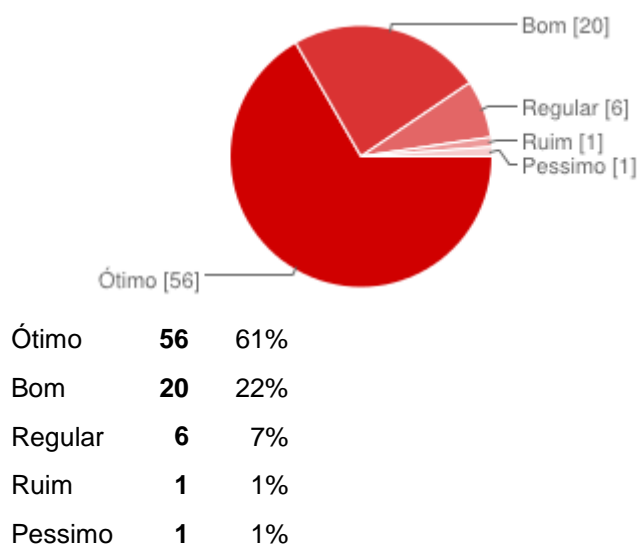
Feminino **53** 58%

Masculino **32** 35%

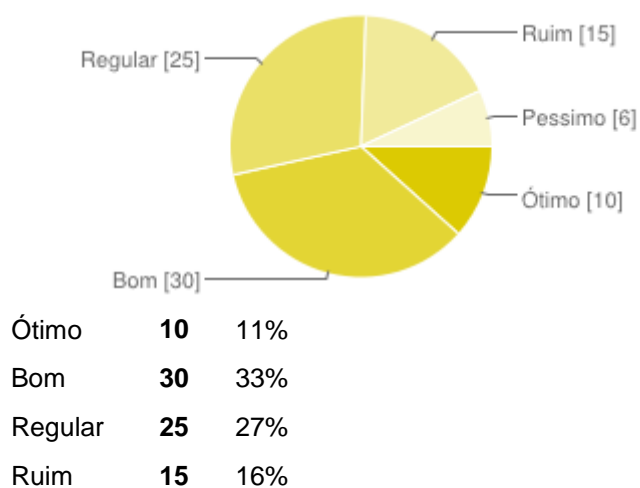
O que você achou da oficina?



Como você avalia a equipe da UFBA?

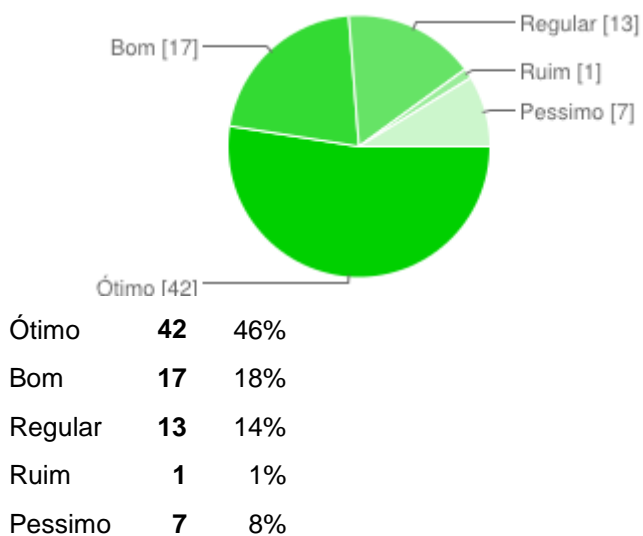


Como você avalia a participação dos alunos da escola?

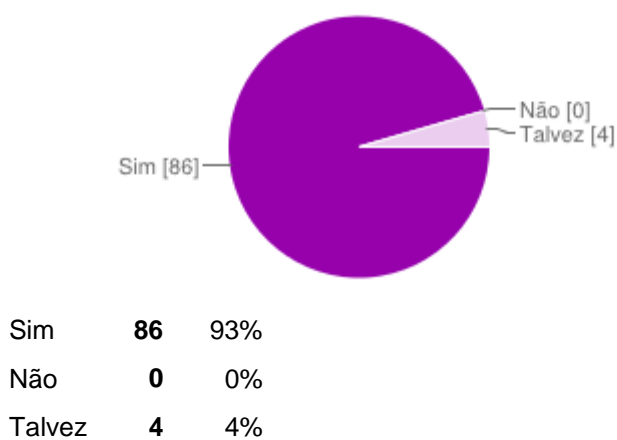


Pessimo 6 7%

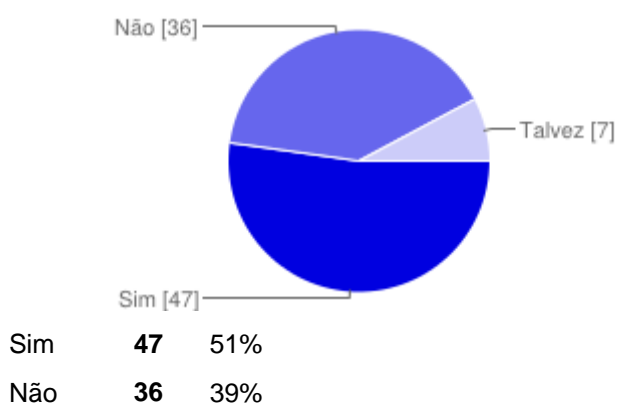
Como você avalia a participação dos professores da escola?



Você entendeu o que é violência doméstica?

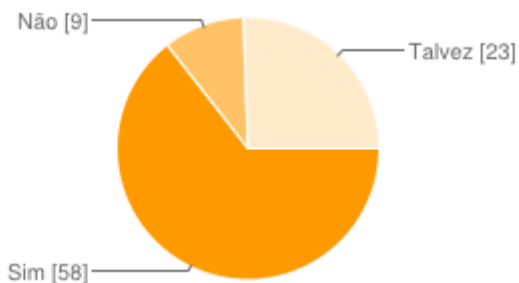


Você conhece algum caso de violência doméstica?



Talvez 7 8%

Você já sabe como se prevenir contra a violência doméstica?

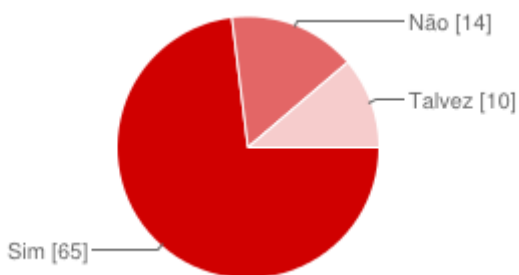


Sim 58 63%

Não 9 10%

Talvez 23 25%

Agora você sabe que a mediação pode prevenir a violência doméstica?



Sim 65 71%

Não 14 15%

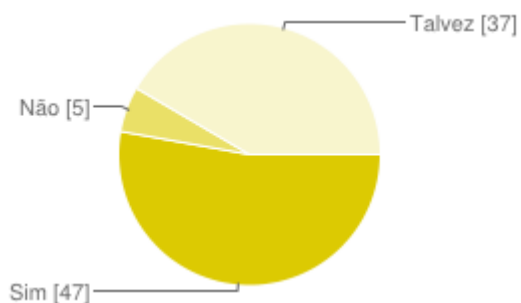
Talvez 10 11%

Você acha que é capaz de ajudar a sua comunidade a prevenir a violência doméstica?

Sim 47 51%

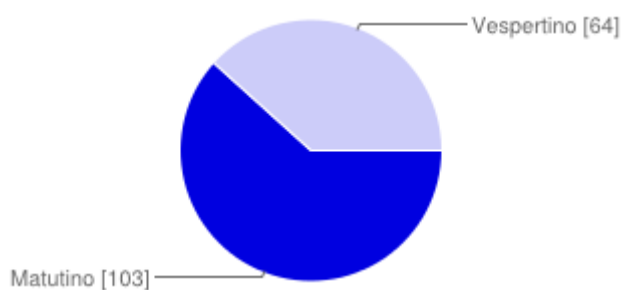
Não 5 5%

Talvez 37 40%



Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins – 167 respostas

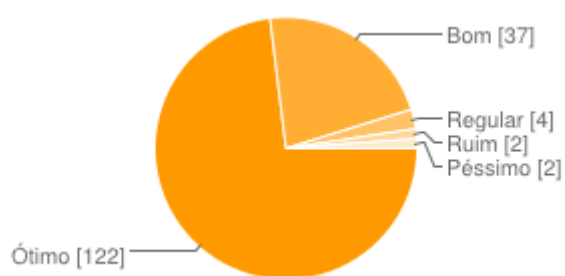
Turno



Matutino **103** 62%

Vespertino **64** 38%

O que você achou da Oficina de Prevenção às drogas?



Ótimo **122** 73%

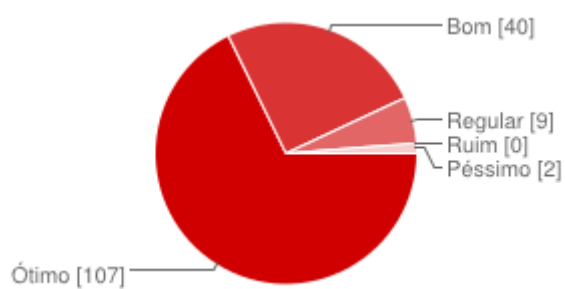
Bom **37** 22%

Regular **4** 2%

Ruim **2** 1%

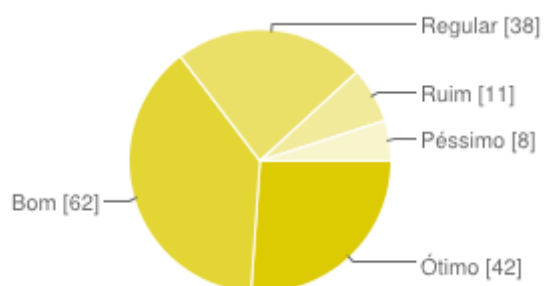
Péssimo **2** 1%

Como você avalia a equipe da UFBA?



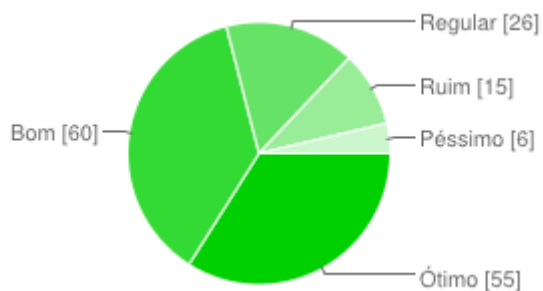
Ótimo	107	64%
Bom	40	24%
Regular	9	5%
Ruim	0	0%
Péssimo	2	1%

Como você avalia a participação dos alunos da escola?



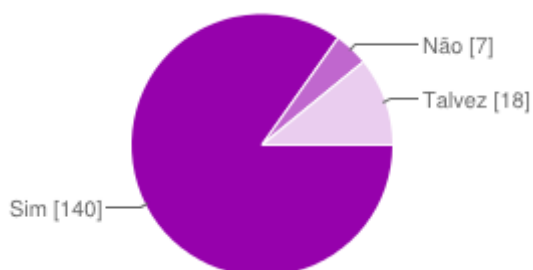
Ótimo	42	25%
Bom	62	37%
Regular	38	23%
Ruim	11	7%
Péssimo	8	5%

Como você avalia a participação dos professores e funcionários da escola?



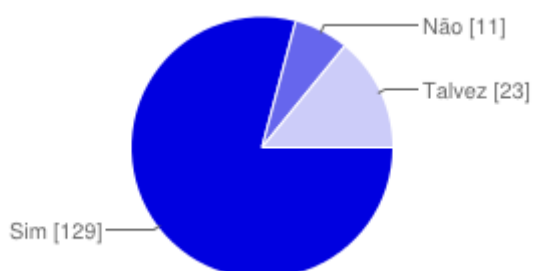
Ótimo	55	33%
Bom	60	36%
Regular	26	16%
Ruim	15	9%
Péssimo	6	4%

Você acha que a Oficina de Prevenção às drogas contribuiu para a integração escolar?



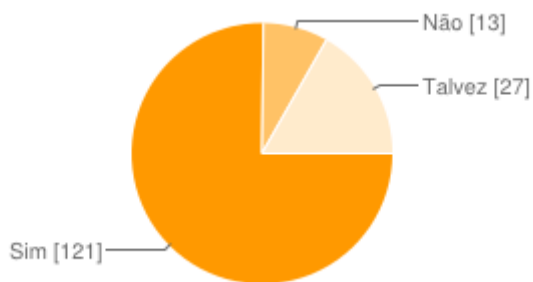
Sim	140	84%
Não	7	4%
Talvez	18	11%

Você acha que a Oficina de prevenção às drogas contribuiu para a promoção da cultura da paz?



Sim	129	77%
Não	11	7%
Talvez	23	14%

Você compreende que a Oficina de prevenção às drogas pode abrir espaço para a escuta ou palavra (sentimento de inclusão)?



Sim	121	72%
Não	13	8%
Talvez	27	16%

O que você aprendeu na Oficina de Prevenção às drogas?

Que as drogas só levam à destruição.

Algo bom.

Eu aprendi que usar drogas não é bom e que pode matar.

Nada.

Aprendi que não devemos usar drogas.

Incentivou os jovens a não usarem drogas.

Várias coisas importantes etc. É bom contribuir com a participação diga não às drogas.

Para não usar drogas.

Eu aprendi que quando a gente consome a droga, a gente está prejudicando somente a nós mesmos, mas a todos os nossos familiares.

Que sem as drogas nossas vidas ficam mais alegres porque as drogas nos prendem.

Eu aprendi que não é legal, e que não faz bem à saúde.

Aprendi que não podemos usar drogas.

Eu aprendi que não usar drogas, porque não faz bem.

Aprendi que a droga, além de ser maléfica para todo nosso organismo, ela afasta todos ao nosso redor.

A não usar drogas.

Eu aprendi que usar drogas não é bom e que pode matar.

Algo bom que eu nem sabia.

Aprendi a ficar longe das drogas.

Você possui alguma sugestão para ser incorporada nas próximas oficinas?

Informática.

Sobre o sexo.

Não, desculpe.

Bullying.

Não

Sim. Todos eles podem falar, não somente um.

Não

Como podemos ajudar pessoa que usa droga.

Ajuda mais os jovens a se prevenirem das drogas.

Oficina de Artes.

Nunca use drogas que pode destruir sua vida.

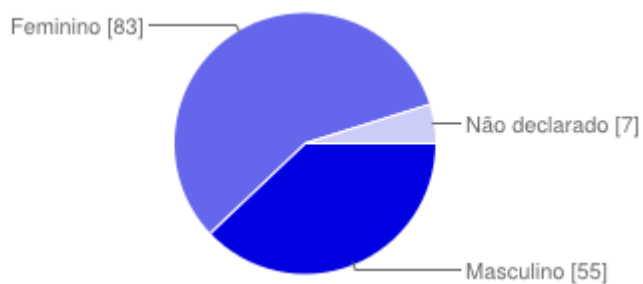
Não.

Eu acho que não.

Questionários de Avaliação - Oficina de Prevenção ao Bullying

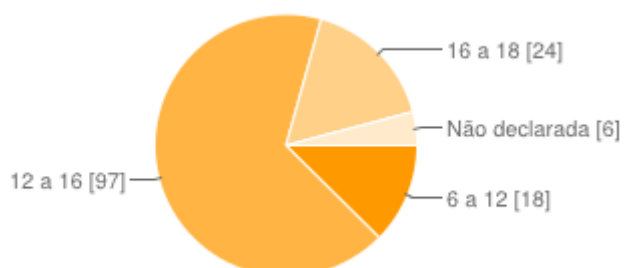
Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins – 145 respostas

A. Sexo



Masculino	55	38%
Feminino	83	57%
Não declarado	7	5%

B. Idade



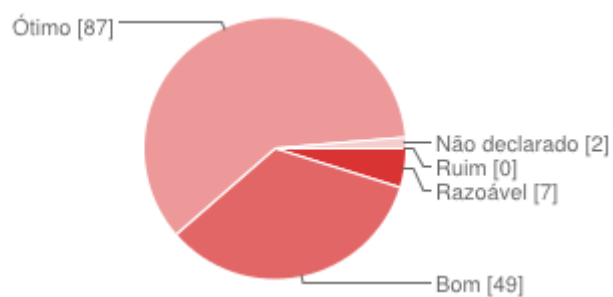
6 a 12	18	12%
12 a 16	97	67%
16 a 18	24	17%
Não declarada	6	4%

C. Série

5
5º/6º Ano
8/9º ano
8º Ano
6º/7ºAno
7º Ano

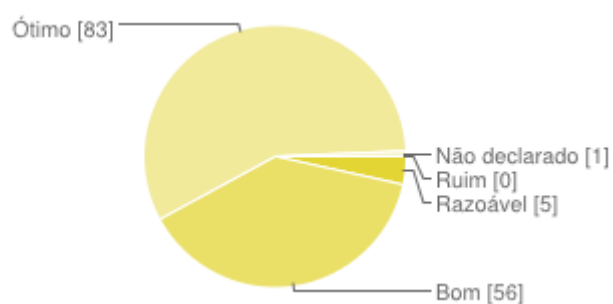
7/8º ano

1. Como você percebeu a organização da Oficina:



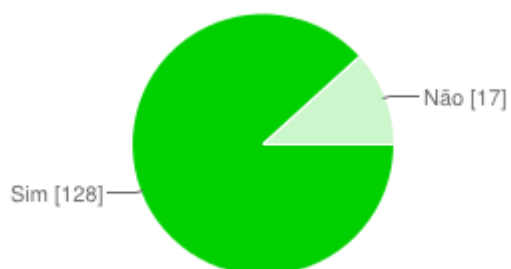
Ruim	0	0%
Razoável	7	5%
Bom	49	34%
Ótimo	87	60%
Não declarado	2	1%

2. O que você achou do tema escolhido?



Ruim	0	0%
Razoável	5	3%
Bom	56	39%
Ótimo	83	57%
Não declarado	1	1%

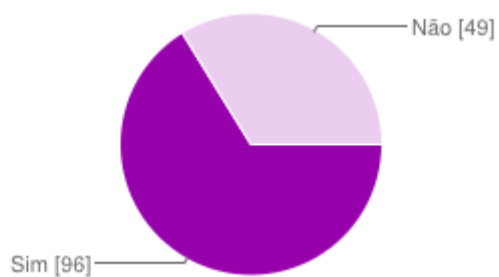
3. Você já sabia o que era Bullying?



Sim **128** 88%

Não **17** 12%

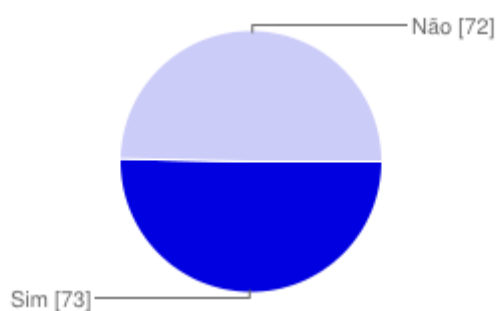
4. Você já sofreu Bullying?



Sim **96** 66%

Não **49** 34%

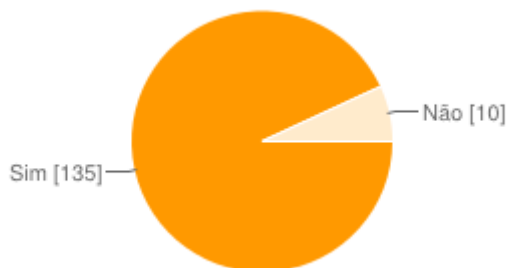
5. Você já praticou Bullying?



Sim **73** 50%

Não **72** 50%

6. Você já viu alguém praticar Bullying?



Sim	135	93%
Não	10	7%

7. Que tipo de Bullying você já presenciou, praticou ou foi vítima?

Aluno contra aluno	124	86%
Professor contra aluno	22	15%
Aluno contra professor	34	23%
Não declarou	2	1%

8. Qual o tipo de violência?

Verbal	69	48%
Física	74	51%
Moral	41	28%
Não declarou	2	1%

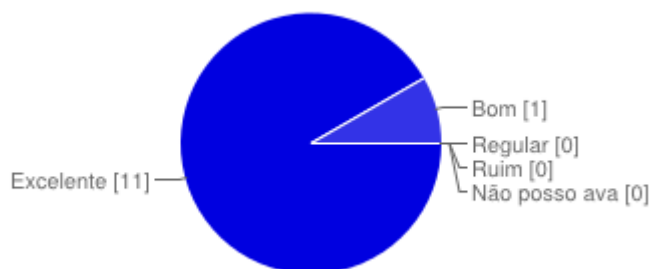
9. Quem você procura para resolver esses problemas?

A direção	115	79%
Os alunos	16	11%
Os servidores do colégio	7	5%
Não declarou	11	8%

Questionários de Avaliação – II Capacitação em Mediação de Conflitos Escolares

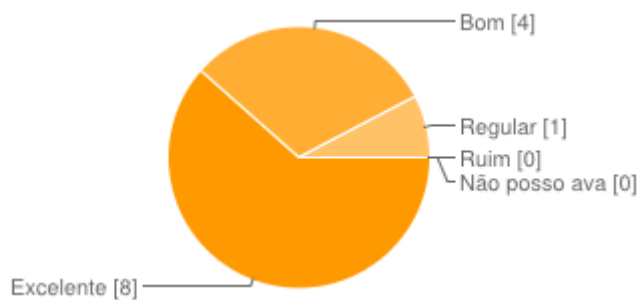
Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins – 13 respostas

Qualidade das informações



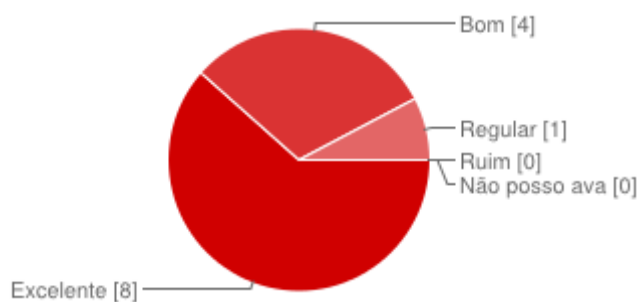
Excelente	11	85%
Bom	1	8%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Material didático



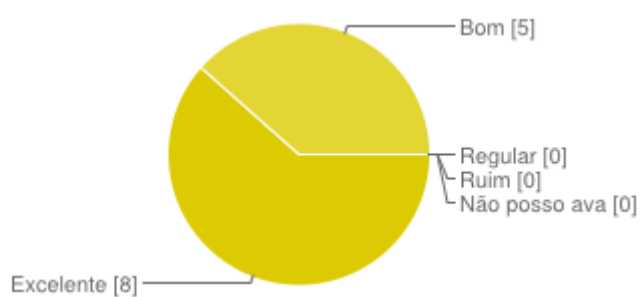
Excelente	8	62%
Bom	4	31%
Regular	1	8%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Cumprimento dos objetivos traçados



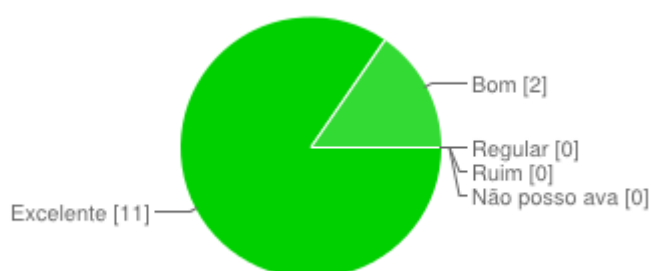
Excelente	8	62%
Bom	4	31%
Regular	1	8%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Adequação da carga horária ao conteúdo desenvolvido



Excelente	8	62%
Bom	5	38%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

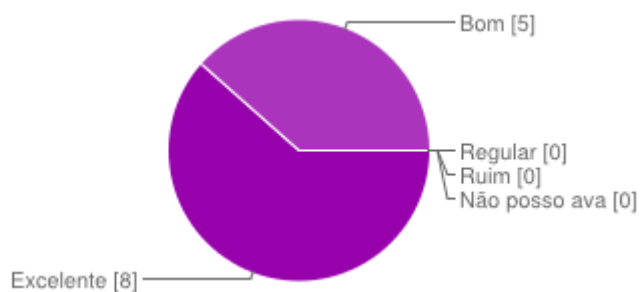
Aplicabilidade e relevância do tema



Excelente	11	85%
Bom	2	15%
Regular	0	0%

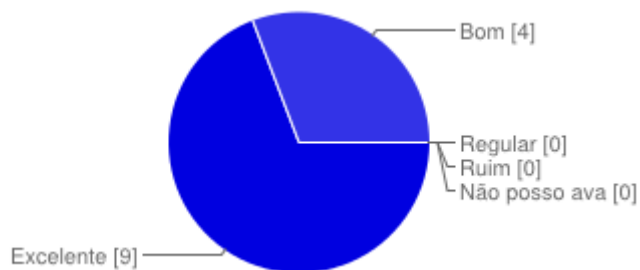
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Adequação do formato do curso ao conteúdo desenvolvido



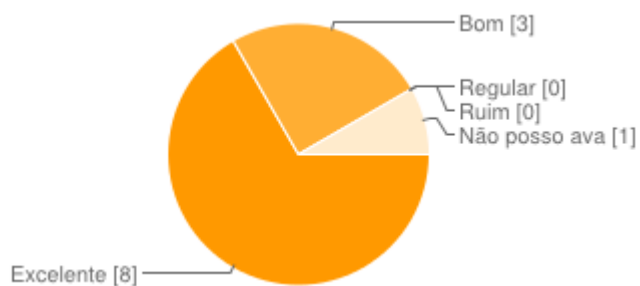
Excelente	8	62%
Bom	5	38%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Instalações físicas (mobiliário, recursos audiovisuais, espaço alocado)



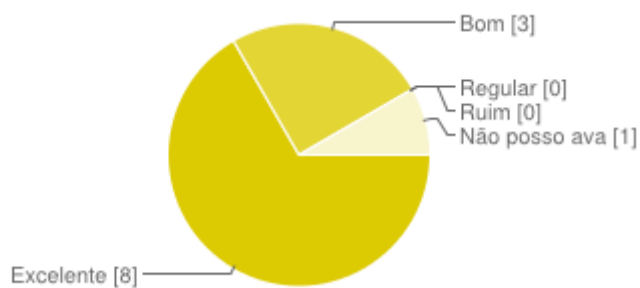
Excelente	9	69%
Bom	4	31%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Serviços de apoio administrativo



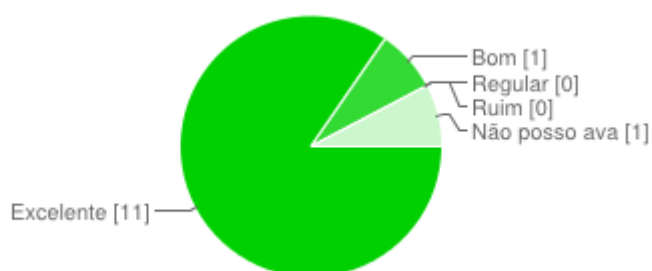
Excelente	8	62%
Bom	3	23%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

Equipamentos utilizados



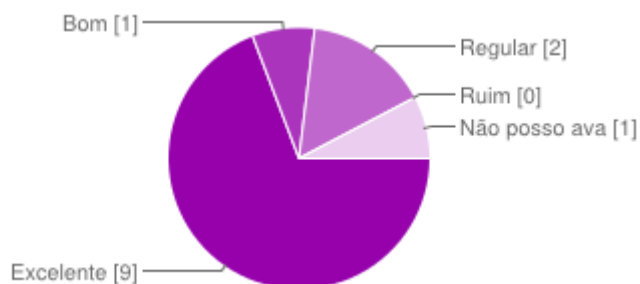
Excelente	8	62%
Bom	3	23%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

Atuação da instrutora de Mediação Ana Paula Bomfim - Condução dos trabalhos



Excelente	11	85%
Bom	1	8%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

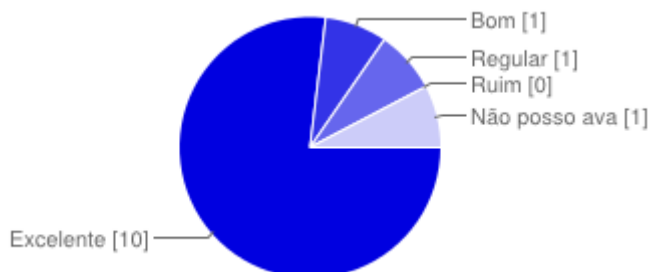
Atuação da instrutora de Mediação Ana Paula Bomfim - Aproveitamento do tempo x conteúdo



Excelente	9	69%
Bom	1	8%
Regular	2	15%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

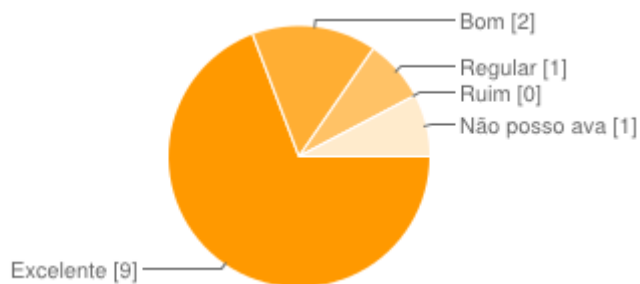
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

Atuação da instrutora de Mediação Ana Paula Bomfim - Domínio do assunto



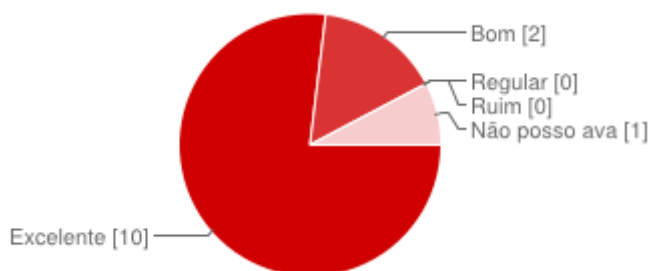
Excelente	10	77%
Bom	1	8%
Regular	1	8%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

Atuação da instrutora de Mediação Ana Paula Bomfim - Esclarecimento de dúvidas



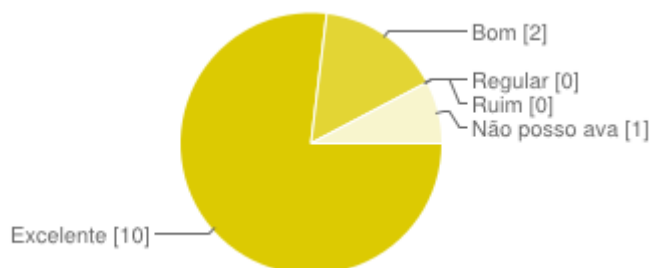
Excelente	9	69%
Bom	2	15%
Regular	1	8%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

Atuação da instrutora de Mediação Ana Paula Bomfim - Relacionamento interpessoal



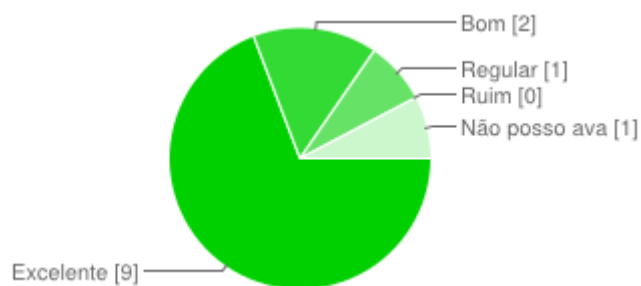
Excelente	10	77%
Bom	2	15%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

Atuação da instrutora de Mediação Victoria Borja - Condução dos trabalhos



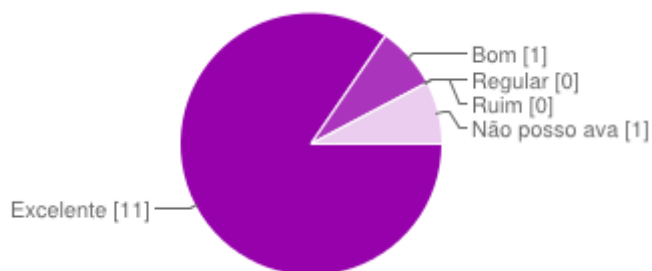
Excelente	10	77%
Bom	2	15%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

Atuação da instrutora de Mediação Victoria Borja - Aproveitamento do tempo x conteúdo



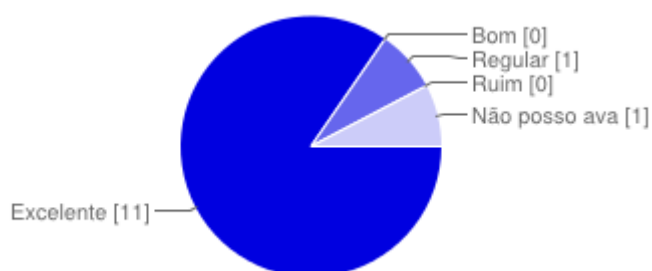
Excelente	9	69%
Bom	2	15%
Regular	1	8%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

Atuação da instrutora de Mediação Victoria Borja - Domínio do assunto



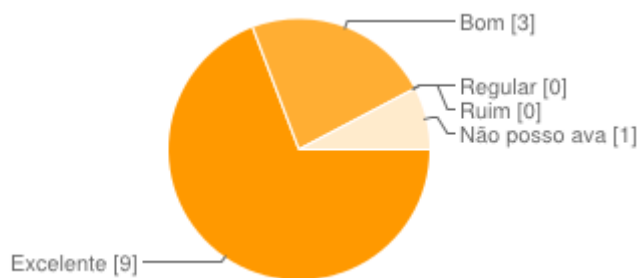
Excelente	11	85%
Bom	1	8%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

Atuação da instrutora de Mediação Victoria Borja - Esclarecimento de dúvidas



Excelente	11	85%
Bom	0	0%
Regular	1	8%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

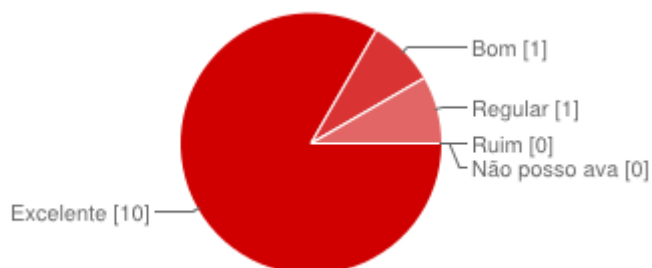
Atuação da instrutora de Mediação Victoria Borja - Relacionamento interpessoal



Excelente	9	69%
Bom	3	23%
Regular	0	0%

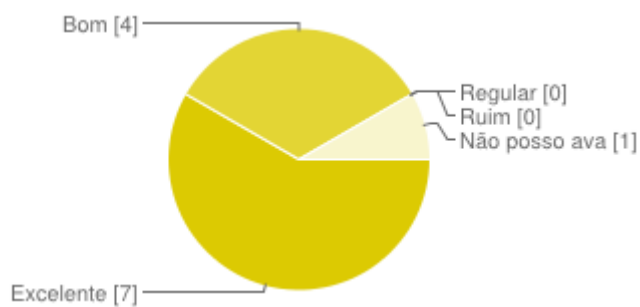
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

Autoavaliação - Motivação



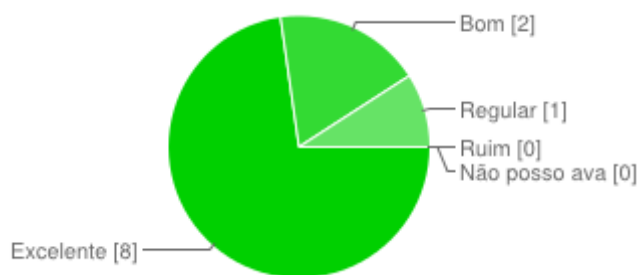
Excelente	10	77%
Bom	1	8%
Regular	1	8%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Autoavaliação - Comprometimento



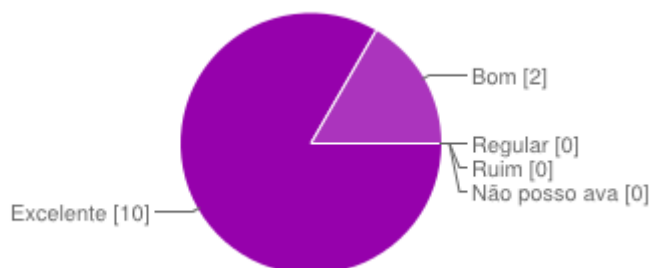
Excelente	7	54%
Bom	4	31%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	1	8%

Autoavaliação - Desempenho



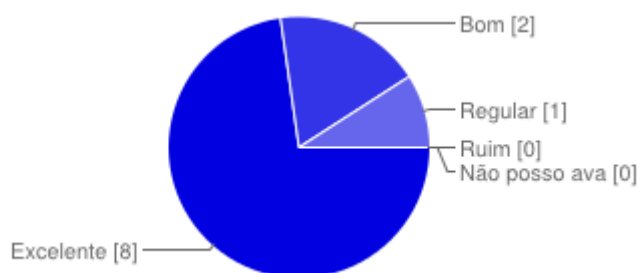
Excelente	8	62%
Bom	2	15%
Regular	1	8%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Autoavaliação - Formação de redes de relacionamento



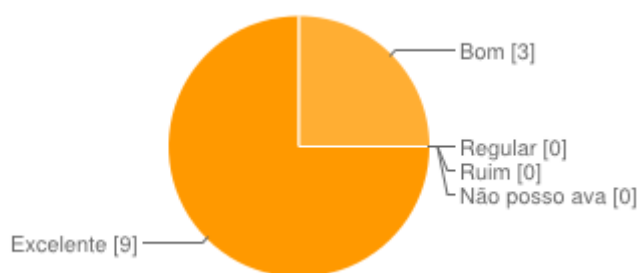
Excelente	10	77%
Bom	2	15%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Autoavaliação - Acréscimo de novos conhecimentos



Excelente	8	62%
Bom	2	15%
Regular	1	8%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Autoavaliação - Satisfação



Excelente	9	69%
Bom	3	23%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Merece meu aplauso:

Sim

Sim sobre o "Bollyng"

A postura das mediadoras O compromisso da equipe

As simulações e os "reconciliamentos"

Porque o que "aprender" foi legal e irei levar esse "apredizado" para a vida

A iniciativa do projeto de "mediação" escolar.

Com "serteza"

Precisa melhorar:

Não

Tá ótimo.

Nada tudo bem

Não, "esta otimo"

Nada tudo bom

A adequação do tempo das oficinas com a rotina da escola

Nada tudo ótimo

Não necessariamente

Nada "ta" tudo "otimo"

Nada

Sugestões:

Sobre música

Que a oficina venha ser mais para "agente"

Poderia falar sobre os "preconceitos sexisuais"

Elaborar o planejamento das oficinas em conjunto com a equipe escolar

Continuarem com o belo projeto

Continuar com esse projeto maravilhoso que "tou" gostando muito

Falar sobre o preconceito sexual e como muda o preconceito para uma coisa normal

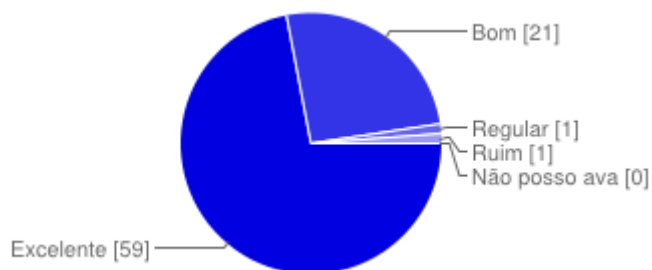
Poderia "fala" sobre o trabalho "infantil"

Nada

Questionários da I Avaliação Geral Projeto Mediação Escolar em Pauta

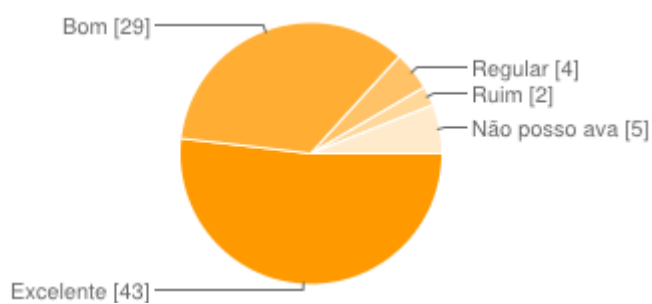
Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins – 84 respostas

Qualidade das informações



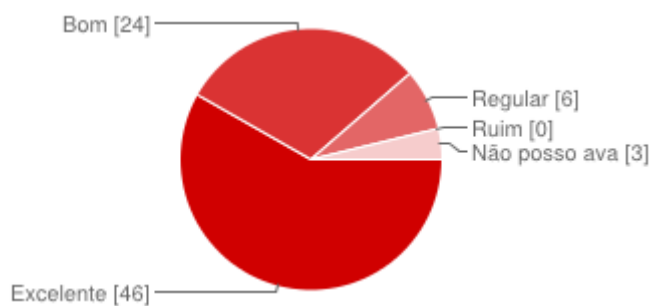
Excelente	59	70%
Bom	21	25%
Regular	1	1%
Ruim	1	1%
Não posso avaliar	0	0%

Material didático



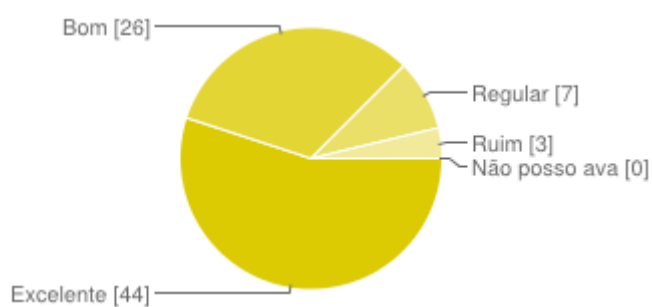
Excelente	43	51%
Bom	29	35%
Regular	4	5%
Ruim	2	2%
Não posso avaliar	5	6%

Cumprimento dos objetivos traçados



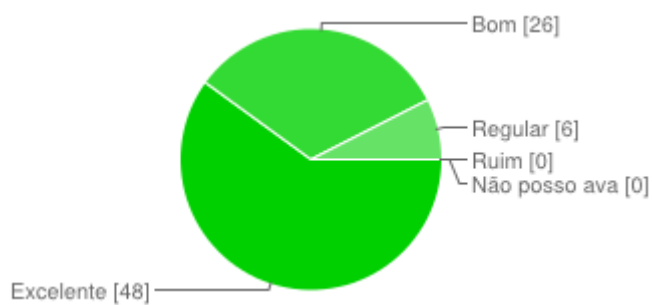
Excelente	46	55%
Bom	24	29%
Regular	6	7%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	3	4%

Adequação da carga horária ao conteúdo desenvolvido



Excelente	44	52%
Bom	26	31%
Regular	7	8%
Ruim	3	4%
Não posso avaliar	0	0%

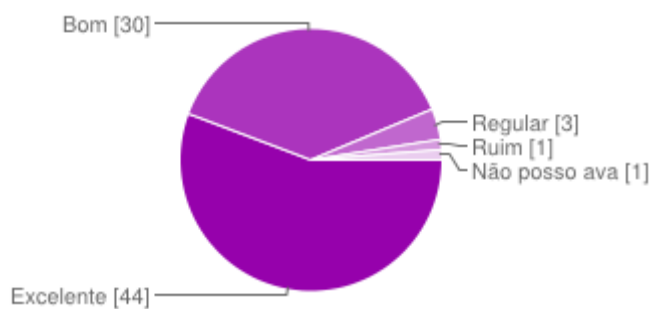
Aplicabilidade e relevância do tema



Excelente	48	57%
-----------	-----------	-----

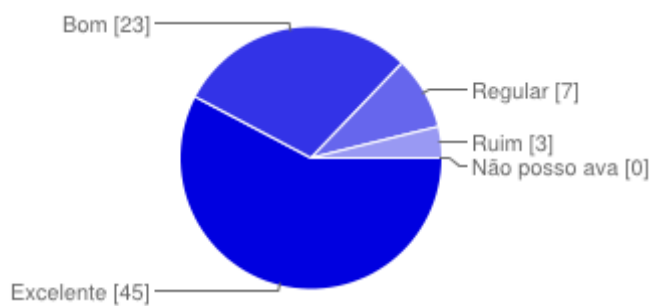
Bom	26	31%
Regular	6	7%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Adequação do formato do curso ao conteúdo desenvolvido



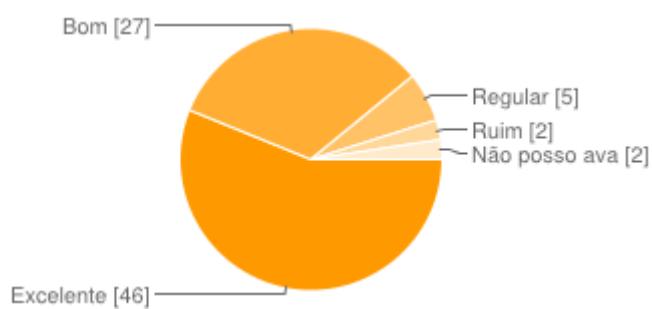
Excelente	44	52%
Bom	30	36%
Regular	3	4%
Ruim	1	1%
Não posso avaliar	1	1%

Instalações físicas (mobiliário, recursos audiovisuais, espaço alocado)



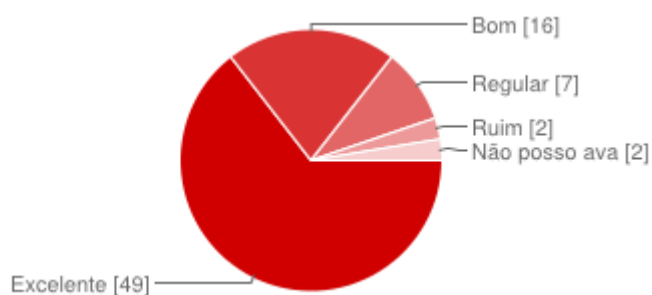
Excelente	45	54%
Bom	23	27%
Regular	7	8%
Ruim	3	4%
Não posso avaliar	0	0%

Serviços de apoio administrativo



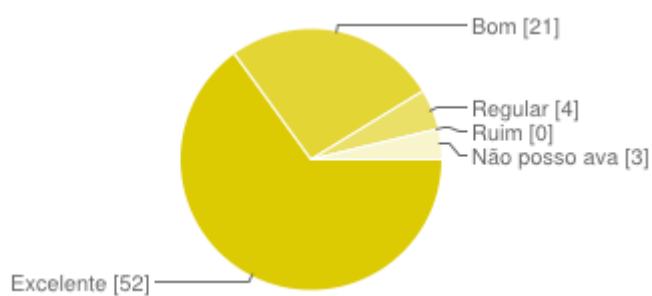
Excelente	46	55%
Bom	27	32%
Regular	5	6%
Ruim	2	2%
Não posso avaliar	2	2%

Equipamentos utilizados



Excelente	49	58%
Bom	16	19%
Regular	7	8%
Ruim	2	2%
Não posso avaliar	2	2%

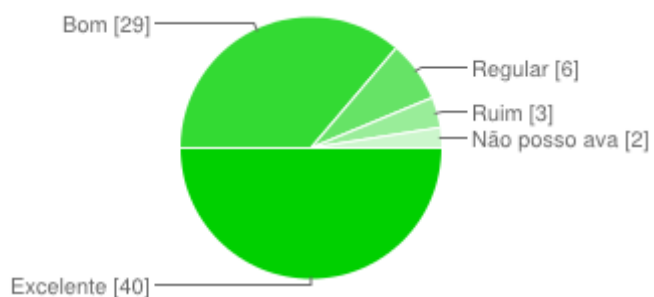
Condução dos trabalhos



Excelente	52	62%
-----------	-----------	-----

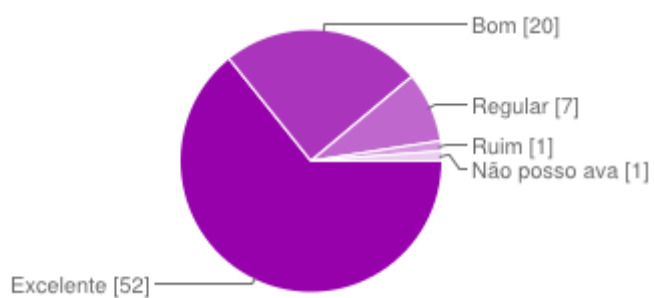
Bom	21	25%
Regular	4	5%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	3	4%

Aproveitamento do tempo X conteúdo



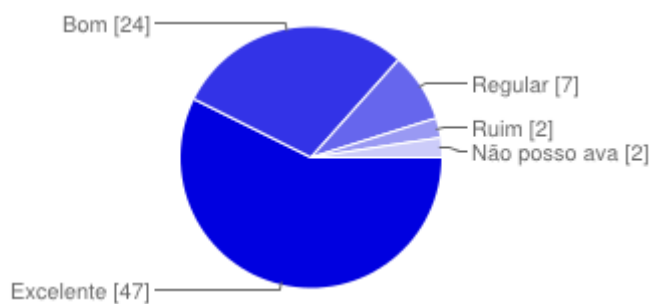
Excelente	40	48%
Bom	29	35%
Regular	6	7%
Ruim	3	4%
Não posso avaliar	2	2%

Domínio do assunto



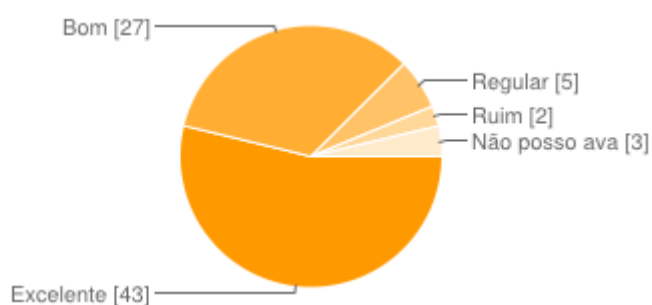
Excelente	52	62%
Bom	20	24%
Regular	7	8%
Ruim	1	1%
Não posso avaliar	1	1%

Esclarecimento de dúvidas



Excelente	47	56%
Bom	24	29%
Regular	7	8%
Ruim	2	2%
Não posso avaliar	2	2%

Relacionamento interpessoal

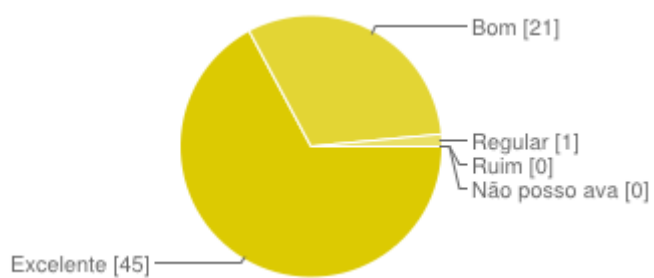


Excelente	43	51%
Bom	27	32%
Regular	5	6%
Ruim	2	2%
Não posso avaliar	3	4%

De qual(is) atividades você participou

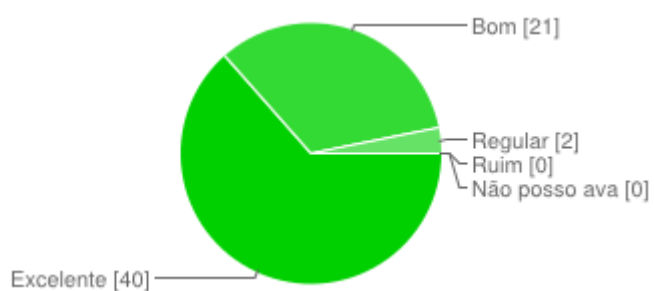
Capacitação em Mediação Escolar	65	77%
Gincana da Paz	54	64%
Caça aos Direitos Humanos	56	67%
Oficina de prevenção à exploração sexual e tráfico de pessoas	54	64%
Oficina de prevenção à violência doméstica	54	64%
Oficina de Bullying	73	87%
Oficina de prevenção às drogas	70	83%

Motivação



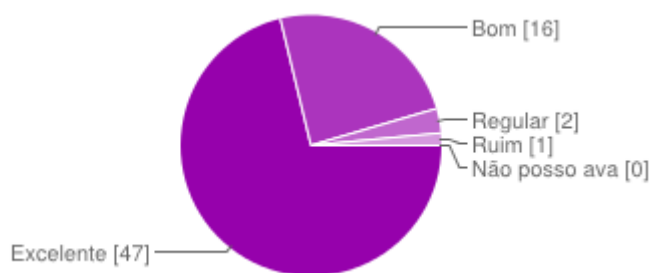
Excelente	45	54%
Bom	21	25%
Regular	1	1%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Comprometimento



Excelente	40	48%
Bom	21	25%
Regular	2	2%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

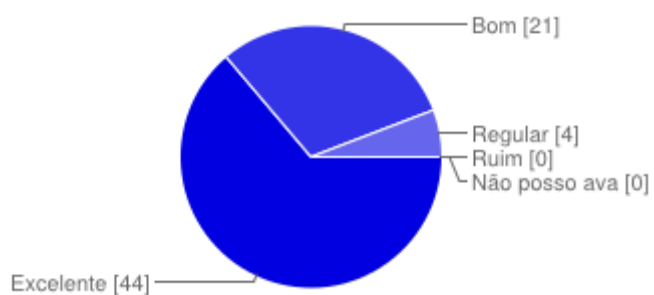
Desempenho



Excelente	47	56%
-----------	-----------	-----

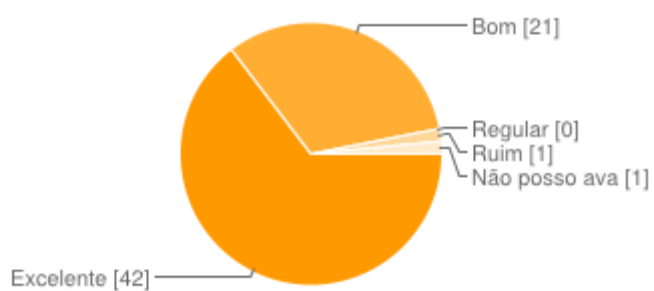
Bom	16	19%
Regular	2	2%
Ruim	1	1%
Não posso avaliar	0	0%

Acréscimo de novos conhecimentos



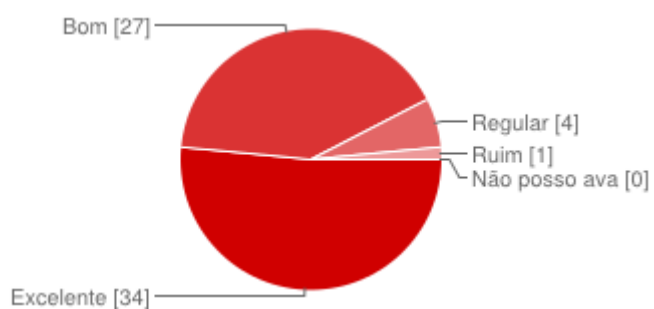
Excelente	44	52%
Bom	21	25%
Regular	4	5%
Ruim	0	0%
Não posso avaliar	0	0%

Utilização do que foi aprendido na sua vida



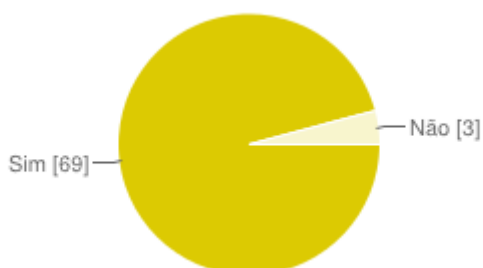
Excelente	42	50%
Bom	21	25%
Regular	0	0%
Ruim	1	1%
Não posso avaliar	1	1%

Satisfação



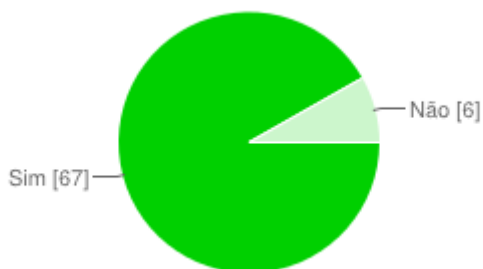
Excelente	34	40%
Bom	27	32%
Regular	4	5%
Ruim	1	1%
Não posso avaliar	0	0%

Você acha importante a sua escola ter recebido o projeto de Mediação Escolar



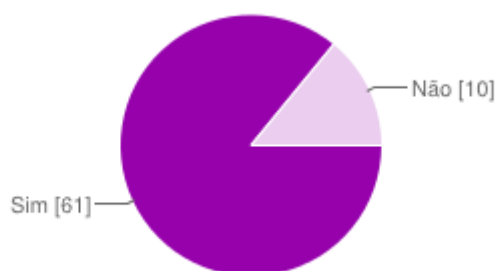
Sim	69	82%
Não	3	4%

Você acha que o projeto contribuiu para você mudar seu comportamento sobre os temas trabalhados?



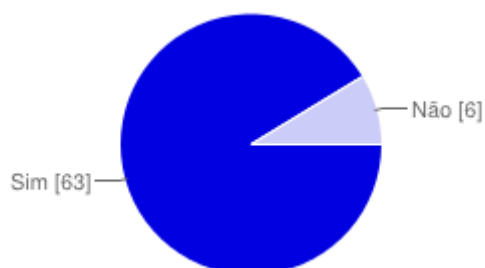
Sim	67	80%
Não	6	7%

Você acredita que aconteceram mudanças no comportamento da comunidade escolar ao longo das atividades desenvolvidas?



Sim	61	73%
Não	10	12%

Você acredita que pode contribuir com a sua comunidade, com o que você aprendeu e vivenciou neste último ano?



Sim	63	75%
Não	6	7%

Merece seu aplauso

Sim, foi muito bom receber vocês. Eu aprendi muita coisa com esse projeto.

Todo o comprometimento da equipe

Os casos da Oficina de Bullying

As simulações

Trazer mais coisas para a gente aprender

As simulações e os reconciliamentos

Pelo fato de tudo ocorrer muito bem e que o que aprender vou levar para a minha vida

Sim, gostei da participação de vocês

Porque foi engraçado

Sim

Precisa melhorar

Sim, os alunos deveriam decidir as coisas, como o vencedor de cada atividade.

Não

Não, está excelente

A escola

Um pouco

Está ótimo

Nada, foi tudo bem.

Sugestões

Continuarem o que estão fazendo

Pode falar como poderia mudar o preconceito na sociedade e na escola.

Crianças órfãs

Ainda não

Gincana de canto e música

Vocês deveriam vir mais vezes

Nenhuma

APÊNDICE E**DOCUMENTAÇÃO BOLSAS DE PESQUISA PIBIC JÚNIOR¹⁸**

Alunos da Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles

SisBIC**EDITAL PROPCI/UFBA 07-2014 / PIBIC-Jr / 2ª Edição****Projeto nº 7379****Dados do Projeto de Pesquisa***Pesquisador:*

Ana Paula Rocha do Bomfim

CV-Lattes:<http://lattes.cnpq.br/6883456984468850>*Título:*

Mediação Escolar em Pauta

Unidade:

Faculdade de Direito

Subárea:

Direito

Palavras Chave:

Mediação escolar, conflituosidade, cultura da paz

Resumo:

O presente projeto tem por objetivo por em prática a mediação escolar, em escolas públicas, e para tanto juntamente com o Trabalho do Projeto de Extensão , ACCS, do Observatório da Pacificação Social, da Faculdade de Direito, vem sensibilizando escolas para a prática da mediação escolar como forma de dirimir a conflituosidade existente no âmbito escolar e também fora do mesmo, que, de uma forma ou de outra, reflete nas escolas, cria a cultura da paz, através da utilização da mediação como forma de solução dos conflitos internos e com a implantação do projeto e participação dos bolsistas, capacitar os alunos para se tornarem mediadores escolares.

¹⁸ Disponível em: <https://sisbic.ufba.br/sisbic/ProjetoVisualizarCompleto.do?codigoPRJ=7379>
<https://sisbic.ufba.br/sisbic/ProjetoVisualizarCompleto.do?codigoPRJ=7379> 1/5

DADOS DOS PLANOS DE TRABALHO

Número Plano: 14740

Título: A experiência prática da indissociabilidade entre a mediação escolar e a mediação familiar a partir da experiência no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles.

Aluno: Suziane Gomes dos Santos (Histórico escolar)

Número Plano: 14742

Título: Mediação escolar e a Cultura da Paz: a efetivação das políticas públicas no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles

Aluno: Alessandra Bitencourt de Deus (Histórico escolar)

Número Plano: 14743

Título: Mediação escolar uma nova perspectiva de vida para o aluno do Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles

Aluno: Cassio dos Santos de Andrade (Histórico escolar)

Número Plano: 14745

Título: Mediação escolar como meio de reestabelecer vínculos no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles

Aluno: Israel Machado dos Santos (Histórico escolar)

Número Plano: 14749

Título: A experiência prática da indissociabilidade entre a mediação escolar e a mediação comunitária a partir da experiência no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles.

Aluno: Kelly Ferreira dos Santos (Histórico escolar)

Todos os alunos selecionados por processo seletivo.

APÊNDICE F**ENTREVISTAS REALIZADAS NO BOJO DO PROJETO MEDIAÇÃO ESCOLAR
EM PAUTA**

Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins e Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles

DOCENTE: _____

1) Há quanto tempo o senhor(a) trabalha nesta instituição de ensino?

2) O senhor(a) percebe a existência de formas de violência na escola? Como ela se manifesta?

3) Qual sua opinião sobre a chegada da equipe da Universidade Federal do Estado da Bahia com o projeto “Mediação Escolar em Pauta”?

4) O senhor(a) participou das ações de intervenção realizadas ao longo do projeto “Mediação Escolar em Pauta”? Quais atividades lhe pareceram mais interessantes: Sensibilização da comunidade escolar, Capacitação em Mediação, Gincana da paz, Oficina de Caça aos Direitos Humanos? Por que?

5) O senhor(a) acredita que houve alguma alteração no comportamento da comunidade escolar no que se refere à prevenção da violência desde o início das ações do projeto “Mediação Escolar em Pauta”?

6) O senhor(a) atribui ao projeto “Mediação Escolar em Pauta” alguma possível transformação ocorrida na rotina da escola no que concerne à prevenção da violência, a exemplo de noções acerca de direitos humanos, pacificação social ou colaboração entre os membros da escola?

7) O senhor(a) acredita que a implantação do projeto “Mediação Escolar em Pauta” tem sido importante para a escola? Em caso positivo, possui sugestões para as próximas atividades?

Assinatura: _____ Data: _____